UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAFAEL DE SOUZA

**“SAINDO DO GUETO”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL DA
ABERTURA, 1978-1982**

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2013

RAFAEL DE SOUZA

**“SAINDO DO GUETO”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL DA
ABERTURA, 1978-1982**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Angela Maria Alonso.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script that appears to read 'Rafael de Souza'.

De Acordo

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2013

SOUZA, Rafael de. *“Saindo do Gueto”: o Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data de exame da dissertação

30/09/2013

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria Alonso

Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Brasílio Sallum Junior

Instituição: Universidade de São Paulo

À minha mãe e ao meu irmão...

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida nenhuma, esta dissertação de mestrado não teria sido completada sem o apoio e o auxílio financeiro das agências de fomento que possibilitaram seguridade econômica e recursos indispensáveis para a viabilidade do projeto de pesquisa. Por isso, agradeço ao apoio fundamental dispensado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A pesquisa de campo e as atividades de convívio intelectual só foram possíveis graças ao subsídio que a agência me forneceu durante estes dois sofridos e intensos anos de pesquisa. Em segundo lugar, gostaria também de deixar registrados meus agradecimentos ao apoio que obtive do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante os primeiros momentos da pesquisa, no ano de 2011.

À professora Prof^a Dr^a Angela Maria Alonso registro aqui meus mais sinceros agradecimentos, por todo o tempo de convívio acadêmico. Convívio que desde o início da graduação me fizeram enxergar na professora um modelo de profissionalismo e perspicácia intelectual. Sem as muitas horas de revisões e de conversações acerca de minhas incorreções gramaticais, de meus desvarios teóricos, de minhas dúvidas quanto à pertinência de questões e de minha total falta de desorganização no tratamento dos dados, esta dissertação não teria sido possível. Ensinou-me, principalmente, a apreciação pela escrita laboral e meticulosa, que ainda não pude sequer contemplar um milésimo daquilo que a professora Angela tanto tentou me inculcar. Entretanto, se algo ficou marcado pela sua orientação atenciosa é a de que a Sociologia é um trabalho artesanal.

Aos comentários valiosos do Prof^o Dr^o Brasília Sallum Jr., que não somente na banca de qualificação, mas também nos *Seminários de Sociologia, Política e História* foi responsável pelas leituras incrivelmente ilustradoras acerca de meu trabalho. Ao professor Brasília Sallum Jr. Devo, então, a percepção de que é necessário muito mais do que uma boa ideia para se fazer um bom trabalho. Também é necessário deixar aqui minha gratidão ao Prof^o Dr^o Júlio Assis Simões, pela leitura crítica e cuidadosa do meu texto de qualificação, o que me permitiu, de fato, *qualificar meu trabalho de pesquisa*. Ao Prof^o Dr^o Antonio Sérgio Guimarães que, ao comentar o projeto inicial de pesquisa, ensinou-me a flagrar as dificuldades que adviriam de um estudo empírico. Deixo registrado, ainda, os sinceros agradecimentos ao Prof^o Dr^o Breno Marques Bringel, membro de minha banca de defesa, que colaborou ativamente para uma leitura mais que crítica desta dissertação, alimentando novas questões e instigando um debate altamente produtivo.

Ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Sou intensamente grato às atividades do *Seminário de Sociologia, Política e História*, coordenados pelos professores Antonio Sergio Guimarães, Brasílio Sallum Jr. e Angela Maria Alonso. Considero-me um ativista do *Seminário*, no sentido verdadeiro do termo, pois posso dizer que em suas leituras e sessões aprendi o caráter coletivo e dialógico da vida acadêmica. Devo agradecer, ainda, à oportunidade de ouvir e aprender com as críticas e colaborações da Profª Drª Débora Alves Maciel. Também não posso deixar de lembrar as importantes intervenções de Matheus Gato de Jesus, Flávia Mateus Rios, Alexandro Henrique Paixão, membros recorrentes do *Seminário* que muito me ensinaram a pensar e a aprender sobre uma diversidade de temas e questões. À Revista Plural, que me ensinou as dificuldades de lidar com os pareceres de artigos acadêmicos; ali eu pude, inclusive, apreender um pouco desse mar de temas, tópicos, dúvidas e interrogações sobre a Sociologia no Brasil.

Escrever os agradecimentos é a última coisa a ser feita numa dissertação. É o momento em que o pesquisador se permite falar na primeira pessoa do singular a fim de dar sentido às horas árduas e cansativas de escrita de uma pesquisa científica. É, digamos, o momento confessional em que se fala de si, mas que também se deve falar desse “nós” que existe como solo de nossa trajetória. Nesse sentido, não poderia deixar de agradecer ao caráter “viajante” da minha família. À minha mãe, principalmente, que me ensinou a caminhar de cabeça erguida pelos caminhos áridos da vida. Saindo de cidades e vilas pequenas da Bahia, juntamente com meus tios e avós, para enfrentar as estradas da existência, ensinou-me a rebeldia de construir um mundo inteiramente para si próprio, a rebeldia de só erguer os olhos para o futuro e, diante de dificuldades, sorrir para o Acaso. Ao meu irmão, querido, cuja jocosa e amável desobediência civil-familiar é assunto central em todas as conversas de casa. Aos meus tios e tias, maternos e paternos, que vindos de todos os lugares encontraram-se e construíram uma história que não poderiam prever. Aos primos que muitos se somaram ao longo dos anos – sem dúvida, citar todos aqui dificultaria a conclusão destes agradecimentos.

Devo agradecer, ao mesmo tempo, a todos aqueles que viajaram e caminharam junto comigo nessas paragens árduas, porém épicas, do Mestrado. Aos grandes amigos, Estrangeiros de Eléia, aqueles que, como eu, estrangeiros em São Paulo, dividiram o pertencimento ao não-pertencimento. Aos amigos de andanças: Lucas, Andrea, Ian, Leo, Luiz.

Ao Lucas, o grande amigo de todas as horas que era necessário falar e viver esse universo ímpar: a vida numa mesa de bar. À Andrea “Roquita”, conceitual e artística cumpadrita, que entre “brigas”, reconciliações, choros, risos e mesas de bar, ensinou-me as alegrias da Sorte. Ao Ian, insistente comentador de anedotas e piadas do mundo, amigo dessas horas sem-razão. Ao Leo, o maior filósofo mineiro pós-moderno, cujo companheirismo me rendeu histórias dignas das boemias históricas. Ao Luiz, pela capacidade de produzir todas as histórias surreais e pelas conversas sobre a natureza das relações humanas. Ao Márcio Sena, por todos os mais inteligentes diálogos marcianos que tive. Ao Antonio Crepaldi, pela sempre costumeira e sincera amizade bonachona. Ao Alessandro Akira, que mesmo afastado é o grande amigo das horas perdidas das Casas do Norte. À Mari, pela verdade escrita sempre em palavras. Ao Marcelo Netto, pela luta eterna de todos os dias, pelos sacrifícios duros que ensinou a admirar. Ao Grilli, por ser, sem dúvida, o cidadão mais empreendedor e inovador que conheço. Ao Thiago Matioli, por ensinar que a amizade é um samba que atravessa tempos e lugares. Ao Benno, pela qualidade ímpar de amigo. Ao Pietro, pela antiga, mas nunca velha amizade. À Letícia, por ser simplesmente Lets, imaginada sempre num pampa gaúcho. À Irene, pelo sotaque de nossa amizade. À Bruna Triana, pelo juízo emprestado que, em tantas horas, me faltou. À Marina Barbosa, porque a amizade brota em caminhadas. À Larissa, pelos sucos de caju existenciais. À Bia, pelos maracujás da vida. À Fer, pelas muitas sempre renovadas sagacidades. À Bruna Camara, pelas várias Brunas que me permitiu conhecer. Viajante de si mesma. Agradeço à Juliana Vinuto pelas alegrias e incertezas partilhadas e, principalmente, por sempre trazer a mim as forças do inesperado. Ao Amazonas, Labirinto Infinito onde todos os nossos caminhos se cruzaram. Caminhos que se bifurcam, hoje, e se encontram num universo de possibilidades. Minha casa, meu lar, meu bar.

Por último, à Fernanda Pontual Latorre, por ter me ensinado a linguagem dos silêncios, dos olhos e das falas. Por me ouvir nas madrugadas, nessas horas de silêncio e fala, de solidão. Por tecermos, juntos, as muitas dissertações possíveis que nunca chegaram a existir, textos que existem só no mundo das correções abandonadas, dissertações perdidas em nossas imaginações; mas que sustentam e amparam esta que efetivamente escrevi. Agradeço a ela por ter feito deste texto algo também seu. Enfim, pelas correções noturnas, leituras incansáveis, conversas incessantes que não me deixaram fazer deste trabalho um ofício solitário. Fer, dizer seu nome é quase um encantamento... e o que nós passamos só nós sabemos – nossa cifra, nosso segredo, nosso amor, nossa infinita amizade.

Amar e mudar as coisas me interessa mais.

Belchior

RESUMO

SOUZA, Rafael de. “Saindo do Gueto”: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978–1982. 137p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta dissertação investiga a problemática da formação do movimento homossexual brasileiro em sua relação com o ciclo de protestos da liberalização e abertura política, no período de 1978-1982. Tendo como norteamento teórico a perspectiva da teoria do processo político, o texto procurou oferecer uma alternativa explicativa que tratasse da dinâmica social interna do movimento homossexual, mas também vinculasse ao contexto político mais amplo. O argumento principal consistiu em resgatar os laços do fenômeno com sua conjuntura, isto é, com o ciclo de protesto da liberalização de 1978 a 1982, de modo a explicar o porquê desse movimento ter surgido no momento em que surgiu. A hipótese central é a de que a inserção dos ativistas em determinados espaços abertos pela dilatação das oportunidades culturais permitiram aos ativistas o re-enquadramento das dimensões do conflito político. Essas oportunidades foram compostas, basicamente, pela imprensa alternativa e pela cultura artística “marginal” do período. Esses dois espaços de produção e distribuição de bens simbólicos funcionaram como estruturas de mobilização. A inserção dos ativistas nesses espaços e o consumo de bens simbólicos “contraculturais” resultaram, portanto, em enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva voltados para a construção coletiva de uma estética política individualista. Ou seja, essa combinação tornou possível a produção de uma estética da homossexualidade, a construção coletiva de uma identidade política fora do “gueto homossexual” e, por fim, a vocalização política dos homossexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Homossexual Brasileiro; Redemocratização; Imprensa Alternativa; Cultura “Marginal”.

ABSTRACT

SOUZA, Rafael de. *“Coming out of the Ghetto”: The Homosexual Movement in the Brazilian Transition, 1978-1982.* 137p. Dissertation of Master's Degree in Sociology. Post-Graduation Program in Sociology, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

This dissertation investigates the problem of the formation of Brazilian Homosexual Movement in its relation to the cycle of protests in liberalization and Brazilian political redemocratization, 1978-1982. We have as theoretical direction the perspective of the theory of the political process, this work has sought to provide an alternative explanation that treats the internal social dynamics of the homosexual movement, but also connect this dynamics to the broader political context. The main argument was to discover the ties of the phenomenon with their environment, i. e, the cycle of protest liberalization from 1978 to 1982 and explain why this movement has arisen at that specific time. The central hypothesis is that the inclusion of activists in certain “free spaces”, provided by the cultural opportunities, allowed these activists reframing of the dimensions of political conflict. These opportunities were the activities of alternative media and the “underground” artistic field. These two areas of production and distribution of symbolic goods functioned as mobilization structures. The insertion of these activists in these spaces and the consumption of countercultural symbolic goods resulted in political frames and repertoires of collective action that build the construction of a *collective political individualist aesthetic*. This combination made it possible to produce an aesthetic of homosexuality and the collective construction of a political identity outside of "gay ghetto" and vocal political homosexuals.

Keywords: Brazilian Homosexual Movement; Redemocratization; Alternative Press; "Marginal" Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO E ABORDAGEM TEÓRICA.....	18
1. A LITERATURA SOBRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: ANTES E DEPOIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO	18
a) Vertente Culturalista	21
b) Vertente Institucionalista	24
2. TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRE A AÇÃO E ESTRUTURA	28
a) Teoria do Processo Político	29
b) Teoria dos Novos Movimentos Sociais	34
c) Teoria da Mobilização de Recursos.....	38
d) Debates e sínteses.....	38
3. ABORDAGEM TEÓRICA DESTA DISSERTAÇÃO	41
CAPÍTULO 2: OPORTUNIDADES POLÍTICAS E CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1978-1982).....	46
INTRODUÇÃO	46
I. OPORTUNIDADES POLÍTICAS	48
1. O Fechamento das Oportunidades Políticas.....	48
2. O Brasil da Liberalização (1978- 1982): Mudanças nas Oportunidades.....	51
3. Os Movimentos Sociais Urbanos e os Primórdios da Abertura Política	57
II. CONTRACULTURA E OPORTUNIDADES CULTURAIS: IMPRENSA ALTERNATIVA E A CULTURA MARGINAL.....	60
1. Contracultura e a Politização dos Temas Proibidos.....	61
2. A Imprensa Alternativa e a Formação de uma Cultura da Transgressão	65
3. A Cultura Marginal e o Estético na Consolidação de uma Política do Corpo	68

CAPÍTULO 3: REDES DE ATIVISTAS E OS GRUPOS ORGANIZADOS DO
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO.....74

INTRODUÇÃO74

1. A EXPERIÊNCIA DO ESTIGMA75

2. O LAMPIÃO DE ESQUINA E O INÍCIO DAS MOBILIZAÇÕES80

3. OS GRUPOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO83

CAPÍTULO 4: ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS E A RETÓRICA
ATIVISTA90

INTRODUÇÃO90

1. A AGENDA POLÍTICA DAS “MINORIAS” E OS CONFLITOS COM AS “MAIORIAS”92

2. AS REDES TRANSNACIONAIS DE ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS99

3. A CRIAÇÃO DA RETÓRICA DA LIBERTAÇÃO102

CAPÍTULO 5: O REPERTÓRIO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL
BRASILEIRO.....109

INTRODUÇÃO109

1. A REPRESSÃO ENQUANTO LIMPEZA MORAL: O CASO DO ESQUADRÃO “MATA-
BICHAS”111

2. “POVO GAY JÁ PODE FALAR”: A POLÍTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
COMO REPERTÓRIO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL, 1978-1982117

3. OS CONFLITOS E REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO126

CONSIDERAÇÕES FINAIS131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS134

LISTA DE SIGLAS

ALIANÇA DE RENOVAÇÃO NACIONAL - ARENA

CONVERGENCIA SOCIALISTA - CS

GRUPO DE ATUAÇÃO E AFIRMAÇÃO GAY - GAAG

GRUPO GAY DA BAHIA - GGB

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO - MHB

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

PARTIDO SOCIAL DA DEMOCRACIA - PSD

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL - UDN

INTRODUÇÃO

Esta dissertação argumenta que a combinação entre o campo artístico “marginal” e a imprensa alternativa contribuiu decisivamente para a formação e definição de um padrão organizacional do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)¹. A escolha desse tema se deve, sobretudo, à oportunidade que oferece para a compreensão das articulações entre contexto cultural e político no momento de criação e consolidação de formas de protestos coletivos. A transformação de identidades coletivas em *identidades políticas* é resultado da capacidade que esses grupos tiveram de acumular recursos, recrutando novos membros para a causa, e de construir enquadramentos simbólicos, de modo a reinterpretar e reelaborar as queixas e reclamos em uma “causa” orientadora da ação coletiva. A organização de formas de ativismo político homossexual no Brasil é exemplo do processo já observado em outros movimentos sociais de apropriação de estruturas organizacionais e de “pacotes simbólicos” (Gamson, 1996; Snow & Benford, 2000).

Procurou-se, nesse sentido, desenvolver a ideia de que as formas expressivas produzidas pela contracultura, sobretudo pela rede jornalística da imprensa alternativa e pelo circuito artístico “marginal” do Rio de Janeiro e São Paulo, condicionaram o desenvolvimento de formas de protesto coletivo em favor da causa da emancipação das “minorias sexuais”. Em outros termos, as oportunidades culturais representadas pela criação de um circuito marginal de arte somaram-se à apropriação ativa das estruturas de mobilização dadas pela imprensa alternativa do período para formar as primeiras organizações em prol das minorias sexuais no Brasil. Trata-se, aqui, de uma dupla ênfase nos aspectos culturais e políticos, adotando um quadro teórico que deixa de lado velhas dicotomias entre estrutura/agência e cultura/política, em favor da perspectiva relacional (Emirbayer & Mische, 1996).

¹ A decisão de chamar de Movimento Homossexual Brasileiro as redes de mobilização em torno da questão homossexual foi motivada pela maneira pela qual os atores sociais se denominavam nessa época. As referências ao movimento enquanto "movimento homossexual" eram abundantes e contínuas ao longo do período estudado. Durante os anos 1990, por exemplo, o processo de autonegação ganhou significativa importância dentro do próprio movimento. Regina Facchini (2005) oferece um quadro bastante completo dessa passagem do movimento homossexual para o movimento LGBTT. A fim de evitar maiores complicações e discussões desnecessárias em torno da nomenclatura, adoto, diretamente, o termo Movimento Homossexual Brasileiro justamente porque, acredito, as micro-identidades internas ao movimento ainda não eram de completo tematizadas, tampouco objetos de discussão para os ativistas.

Muito já se escreveu no Brasil, especialmente durante os anos 1970 e 1980, sobre como novos valores e “projetos” sociais carreados por movimentos sociais colaboraram para a renovação do quadro político da época (Boschi, 1987; Cardoso, 1987; Jacobi, 1987; Sader, 1988). Em vez da ênfase pura e simplesmente nos fatores estruturais, que possibilitava enxergar nos movimentos sociais expressões ideológicas mais ou menos acabadas de transformações econômico-estruturais, a sociologia política de meados dos anos 1980 interpretou tais movimentos ora como mudança ao nível de novas práticas e valores culturais (Sader, 1988), ora como expressão de novas relações entre classes sociais e Estado (Sader, 1988; Boschi, 1987), ou, ainda, como mudanças na cultura política nacional (Avritzer, 1995).

De modo geral, pode-se dizer que a sociologia política nacional tinha como intuito responder às questões relativas ao *papel* que os movimentos sociais desempenhariam como formas alternativas aos partidos políticos como mecanismos de *participação* e de *representação*. Em suma, a pergunta para essa primeira leva de estudos sobre movimentos sociais era a do significado da diversidade de manifestações políticas para a democracia. Para esses autores, era fundamental perguntar em que medida o crescimento das associações que movimentam listas de todo tipo foi sintomático para o surgimento de novas formas de organização social da democracia.

Os detalhes desse debate serão esmiuçados ao longo desta dissertação, mas convém deixar apontado desde já que tais estudos tinham especial apreço por determinados tipos de mobilização. Essas análises tinham, portanto, um forte viés em relação a grupos bastante diversos, como associações de bairro, movimento sindical, juventude católica operária, movimento estudantil, movimento pelo fim da carestia, movimento pelo saneamento básico, grupos mobilizados por melhorias no transporte público, movimento feminista na periferia – ou, melhor dizendo, os diversos grupos de mulheres nas periferias –, movimento por creches, etc. (Boschi, 1987; Cardoso, 1987; Jacobi, 1987; Sader, 1988).

No entanto, o que essa lista sumária não contempla com rigor ou extensão são as mobilizações de caráter “alternativo”, tal como foram nomeados na época. A ênfase estava em grupos cuja preocupação era orientada para questões estritamente “materiais” e para a provisão de melhores condições de vida para essas populações e pela “conscientização” democratizante implícita nesses projetos. Havia interesse, portanto, no “projeto democrático” encetado por tais atores coletivos.

O modo como a abertura política afetou diferenciadamente a percepção dos grupos sociais “marginalizados” foi pouco estudado até hoje. A abertura de oportunidades políticas para grupos sindicais, por exemplo, não significou de antemão que grupos de mulheres ou grupos de apoio às temáticas sexuais obteriam os mesmos subsídios para se mobilizar. Assim, para explicar o surgimento, coordenação e difusão de protestos é preciso, antes, entender o contexto político e cultural em que surgem, considerando que o contexto é visto de forma seletiva e diferenciada pelos atores. As motivações dos ativistas do movimento homossexual brasileiro são específicas e sua avaliação do contexto político e cultural, por conseguinte, é parcialmente diferente daquela de outras “famílias de movimentos sociais”.

A problemática mais geral deste trabalho consiste, nessa medida, na investigação da maneira pela qual os movimentos sociais se aproveitam de situações políticas de abertura e de crise, de modo a interpretá-las como contextos propícios à mobilização. Isso envolve, inclusive, os modos pelos quais a apropriação social de oportunidades culturais e os espaços organizacionais puderam produzir e levar à cabo estratégias de contestação à ordem dominante. Ora, movimentos sociais não surgem apenas nas frestas das oportunidades políticas abertas pelas fraturas nos blocos políticos. Isto, porque, durante a construção de estratégias de contestação e confronto com autoridades políticas e culturais, os ativistas envolvidos no litígio se reconstroem enquanto sujeitos de sua própria ação (Jaspers, 1997; Melucci, 1995). Assim, movimentos sociais não são meros epifenômenos das estruturas de poder justamente porque também oferecem alternativas contra essas mesmas estruturas arraigadas (Snow & Benford, 2000; McAdam *et al*, 2001).

Em outros termos, no Brasil do regime militar, quais foram os mecanismos que permitiram a saída do “gueto” e a eclosão de movimentos voltados para a liberação sexual? De que modo foram cavadas as rotas para as mobilizações sociais em torno de direitos sexuais no Brasil do final dos anos 1970, cuja conjuntura política autoritária facultava toda sorte de iniciativas de repressão contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros? Num Brasil dominado por padrões culturais que disseminavam o autoritarismo empreendido pelo Estado e por setores mais conservadores da Igreja Católica e das classes médias, quais foram as estratégias e os repertórios de ação coletiva selecionados para responder aos dilemas da estigmatização? Trata-se, nesse sentido, de explicar de que modo estes grupos se constituíram e desenvolveram estratégias para lidar com um ambiente moralmente e politicamente intolerante com as minorias sexuais.

A hipótese central deste trabalho é a de que grupos homossexuais, fomentados pela experiência contracultural – propiciada, sobretudo, pela imprensa alternativa e por um mercado de arte “marginal” –, foram capazes de elaborar e articular o que Gamson (1996, p.265) chamou de *pacotes interpretativos*, isto é, “ongoing discourse that evolves and changes over time, providing interpretations and meanings for relevant events”; com eles, produziram sua própria interpretação da conjuntura política nacional.

As explicações para o surgimento do movimento homossexual no Brasil esteve condicionado ao circuito cultural da época, cuja possibilidade de expressão e livre produção artística e jornalística, por sua vez, esteve condicionada aos limites impostos pelo regime autoritário instalado pelos militares. Ou seja, a necessidade de criar formas e canais que pudessem expressar o descontentamento e os reclamos dos diversos grupos sociais facultou a produção de uma imprensa alternativa e de uma contracultura artística marginal que serviriam de suporte para a “crítica política dos costumes”, empreendida futuramente pelo movimento homossexual brasileiro.

Assim, defendo a ideia de que toda forma de mobilização política depende, a um só tempo, tanto da configuração política que a sustenta quanto do substrato cultural que permite interpretar a ação coletiva de protesto como forma legítima diante das janelas de oportunidade que se apresentam. Desse modo, a questão que emerge não está tão diretamente ligada ao nível de mobilização dado pela presença ou ausência de janelas de oportunidades. Por isso, não é o caso de verificar somente se a mobilização homossexual varia em intensidade em função da abertura do sistema político, já que as condições para tanto nem sempre se manifestaram de maneira clara e evidente. Seria o caso de tentar entender o modo como os movimentos constroem diferentes estratégias discursivas e diferentes repertórios de ação coletiva por intermédio da apropriação ativa de recursos, redes, organizações e pacotes simbólicos.

No primeiro capítulo deste estudo, então, serão apresentadas as principais contribuições teóricas escolhidas para explicar o surgimento de mobilizações em torno da temática sexual. A primeira seção lida especificamente com a literatura brasileira sobre o tema que, apesar de escassa, fornece pistas valiosas para compreender a relação entre identidade coletiva e estratégia dos movimentos sociais nos países latino-americanos, cuja história de ativismo diverge profundamente dos países europeus e dos Estados Unidos. Na segunda etapa dessa sistematização bibliográfica, serão apresentadas as principais correntes teóricas que

procuraram enfrentar a problemática dos movimentos sociais durante a eclosão maciça desses grupos nos anos 1960 e 1970, apresentando a evolução da teoria de movimentos sociais e enfatizando a utilidade prática dos conceitos desenvolvidos pelos diversos autores sobre o processo de constituição política, cultural e mesmo econômica dos movimentos sociais.

O segundo capítulo, por sua vez, tem como intuito explorar a relação entre os movimentos sociais e o contexto autoritário brasileiro. As mobilizações do MHB são expressão de mudanças mais amplas na sociedade civil brasileira e de sua relação com as transformações na conjuntura política e cultural. Nesse capítulo, também serão apresentadas as relações entre oportunidades culturais e o surgimento do MHB. Essas relações são tratadas levando em consideração a forma pela qual um conjunto de espaços organizacionais forneceu as oportunidades de engajamento em redes de *sociabilidade* e os *enquadramentos interpretativos* mobilizados por essa rede de ativistas. Temas dos capítulos subsequentes.

No terceiro capítulo, o objetivo será esboçar brevemente a “sociografia” dos grupos de ativistas e, com isso, retratar o papel que o fluxo transnacional de ideias sobre sexualidade obteve na maneira como esses atores resolveram lidar com os estigmas que os afetavam.

No quarto capítulo, analiso os enquadramentos interpretativos originados dessa experiência contracultural de mobilização e, com efeito, sua relação com a “Luta Maior” da redemocratização que regulava a agenda da esquerda dos anos 1970 e 1980. O objetivo, aqui, é entender a maneira como a retórica da “libertação sexual” acabou se transformando no principal – mas não o único – enquadramento interpretativo do período.

Por fim, o quinto capítulo realiza um esforço de alinhamento desses passos anteriores ao tentar articular o modo como os grupos ativistas procuraram empregar repertórios de ação coletiva próprios em prol da “Libertação Sexual”.

O foco principal desta dissertação diz respeito ao modo como os movimentos surgem, interagem com outros atores interessados no jogo político – competidores, aliados e contramovimentos, por exemplo –, e o impacto que essa teia de relacionamentos é capaz de imprimir às estratégias simbólicas e discursivas dos movimentos sociais. Assim, pretendo analisar a maneira pela qual a conjuntura política foi reinterpretada pelos ativistas a partir de determinadas experiências sociais e de que modo a contracultura de resistência ao regime militar permitiu a eclosão de novas identidades políticas no cenário nacional.

CAPÍTULO 1: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO E ABORDAGEM TEÓRICA

1. A LITERATURA SOBRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: ANTES E DEPOIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

O presente capítulo é um esforço de síntese das principais tendências e teses sobre as mobilizações em torno da questão homossexual no Brasil. Serão delineadas, de maneira sumária, as conclusões e reflexões acerca do início das mobilizações homossexuais no Brasil dos anos 1970 e 1980 e seus desenvolvimentos durante as décadas subsequentes. Posteriormente, serão detalhadas os aporte teóricos emprestados das teorias de movimentos sociais, que tomarão parte no desenvolvimento da explicação do surgimento e desenvolvimento do primeiro ciclo de mobilização homossexual no Brasil durante o final dos 1970 e início dos 1980. Nesse ínterim, pode-se dizer que a literatura sobre o MHB pode ser dividida em duas fases: uma anterior e outra posterior à redemocratização.

Os primeiros estudos sobre mobilizações homossexuais no Brasil são de estrangeiros e enfatizavam os processos de construção de identidades e desconstrução de gramáticas políticas tradicionais. Para tal literatura, o movimento fazia parte de um contexto mais amplo de “minorias”, como negros, mulheres, moradores de rua, dentre outras categorias que revitalizaram a esfera pública e dinamizaram a sociedade civil brasileira a partir do final dos anos 1970. Esses ativistas criticavam o risco de essencialização e reificação da homossexualidade e os efeitos deletérios que adviria dessa ausência de comunicação entre os diferentes atores da sociedade civil. As experiências sociais de marginalização e a estigmatização social os levariam a plasmar estratégias políticas de contestação da ordem societária e política.

As mobilizações de grupos de homossexuais deram visibilidade acadêmica à *política da sexualidade* no contexto brasileiro. Essas ideias tornam-se evidentes no estudo inaugural de Peter Fry, *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira* (1982), que reúne diversos ensaios sobre o modo como taxonomias sociais foram construídas e articuladas politicamente. No Brasil, segundo Fry, haveria uma dicotomia mais ou menos rígida entre o

homossexual ativo e o passivo, dicotomia esta fundada numa hierarquia, na cultura popular, entre o “bofe”/ativo/dominante e a “bicha”/passiva/dominada².

Existiria ainda, segundo comenta Fry, o modelo da psiquiatria e da medicina. Heterossexualidade é encarada como o intercuro entre homens e mulheres apenas. A homossexualidade compreenderia, nessa medida, toda e qualquer relação com parceiros do mesmo sexo. O que é mais importante nessa perspectiva é a associação entre “normalidade” e “anormalidade” aos pares “heterossexualidade” e “homossexualidade”. A classificação efetuada pelos dispositivos médicos enquadra o homossexual como um “anormal”, ou melhor, como um “pervertido” que não tem culpa de sua própria condição. O homossexual é *vítima* de si próprio. Em resumo, na classificação medicamentosa, ele deve ser *curado*.

Tal dicotomia entre o heterossexual/normal/saudável e o homossexual/anormal/doente foi contraposta por Fry ao modelo anglo-saxão de *gay*, em que não há distinção de superioridade entre as partes. O autor buscava compreender o modo como a categoria “igualdade” começava a entrar para o imaginário político dos homossexuais no Brasil. No contexto internacional, a ideia de “*gayness*” corresponde a uma tentativa de contrapor-se às velhas maneiras de classificação da homossexualidade. Para fora do viés religioso ou médico-psiquiátrico, o *gay* é justamente aquele que, ativo ou passivo, desfruta de uma condição de livre exercício de sua liberdade individual.

Pode-se dizer que Fry é o primeiro a tentar compreender a entrada dessas novas ideias no contexto brasileiro com a formação do movimento homossexual. Apesar de dedicar pouca atenção ao próprio MHB em si, o autor dá ênfase ao modo como novas retóricas importadas do contexto internacional estavam mudando a face da política sexual no Brasil (Fry, 1982). O estudo de Fry revelava, portanto, que novos discursos políticos se descortinavam na esfera pública brasileira. O movimento homossexual seria uma novidade. E a criação de uma rede de sociabilidade mais estável e de um ambiente de maior flexibilidade política impulsionaria a desconstrução da dicotomia ativo/passivo e a introdução de categorias mais igualitaristas, ainda que essas duas formas de categorização presentes nos coletivos homossexuais gerassem tensões e contradições, muitas vezes insolúveis no interior desses grupos.

² Assim, o “bicha” e o “veado” seriam aqueles que assumiriam posições passivas durante o ato sexual, assemelhando-se à mulher, ao passo que aquele que agisse ativamente durante o ato sexual, independentemente do sexo de seu parceiro, seria considerado “homem”. O homossexual, de modo mais geral, seria justamente aquele que abdica da posição ativa e dominante de homem.

Outro trabalho relevante é *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”* (1990), de Edward MacRae, que segue muito proximamente as formulações de Fry acerca dos diferentes registros das identidades homoeróticas presentes no Brasil. O trabalho é uma etnografia acurada do grupo SOMOS-SP, na década de 1980, e explora a dinâmica da produção de hierarquias no interior de discursos igualitaristas do movimento gay. Para MacRae, o grupo SOMOS seria marcado pela proeminência de modos de ação coletiva igualitaristas e antiautoritários, por intermédio, sobretudo, da criação de uma linguagem política que excluía os pares assimétricos ativo/passivo. Entretanto, MacRae pontua também que esses grupos apresentavam uma forte polarização entre a velha “esquerda” e a independência das lutas minoritárias. Segundo o autor, a dissolução do SOMOS foi produto da rigidez do grupo no tocante à divisão heterossexual/homossexual, o que levou a um esgarçamento do projeto político de diálogo com outros movimentos sociais (MacRae, 1990)³.

Os autores, escrevendo a partir da década de 1990, ou seja, na pós-Redemocratização, conformam uma nova onda de estudos que afirma a vitalidade de novas *construções* sociais da ação política, da esfera pública, do mercado e das relações entre Estado e sociedade civil. Houve um aumento de interesse por parte de acadêmicos de diversas especializações em voltar seus instrumentais teóricos para pensar a problemática da atuação de sujeitos coletivos homossexuais. Esses autores tendem a enfatizar o papel dos coletivos na constituição de novas formas de cidadania e de relação com a política. Cobrindo uma variedade de tópicos, os trabalhos recentes abordaram diversos aspectos do movimento homossexual brasileiro presentes nas novas formas de protesto surgidas a partir da década de 1990 em diante.

Essa nova linha de estudos argumenta que tempos após o processo de redemocratização houve um reflorescimento de coletivos homossexuais e de formas de experimentação política (Facchini, 2005; Santos, 2007). Essa literatura mais recente vem

³ Esse trabalho, em particular, procurou investigar o movimento homossexual enquanto caso específico durante o ciclo de protestos da Redemocratização. Seu intuito não era, portanto, a investigação sistemática entre sexualidade e política. Para uma leitura mais detalhada sobre a história sociológica da homossexualidade no Brasil, ver: Green, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000; Parker, Richard Guy. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991. A discussão social sobre a identidade social do homossexual pode ser acompanhada mediante a leitura de: Fry, Peter; MacRae, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983; Guimarães, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. 1977. 154p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. A relação entre sexualidade e prostituição: Perlongher, Nestor Osvaldo. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Outros trabalhos tratam diretamente da questão da organização identitária e das práticas culturais homossexuais, o que não é o tema deste trabalho, mas que deixo indicado, são estudos que oferecerem um quadro geral das investigações sobre sexualidade e gênero no Brasil dos anos 1980.

justamente para se contrapor às teses anteriores de que a democracia brasileira assistiria a um enfraquecimento das mobilizações coletivas homossexuais. Tais autores ressaltam, com isso, os novos papéis, novos atributos e novas promessas preconizadas pelos movimentos sociais contemporâneos (Facchini, 2005; Santos, 2007; França, 2006).

O interesse acadêmico pelo MHB pode ser explicado graças à visibilidade na esfera pública de novas formas de atuação, tal como a Parada do Orgulho LGBTT, o desenvolvimento de ONGs/HIV/AIDS, criação de entidades nacionais do movimento, o Disque Defesa Homossexual, a produção de espaços de interação social voltados para o público homossexual, assim como a inclusão na Lei Orgânica de diversos municípios da expressão “orientação sexual” – Eventos esses ocorridos, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1990.

Em linhas gerais, os autores podem ser distribuídos ao longo de um espectro que vai de posições teóricas que enfatizavam o papel da cultura, posições representadas em sua maioria por uma vertente antropológica de construção do objeto, às posturas mais centradas na racionalidade política dos atores envolvidos em processos de consolidação da cidadania, perspectiva esta representada por uma heterogeneidade maior de posicionamentos teóricos. Pode-se dizer que os textos estruturam diferentes cruzamentos entre cultura e política, que englobam tanto noções de cultura como fonte de questionamento de concepções políticas tradicionais, quanto de estratégias dos agentes dentro de um contexto institucional.

Entretanto, o campo de estudos não tem sido marcado por polêmicas ou conflitos declarados, havendo inclusive referência recíproca em alguns casos. Os próprios trabalhos mais culturalistas asseveram a importância do MHB na consolidação da cidadania, tanto quanto, em alguns momentos, os trabalhos mais institucionalistas confirmam a necessidade de se pensar a ação coletiva em termos de reconhecimento da diferença interna do MHB.

a) Vertente Culturalista

Na versão culturalista, a cidadania é tomada como alguma coisa que foi questionada, retrabalhada e problematizada durante o debate simbólico nos conflitos identitários dentro do MHB, ainda que, de certa forma, certos problemas possam resultar de uma política de identidade marcada pelo “segregacionismo”. Daí, a atenção aos processos de *negociação*

cultural. As versões “culturalistas”, para explicar o MHB, privilegiam as noções de identidades coletivas, estilos de vida, gênero, parentalidade, temáticas que situam a análise muito mais nas teorias de gênero do que no âmbito da sociologia dos movimentos sociais.

Na maioria dos trabalhos culturalistas, o foco reside na conflitualidade interna mediada pelas categorizações identitárias divergentes dos grupos no interior do MHB e, portanto pelas noções diferentes de política e cidadania. O conceito de política está presente nesses textos de uma forma mais flexível, delimitando um campo não-institucional ou semi-institucional relacionado às disputas pelo reconhecimento de identidades e do papel dessas disputas para a reorganização das relações societárias.

As diversas autonomações dos movimentos coletivos surgem nessa veia mais culturalista como o fator relevante na discussão. O livro de Regina Facchini, *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, apresenta a história do movimento gay no Brasil através de microconflitualidades que perpassaram o movimento homossexual desde sua criação, em 1978, com o grupo SOMOS-SP. A rede de conflitos do movimento relaciona-se, no entender de Facchini, às inúmeras relações com atores adjacentes ao MHB que passaram a existir após a redemocratização. Esses outros agentes adjacentes ao MHB, como o Estado, o mercado GLS, as universidades, membros diversos da sociedade civil, ao mesmo tempo em que criam limites e tensões, também propiciam novos recursos econômicos, simbólicos e políticos, mantendo relações ambíguas com o movimento. O foco da dinâmica interna do movimento homossexual, portanto, reside na construção de autonomações, mediante uma lógica que cria segmentaridades, fissuras e “rachas” em função dessas novas redes de relacionamentos.

A narrativa histórica do MHB presente no texto de Facchini mostra como *sujeitos coletivos* se constituem no interior de conflitos identitários ao criarem malhas sociais, conexões ativas e ressignificações discursivas. A análise construcionista de Facchini trata, principalmente, da conflitualidade interna ao movimento vista através da “lente” privilegiada, segundo a autora, da plasticidade e pluralidade identitária dos agentes.

Tais “conexões ativas”, como as ligações entre mercado segmentado e movimento homossexual, segundo Isadora Lins França (2006), outra importante estudiosa do MHB, criam contextos, signos identitários e valores primordiais para os processos de transformação de agentes sociais em sujeitos políticos. O consumo de bens do mercado GLS sustenta estilos de vida, portanto. Os objetos de consumo são alvos de injunções, investimentos, definições,

construções e, por isso, contribuem para impedir que as identidades dos grupos homossexuais se fixem em entidades autônomas e estanques. França (2007) também reivindica para si uma perspectiva relacional dos fenômenos de significação dos sujeitos coletivos, mas dando maior vazão ao papel do mercado segmentado homossexual enquanto suporte de estilos de vida diversos e aos processos identitários envolvidos na politização desses estilos de vida. Os sujeitos políticos constituem-se por intermédio de uma relação particular com “abrigos identitários” dados pela produção de estilos de vida, possibilitados pelo consumo de bens materiais e simbólicos supridos pelo mercado GLS (França, 2006).

Os signos identitários que circulam do mercado para o movimento são postos em molduras conflituosas, e tensões entre as diversas identidades sexuais são criadas, produzindo tanto oportunidades de consenso como de radicalização mesmo da diferenciação no interior do movimento. Por outro lado, a ideia de que um movimento social atua como possibilidade de novas propostas de organização societária está muito presente no texto *Parentalidade e Conjugalidade: Aparições no Movimento Homossexual*, de Anna Paula Uziel, publicado em 2006. Nessa obra, a autora trata das hierarquizações de agendas políticas presentes no movimento homossexual. O trabalho centra-se, com efeito, nos conflitos internos gerados pelas disputas em relação às agendas legítimas de luta em favor dos homossexuais.

Temas como adoção, parentesco, casamento, família não são categorias neutras e destituídas de marcadores sociais; pelo contrário, o texto da autora mostra justamente como tais assuntos estão longe de se constituírem consensualmente no interior do MHB. A bandeira do movimento homossexual, na descrição de Uziel, está inscrita num série de jogos de poder, conflitos, renegociações e, principalmente, numa *estrutura de relevância*, em que determinadas identidades – como os *gays* – reivindicam maior ação judicial junto a temas como violência e assumem uma maior prerrogativa diante de minorias - como no caso dos travestis, que se concentram em torno da homoparentalidade como principal bandeira. Tais agendas são resultado de dominâncias de identidades coletivas específicas. Mas, o que talvez a autora queira mostrar é que existe uma diversidade de identidades periféricas que também pode vir a propor agendas revolucionárias e radicais dignas de serem levadas em consideração em especial quando se trata de reformular a própria organização societária.

Outro texto que, de algum modo, também trata da conflitualidade simbólica presente nas interações entre os ativistas do MHB é *Identidade Sexual e Identidade de Gênero: subversões e permanências*, publicado no início dos anos 2000, de Gabriele dos Anjos. A

autora se esforça em mostrar o modo como a homossexualidade se constitui, em parte, como subversão desse sistema de classificação e percepção das relações de gênero e, portanto, das próprias relações sexuais; em parte, também reconduz à permanência de hierarquizações de gênero que ainda assim repõem a sujeição feminina e instalam conflitos e diferenciações entre ativistas. O conflito, no entender da autora, é de caráter cultural, ou seja, estabelece-se pelo choque de diferentes versões do que é fazer política “efetiva”. A autora explica o conflito mediante o pertencimento dos integrantes do grupo pesquisado a diferentes “comunidades axiológicas”. Ou seja, homens e mulheres participavam de comunidades que sustentavam valores, esquemas simbólicos e representações diferentes de atuação política. Tanto as mulheres quanto os homens entrevistados por Gabriele dos Anjos produziam esquemas simbólicos novos que questionavam e rompiam com o sistema dominante em geral, mas também reproduziam certas classificações fundadas em assimetrias de gênero, criando, com isso, situações de conflito e contradição discursivas no interior do movimento.

Trata-se de uma radicalização do olhar sobre a cultura no interior do movimento. A política apresenta-se na literatura com uma ampla definição, cobrindo uma variedade de fenômenos diversos. No caso dessa veia mais antropológica, que tem em Regina Facchini e em Isadora Lins França as referências mais citadas, os autores marcam o lugar da reformulação de identidades sexuais na problematização da esfera pública e da sociedade civil brasileira. Os repertórios culturais dos grupos homossexuais atuam como substrato simbólico da política. Ainda que tais autores enfatizem o nível micro das interações e os conflitos simbólicos, bem como a malha de definições e redefinições das identidades do movimento, eles afirmam que o MHB traz consigo oportunidades de renegociação da sociedade civil e da esfera pública em contextos mais amplos. Trata-se, portanto, da cultura em suas possibilidades políticas, agindo como *fonte* de novas propostas societárias.

b) Vertente Institucionalista

A outra vertente se interessa mais pelos processos de consolidação da cidadania em um nível macropolítico, tratando muito mais de questões referentes a direitos civis, cidadania, relações entre instituições e determinados grupos sociais. Essa segunda vertente trabalha mais sobre a *redistribuição* de direitos do que sobre a *diferenciação* interna de sujeitos políticos, tal

como fazem as interpretações culturalistas. Essa linha institucionalista desenvolveu uma perspectiva orientada em função das *ações* que o MHB formulou junto a instâncias institucionais, a fim alcançar a satisfação de demandas por inclusão social⁴. Preocupa-se, sobretudo, com a consolidação da cidadania em nível macropolítico e jurídico, dando menos atenção à formação discursiva subjacente à noção de cidadania. A cidadania, enquanto objeto do discurso dos grupos e facções do MHB não são tematizadas; a cidadania é vista mais como corpo objetivo de direitos garantidos pela equidade dos indivíduos perante a lei. O foco institucionalista coincide, então, com a problemática da consolidação da democracia como sistema capaz de dar conta de uma distribuição mais justa de direitos e garantias individuais.

Os aportes mais institucionalistas tomam como referência os debates acerca dos processos de consolidação da cidadania no contexto pós-redemocratização. De que forma as mobilizações participaram da esfera pública pós-redemocratização e quais os impactos que essa participação teve na consolidação da cidadania? Quais os mecanismos e recursos acionados por esses agentes na consecução de direitos civis a determinados coletivos? Tais questões orientam as preferências teóricas desses autores. O campo de problemas concentra-se no cerne de discussões voltadas para contextos “institucionais” e para estratégias de luta por *reconhecimento* dadas *nesses* contextos. Os autores demonstram, com isso, preocupações em descrever e explicar projetos de alteração jurídico-institucionais desenvolvidos pelo MHB em favor da *desestigmatização* dos homossexuais e do reconhecimento de seus direitos de existir enquanto identidade coletiva livre de constrangimentos.

Essa linha de trabalho, representada em grande parte por Gustavo Gomes Soares (2007), cientista político, e por Cristina Câmara (2002), socióloga, dá menos atenção à construção das identidades coletivas por intermédio das microconflitualidades internas⁵; suas

⁴ Regina Facchini (2005) ressalta que a crítica contra a “sopa de letrinhas”, propagada na mídia durante o final dos anos 90, não capta a importância da noção de identidade na explicação do movimento homossexual, pois perguntar pelo processo de construção de identidades constitui um modo de apreender a dinâmica interna de um movimento num determinado contexto social. A proliferação de nomeações mostra, segundo a autora, que a identidade é um contexto relacional e que essa produção de identidades é propositiva, uma vez que permite estabelecer os limites possíveis de uma ação coletiva (Facchini, 2005, p.33). Entretanto, a autora também ressalta os perigos que pode advir de uma hiper-segmentaridade e de um “segregacionismo” identitário, alertando para a necessidade de “construir a partir do reconhecimento da diversidade, enfrentando o dilema entre 'cidadania' e 'orgulho/afirmação de diferenças essenciais e estanques’” (Facchini, 2005, p.282).

⁵ Embora Câmara descreva com riqueza de detalhes as negociações identitárias no interior do grupo *Triângulo Rosa*, do Rio de Janeiro, durante algum tempo antes das discussões acerca da Carta Constitucional, o objetivo de Câmara (2002) é traçar o percurso do *Triângulo Rosa* em função da elaboração do termo “orientação sexual” e sua inclusão na Constituição. O texto conta a história de como o grupo foi indispensável para a elaboração do termo e para a vulgarização do uso – em *todo* o MHB e, talvez, por toda a comunidade gay das grandes cidades – da noção de “orientação sexual”, que tornou-se um código de decifragem da sexualidade para *todo* o coletivo homossexual. Ou seja, Câmara não tem por objetivo a microconflitualidade em si, mas os conflitos com setores

pesquisas procuram mostrar quais os recursos políticos, econômicos e simbólicos mobilizados na obtenção de *garantias jurídicas* à realização da cidadania.

No caso de Gustavo Gomes, em seu artigo, “Mobilizações Homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)”, ele delineia uma série de dispositivos e recursos que, ao longo da história de 25 anos de MHB, têm sido mobilizados na apresentação contínua das demandas homossexuais. O autor apresenta um quadro das *relações estratégicas* entre movimento e Estado, apontando como foco as mudanças na conjuntura política do Brasil e as táticas utilizadas pelos grupos durante a década de 1990.

Assim, ao mostrar como, durante 25 de anos de mobilizações, o MHB foi gradualmente criando estratégias de atuação cada vez menos “libertárias” e comunitaristas. Nesse período, formas mais “pragmáticas” de ação coletiva apareceram e foram amparadas pelo conceito de cidadania e de direitos humanos. O autor sugere que essa *racionalização* das estratégias foi responsável pelo *sucesso* jurídico-institucional do MHB. Novas táticas de mobilização, redes sociais, enquadramentos simbólicos “desestigmatizadores” e reconstruções simbólicas da AIDS demoliram a noção de “grupo de risco” associado à homossexualidade e novos recursos econômicos advindos das ONGs/HIV/AIDS e alianças com agentes políticos incluídos nas oportunidades políticas contribuíram, segundo Gustavo Gomes(2007), para revigorar mobilizações coletivas homossexuais a partir da década de 1990 e concretizar projetos de uma distribuição mais equitativa de direitos.

Outra autora comprometida com uma análise das relações entre Estado e movimentos sociais é Cristina Câmara (2002). O livro *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do Triângulo Rosa* trata das negociações simbólicas relativas à inclusão do termo “orientação sexual” na Carta Constitucional de 1988. O texto procura dar conta de uma visão histórica das negociações políticas acerca de um projeto jurídico de cidadania que não ressaltasse as diferenças dos coletivos homossexuais. O termo “orientação sexual” possibilitava a identificação de todo o MHB com um objetivo comum, apagando possíveis diferenças. O que Cristina Câmara se esforça por mostrar é que a expressão delimitava uma possibilidade de obtenção de direitos que a autora denomina como “sociais”. Em suma, o que estava em jogo para o movimento era precisamente a formação de direitos inclusivos, não pautados por privilégios de identidades, mas ancorados numa política da igualdade.

conservadores do Congresso Nacional, desconsiderando disputas que o *Triângulo Rosa* possa ter travado com outros grupos do MHB.

Direitos inclusivos, mas não pautados por privilégios identitários, ancoram-se numa política fundamentada na ideia de direitos civis. Câmara (2002) fornece, com isso, um quadro das mobilizações estratégicas voltadas para a reescrita do código jurídico e para a redistribuição de direitos. O MHB emprega estratégias mais institucionais, como a inclusão no Código de Ética do Jornalista, a busca por autorizações científicas empreendidas por antropólogos, médicos e psiquiatras, e também alianças com parte do movimento feminista e setores de partidos de esquerda.

Ainda tratando de redistribuição de direitos e das táticas adotadas pelas mobilizações homossexuais, existem trabalhos voltados para a consecução de direitos de proteção contra a violência e o preconceito. Sérgio Carrara e Sílvia Ramos, por exemplo, esforçam-se por mostrar a formação de uma tecnologia de informação com a função de produzir dados sobre a violência e preconceitos contra homossexuais (Carrara & Ramos, 2006). O estudo foi suscitado pela criação, no final dos anos 1990, do Disque Defesa Homossexual, o DDH, no Rio de Janeiro, como estratégia de identificação de diferentes modalidades de violência, incluindo assassinatos, extorsões e dinâmicas cotidianas de violência. O programa foi pensado em conjunto com medidas modernizantes que incluíam a criação de aparatos policiais mais bem treinados para atuar tanto na identificação e prevenção de agressões, quanto no atendimento direto às vítimas.

Até então, imagens padronizadas e discriminatórias veiculadas pela mídia divulgavam somente os casos sensacionalistas de assassinatos, tratando as vítimas como responsáveis por suas próprias tragédias, em virtude de sua orientação sexual. A coalizão com intelectuais acadêmicos, segundo demonstram os autores, teria sido decisiva na transformação do modo pelo qual o ativismo homossexual passou a ser visto na esfera pública, definido como problema social específico. A consolidação de políticas públicas de combate à discriminação teria enfraquecido os estereótipos da mídia contra homossexuais (Carrara & Ramos, 2006).

De modo geral, os autores “institucionalistas” retratam as disputas políticas, a formação de alianças políticas e a obtenção de recursos diversos que possibilitaram uma ação junto a órgãos públicos diversos. O ponto nevrálgico, portanto, é a da tradução dessas identidades em nível político-institucional, concentrando o foco de análise muito mais nessa tradução jurídica do que na construção conflitiva da identidade coletiva.

Tanto a vertente culturalista quanto a institucionalista, destarte, deixam de lado dimensões que podem ser iluminadas com o acesso a outras matrizes teóricas. A literatura da

teoria de movimentos sociais pode ajudar a elucidar questões relevantes no que tange à formação e consolidação de formas específicas de ação coletiva disponíveis para os ativistas durante os anos 1980. Essa literatura sobre movimentos sociais desenvolveu abordagens numa direção que pode lançar luz nova sobre o caso brasileiro.

2. TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRE AÇÃO E ESTRUTURA

Nesta parte do trabalho, convém analisar as teorias de movimentos sociais (TMS) desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, a fim de contrastar com a bibliografia nacional e, ao mesmo tempo, procurando identificar novos instrumentais teóricos para explicar com maior clareza as ocasiões do surgimento do MHB e o modo como o movimento aproveitou as oportunidades políticas e culturais para construir a retórica liberacionista durante o final dos anos 1970 e início dos 1980.

A literatura americana sobre movimentos sociais teve aplicações frutíferas na compreensão do fenômeno do ativismo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros⁶ (LGBTT), desde seu surgimento nos anos 1960. Contudo, no Brasil, ainda pouco se usou das TMS para explicar o ativismo homossexual. Como essa é a perspectiva a ser adotada neste trabalho, a seguir, apresenta-se um quadro sumário das teorias de movimentos sociais produzidas durante a década de 1970 e as posteriores tentativas de síntese entre as teorias. O objetivo é localizar conceitos que funcionem como ferramentas na análise do caso brasileiro, do mesmo modo como funcionaram para explicar o movimento homossexual americano.

Nos anos 1960, estudantes, negros, defensores dos direitos civis, mulheres, idosos e toda sorte de grupos sociais saíram às ruas, ergueram bandeiras de luta, entoaram gritos de protesto e palavras de ordem, enfrentaram os órgãos repressores do Estado e insurgiram suas vozes contra os padrões vigentes de normas socioculturais. Tudo isso a despeito dos custos e dos riscos de agressão física e morais perpetradas pelas autoridades, sempre em nome da ordem. Os anos 1960 viram a negação das hipóteses sustentadas no período anterior pela sociologia de que os anos que se seguiram ao fim da Segunda Grande Guerra foram marcados pelo fim das ideologias e, portanto, das mobilizações sociais (Alonso, 2009; McAdam, 1990).

⁶ Para uma discussão mais completa e detalhada dos processos de autonegação coletiva e seus impactos na agenda política do movimento homossexual durante os anos 1990 e 2000, ver: Facchini (2005).

Esse ciclo de protestos e mobilizações apareceu como um desafio explicativo à sociologia. Problemas até então não colocados ou, pelo menos, mal formulados precisavam obter novas respostas. Se nos anos 1960 não havia sinais visíveis de crise material, por que então a ocorrência dessas mobilizações? Por que tais grupos com determinadas identidades coletivas e não outras emergiram como potenciais sujeitos da mudança histórica?

Uma gama de estudos se desenvolveu visando dar conta dos vácuos analíticos deixados pelas teorias sociais anteriores sobre a ação coletiva. Esta seção se propõe, justamente, a fazer um breve sumário crítico de como se desenvolveram essas teorias, quais eram seus principais supostos, problemas e hipóteses de pesquisa. Esta seção seguirá a organização desse campo de estudos já presente na literatura (Alonso, 2009), que distingue três grandes grupos teóricos: i) a teoria da mobilização de recursos (TMR) e ii) a teoria do processo político (TPP), que foram criação de teóricos americanos para dar conta principalmente do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e depois para uma série de mobilizações de outro caráter – como o movimento feminista, o movimento hippie e outros ligados à “Nova Esquerda” –, e iii) a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), que surgiu, por outro lado, calcada na tradição pós-marxista de autores europeus e teve como intuito compreender o ciclo de lutas estudantis, feministas, ambientalistas, dentre outras, que se desenrolaram na Europa a partir dos anos 1960 (Alonso, 2009). As teorias diferem em aspectos fundamentais, por exemplo, no foco na macroestrutura ou no microcontexto.

Trata-se de resumir os pontos centrais de cada teoria e apresentar as principais características do referencial analítico que orientará a dissertação: a Teoria do Processo Político. As razões para a escolha ficarão mais evidentes posteriormente, mas pode-se adiantar que a TPP oferece uma perspectiva relacional fundamental quando procura identificar, na dinâmica entre autoridades e dominados, as raízes das mobilizações. Contudo, conceitos de outras perspectivas serão emprestados como complementação, sobretudo para lidar com as dimensões culturais do ativismo, menos enfatizadas na TPP e mais elaborada pela TNMS.

a) Teoria do Processo Político

A teoria do processo político concentra seu foco analítico na relação mutuamente constitutiva entre estratégias, resultados e o contexto das mobilizações. A premissa principal

dessa perspectiva é de que as mobilizações dependem, ou pelo menos variam, em grande medida em função de fatores exógenos. Normalmente, a perspectiva, surgida em meados dos anos 1970, está associada a estudos que têm como objetivo principal a explicação do surgimento e decadência de ciclos de mobilização e demonstrações públicas, através do uso do conceito de *estruturas de oportunidades políticas* (EOP). Trata-se, assim, de uma perspectiva voltada, sobretudo, para a análise da cadência e da temporalidade dos protestos.

O ponto nodal da TPP reside na ideia de que os atores sociais não se engajam em movimentos sociais em virtude de algum tipo de disposição psicológica que os dirige a tais ações; ao contrário, objetivos, táticas e estratégias respondem à percepção racional que os atores têm do contexto político circundante. O uso explícito da noção de estruturas de oportunidades políticas teve seu primeiro expoente na figura de Tilly (1978). O conceito tem o mérito de dar conta dos fatores externos presentes no momento da mobilização. Para Tilly (1978), mais do que as características individuais dos ativistas ou das organizações em que estão inseridos, a mobilização encerra um cálculo consequencialista em função da solidez do bloco político no poder. Ou seja, a ação coletiva só toma parte nos episódios de confronto quando as estruturas institucionais e as coalizões das elites políticas apresentam sinais de desgaste e de eminente ruptura. A estrutura de oportunidades políticas é, portanto, o ambiente em que um conjunto de instituições e de coalizões entre as autoridades políticas oferecem mais ou menos resistência à possibilidade de conflito (Tilly, 1978).

Para o sociólogo americano, as táticas e estratégias que os ativistas empregam são selecionadas num espectro definido cultural e historicamente que ele denomina de *repertórios de ação coletiva* ou de *confronto*. Repertórios são definidos como formas de ação política não convencionais e indiretas de pressão sobre as autoridades e os detentores do poder – que não são específicas a determinados períodos históricos. Constituem rotinas que respondem a determinados parâmetros da ação coletiva num dado período, portanto. No momento de seu uso, isto é, na apropriação feita por diferentes agentes em diferentes contextos, os repertórios sofrem adaptações, acomodações e mudanças. Há um componente de inovação encetado pelos movimentos sociais; e eles devem responder a novas configurações procurando sempre adaptar formas já disponíveis no repertório de ação coletiva. Aliás, é mediante essa recriação continua de repertórios que movimentos sociais podem fazer pressão à estrutura política (Bülow & Abers, 2011; Diani & Donatella, 2006; Tilly, 1995).

Segundo Tilly (1995), a frequência de demonstrações públicas de protesto e a seleção de repertórios específicos seguem uma relação estratégica em relação ao nível de abertura do sistema político. Contextos institucionais favoráveis e a presença de aliados inseridos nas estruturas de poder favorecem a mobilização, ao mesmo tempo em que a atuação de elites contrárias às demandas encetadas pelos movimentos sociais, bem como determinados dispositivos institucionais, representam custos de ação para os ativistas. Desse modo, podemos esperar que ambientes autoritários e repressores, com pouca circulação de elites, tendem a ser menos propensos a ciclos de mobilização, já que os custos impostos aos ativistas tornam insustentáveis os protestos; ao passo que ambientes plenamente abertos e responsivos, com ampla participação popular, também podem inibir a atuação de ativistas, uma vez que os canais legítimos de acesso ao sistema político permitem a tradução imediata de demandas em políticas públicas de maneira fácil e sem maiores dificuldades (Tilly, 1995). Logo, o cenário mais propício ao desenvolvimento de ciclos de protestos são os momentos de *transição*, tais como democratização, por exemplo, em que a realocação de elites políticas e a progressiva abertura de acessos institucionais impulsionam a percepção dos ativistas de que a ação política é possível e as chances de sucesso são favoráveis. O exemplo dessa tese é o trabalho do próprio Tilly (1995), quando analisou os processos de democratização na Grã-Bretanha durante o final do século XVIII e o começo do XIX, período em que houve a formação de um Parlamento mais democrático, sobretudo com a implementação progressiva de eleições regulares, que garantiu o acesso da população à política, ao mesmo tempo em que engatilhou ciclos de contestação e de oposição ao regime no período (Tilly, 1995) .

Entretanto, a TPP insere um elemento cultural na argumentação, já que as pessoas só se mobilizam em torno de categorias de pertencimento organizadas em redes de relacionamentos, ou seja, em torno daquilo que Tilly vai chamar de *catnet*, redes interpessoais densas que permitem a articulação e o uso de categorias e identidades coletivas.

Os processos de mobilização, segundo a TPP, ocorrem não apenas na esfera da sociedade em contraposição à esfera estatal. Um ponto a ser salientado no trabalho desses teóricos é, justamente, a imprecisão da diferenciação entre Estado e sociedade. Durante os episódios e processos políticos os mais diversos, as elites políticas na periferia da comunidade política (*polity*) lançam mão do apoio de grupos de contestação no intuito de construir plataformas políticas, angariar apoio na disputa eleitoral ou mesmo recrutar novos membros para os quadros partidários. Por outro lado, os movimentos sociais também transacionam

recursos com elites políticas, no sentido de que, de determinadas barganhas políticas, possam beneficiar de imediato a população a qual os grupos de contestação pretendem representar.

Assim, a tese crítica de que a TPP retrata uma constante luta da sociedade contra o Estado não se justifica, já que existe uma constante sinergia entre essas duas instâncias. Política institucional e não-institucional se misturam sim. Daí, a conhecida definição de movimentos sociais, que estabelece que movimentos sejam interações confrontacionais entre detentores do poder e desafiantes. O foco, aqui, recai sobre a ideia de interação e de relação. Os grupos não se definem substantivamente; não se trata, portanto, da simples presença de traços adscritos, mas sim de um conjunto de episódios de confronto entre *autoridades* e *desafiantes* em nome de uma população em litígio (Tilly, 1978).

Os movimentos sociais são, nessa medida,, dispositivos ou repertórios de confronto inventados no Ocidente, no intuito de exercer pressão sobre as autoridades. O desenvolvimento dessas formas de ação coletiva não seria um evento aleatório e contingente presente em situações de crise, mas um efeito inerente à própria organização dos Estados-Nacionais. Antes dos processos de centralização política e decisória, os conflitos políticos e sociais se davam em contextos locais. Temas como alimentação, moradia, distribuição de riquezas eram resolvidas através de um sistema descentralizado de decisões políticas. Incumbia ao senhorio proprietário de terras ser o responsável pela resolução de conflitos, uma vez que ele era o responsável pela distribuição de bens e serviços e pelas decisões políticas mais importantes. O conflito, então, era de caráter paroquial. Situação que mudou drasticamente quando a criação de estruturas nacionais de deliberação e a decisão política tomaram conta do cenário sociopolítico. A centralização promoveu a agregação de demandas e a possibilidade de resolução de problemas de forma centralizada. A influência na tomada de decisões passa, agora, pela organização a nível nacional.

Portanto, os repertórios de contenção sucederam os modelos mais paroquiais de pressão política. Daí, a relação especial que essas formas de participação tiveram no desenvolvimento de instâncias de deliberação durante o século XVIII e XIX, pois a organização coletiva e pública de petições, abaixo-assinados, comícios tiveram papel fundamental na formação de uma tradição cultural democrática no Ocidente. Em suma, os episódios de mobilização e os processos de democratização caminham juntos, ponto relevante a ser discutido mais posteriormente neste trabalho (Tilly, 1978; McAdam *et al*, 2001).

Além das pesquisas de Tilly, outros estudos de casos surgiram a partir dos anos 1970, tendo como quadro teórico a ideia de que os movimentos têm suas chances de sucesso e fracasso baseados nos processos políticos que situam um campo de possibilidades pelos quais os ativistas podem escolher estratégias e táticas. Dentre os mais importantes, por exemplo, pode-se citar McAdam (1990), cuja perspectiva analítica tenta dar conta da interação entre fatores exógenos e endógenos, mormente quando analisa as insurgências coletivas do movimento pelos direitos civis durante a década de 1960. Fatores como o declínio da economia de algodão, a migração em massa de negros do sul para o norte dos Estados Unidos, mas, principalmente, o aumento do eleitorado negro norte-americano combinado com o forte impacto cultural que as imagens de agressões contra negros exibidas nos noticiários televisivos, deram ensejo à formação de organizações pelos direitos civis (McAdam, 1996).

Ao mesmo tempo em que uma dezena de estudos salientou a flexibilidade da ideia de estrutura de oportunidades políticas e de repertórios de ação, também foi apontada a confusão e a falta de consenso em relação a quais variáveis estruturais referir-se para descrever de uma melhor forma o processo político (Tarrow, 1998), bem como a falta de atenção em relação aos recursos culturais-cognitivos que estariam imbricados durante o processo de percepção das oportunidades e constrangimentos (Gamson, 1996; Polleta, 1998). De certa forma, os fatores mais mencionados e, talvez, até convencionados – listados no quadro 1.1, logo abaixo –, passaram a ser insuficientes ou esquemáticos demais para compreender as relações entre *cultura e estrutura* no que tange à produção da ação coletiva.

Quadro 1.1. Variáveis da Estrutura de Oportunidades Políticas

1. Acesso formal às instituições políticas vigentes
2. Presença de elites políticas aliadas inseridas nas estruturas de poder
3. Nível de fragmentação ou consenso entre as elites no poder
4. Capacidade estatal de repressão
5. Capacidade estatal de implementação de políticas públicas
6. Estrutura informal de tratamento dos conflitos sociais por parte das elites política

Polleta (1998), por sua vez, questiona o fato de que essas variáveis listadas no quadro acima sejam dados objetivos presentes na realidade; uma vez que a cultura e a subjetividade dos agentes sociais são expulsas da análise sociológica, não se tem acesso ao modo como as

percepções dos agentes podem assumir um papel relevante para os rumos da ação política. Em muitos contextos, oportunidades políticas objetivas podem ser interpretadas pelos ativistas como descaso ou como provocação por parte das elites políticas. Ou seja, o estudo mais apurado das subjetividades, das estruturas cognitivas e emocionais dos ativistas pode servir como subsídios para modelos mais dinâmicos de ação coletiva, nos quais fatores conjunturais desempenham papel relevante na explicação do fenômeno movimentalista. As críticas de adeptos e defensores da teoria de novos movimentos sociais (TNM) enfatizavam a ausência de fatores culturais durante o processo de mobilização. Ativistas não se mobilizam em virtude de ganhos e custos dados previamente, visto que eles também se mobilizam em torno de identidades coletivas. É a essa teoria que dedico alguns parágrafos a partir de agora.

b) Teoria dos Novos Movimentos Sociais

O paradigma da teoria dos novos movimentos sociais, que, aliás, fez sucesso no Brasil durante a década de 1980, concentra seus esforços na explicação do *por que* os movimentos sociais emergem muito mais do que *como* esses atores sociais se mobilizam (Pichardo, 1997). Ou seja, assim como a TPP, e, portanto, diferentemente do individualismo metodológico, essa vertente de estudos articula fatores de larga escala no que tange à explicação dos movimentos sociais contemporâneos. São teorias que procuram relacionar mudanças nas estruturas econômicas com mudanças na organização da sociabilidade contemporânea. O papel da cultura como um conjunto de valores e esquemas de avaliação do mundo toma papel central nessa perspectiva (Pichardo, 1997).

Embora muito diferentes uns dos outros em suas propostas, autores como Alberto Melucci, Alain Touraine e Jürgen Habermas compartilham desse quadro geral que privilegia a formação conjunta de novos padrões societários e novas identidades coletivas (Alonso, 2009; Calhoun, 1995). Touraine (1985), por exemplo, salienta que a dominação social não se exerce mais por intermédio do controle dos meios infraestruturais de produção, tal como no modelo marxista, mas sim pelo controle simbólico da vida. Ou seja, os sujeitos históricos da mudança se encontram, sobretudo, nas minorias alienadas do direito à expressão de identidades. Exemplos como o movimento ambientalista, o feminista, o movimento negro e o movimento

homossexual consubstanciam, justamente, identidades coletivas ameaçadas em seu próprio direito de existir enquanto tais.

Estes movimentos resumem novas formas e estilos de vida que vão contra os modelos morais ou simbólicos “oficiais” da sociedade. Ou seja, os movimentos sociais não estão interessados de forma estreita com o acesso ao poder político institucional ou com bens tangíveis, como bens materiais ou bens públicos, mas sim com mudanças mais profundas nos *padrões culturais* da sociedade como um todo. Os movimentos sociais formariam, então, o que se convencionou chamar de “sociedade civil”, espaço que estaria no interstício entre o Estado e o mercado. De certa maneira, os novos movimentos sociais seriam os responsáveis pelos processos de “inovação cultural” presentes na sociedade contemporânea já que eles carregam dentro de si os germes de novas posturas e padrões sociais. Há aí, segundo esses autores, novas imagens sociais em ebulição (Touraine, 1985; Arato & Cohen, 1992).

Habermas (1987) também oferece sua própria versão acerca da teoria ao analisar o modo como a racionalização do Ocidente impacta nas estruturas de conflito social. Para Habermas, os confrontos entre capitalistas e operários foram progressivamente negociados e geridos pelo Estado de Bem-Estar Social que, lentamente, por meio de amplas políticas públicas de redistribuição, proveu aos trabalhadores respostas às suas demandas e assegurou aos capitalistas um ambiente estável, sem greves, colaborando com o crescimento dos lucros.

O Estado desmobilizaria, assim, os conflitos materialistas mediante a criação de estruturas de gerenciamento dos conflitos. Entretanto, argumenta Habermas (1981), a manutenção de políticas de segurança social permitiu com que o aparelho estatal se espalhasse pelos poros do tecido social. A burocracia passa a tomar conta de inúmeras áreas da vida social e nenhum terreno do cotidiano deixa de ser objeto do crivo do legislador e das normas estatais. O resultado, no entender de Habermas, seria o crescimento desmesurado da lógica sistêmica se expandindo da política e da economia para o fulcro da vida cultural. Em outros termos, a racionalidade instrumental estaria colonizando a racionalidade cultural. Para o autor alemão, a sociedade teria uma natureza dual, na qual a lógica sistêmica e instrumentalista estaria representada, sobretudo, pelos reinos da política e da economia, ao passo que o mundo da vida seria como que o estoque simbólico que habilitaria os atores sociais a desenvolver formas de ação comunicativa e desenvolver suas próprias normas de vida social. Quando a lógica sistêmica coloniza o mundo da vida, há a perda de diversidade e a inovação cultural encontra-se travada (Habermas, 1987).

Daí, a onda de mobilizações de cunho identitário-expressivas. Os novos movimentos seriam a manifestação disruptiva da intrusão racionalista no mundo cultural. Eles seriam como que formas rebeldes e insurgentes contra o esgarçamento de seus modos de vida. Existe aí a suposição de que os movimentos sociais não são, pelo menos no capitalismo tardio, portadores de uma vontade de poder ou de uma vontade materialista, como no século XIX. Os novos movimentos sociais não buscam conquistar o Estado; pelo contrário, procuram evadir-se dele. Homossexuais, mulheres, jovens, estudantes, ambientalistas, hippies e toda sorte de movimento contracultural estariam no fronte contra a homogeneização e a uniformização instrumental da sociedade. O poder, por sua vez, estaria disperso na sociedade de forma tão imiscuída que o conflito se dá por toda a malha social – isto é, dentro mesmo dos corpos e mentes das pessoas. Por isso a politização crescente de temas antes vistos como não pertencentes à esfera política. E o famoso lema feminista dos anos 1960 ganha ainda mais sentido: “O pessoal é político” (Whittier, 1999).

Melucci (1996) vem para dar novo fôlego a esta vertente, incorporando os termos do debate norte-americano e procurando dar conta dos processos de formação e criação de novas identidades coletivas. Se na sociedade industrial a dominação e o uso do poder residem na exploração do trabalho, o inverso ocorre na chamada “sociedade programada” ou “sociedade da informação”, já que o principal recurso necessário à dominação é o monopólio da informação. Melucci (1996) afirma, com efeito, que haveria a formação de um corpo de profissionais responsáveis pelo acúmulo de saberes para serem postos em uso nos mais diversos campos da vida. Médicos, psicólogos, psiquiatras e outros profissionais seriam responsáveis por um amontoado de informações sobre o funcionamento do corpo e da psicologia humana.

Logo, para Melucci (1996), o público e o privado deixam de existir, ou pelo menos, perdem a distinção formal e nítida que tiveram em outras épocas, sobretudo por conta dessa hiper-racionalização da vida efetuada pelo acúmulo de informações numa sociedade científica e tecnocrática. A partir dessa transformação no padrão de dominação societário, mudam-se os terrenos nos quais os possíveis focos de conflito surgem. Não mais o Estado ou o mercado como ponto fulcral dos movimentos de agora; pelo contrário, esses movimentos tornam-se, até certo ponto, obsoletos e estagnados, incapazes de perceber o “movimento” da história. O terreno no qual o poder se exerce é muito mais granulado e poroso. O corpo, a sexualidade, o lazer, o consumo e os costumes são as novas trincheiras de combate no mundo contemporâneo (Melucci, 1996).

O autor concede mais espaço do que qualquer outro teórico ao desenvolvimento das formas de conflito que acompanham o corpo como arena principal. Os feminismos e o movimento de gays e lésbicas e de outras identidades sexuais são os símbolos de sua época, pois preconizam justamente a luta pelo direito de possuírem e controlarem seus próprios corpos contra a medicalização e o psiquiatriismo presente nos tempos modernos. O corpo, em específico, passa a ser objeto de investimentos do poder/saber de uma maneira radicalizada (Foucault, 1976; Melucci, 1996). Não há mais espaço para a espontaneidade; pelo contrário, a padronização e a homogeneização da sociedade incidem diretamente sobre os regimes simbólicos do corpo.

Há em todos um mesmo modelo de gestão de corpos e sexualidade, sem margens para variação (Melucci, 1996). Os movimentos seriam, então, a manifestação de desejos, aspirações e fantasias esvaziadas num contexto de racionalização crescente. A tônica dos movimentos sociais no mundo atual é sempre a da “resistência cultural” contra uma coalizão técnico-científica. Seus propósitos originais seriam o reconhecimento de identidades marginalizadas por um discurso técnico-científico oficial. Os movimentos sociais, em suma, lutam contra a “normalização” da vida. Melucci vai mais além ao estabelecer o papel que as identidades coletivas têm nesse processo. Isto, porque o conflito agora é uma experiência social vivida no próprio corpo e no cotidiano dos indivíduos e, portanto, as formas de resistência a esses processos encampam a expressão de identidades coletivas na cena pública. Então, a necessidade de construção de uma teoria da identidade coletiva se fez necessário no esquema melucciano dos novos movimentos sociais. O acesso da experiência política do corpo se dá justamente através da construção cultural, cognitiva e emocional de identidades coletivas. Enfim, o problema principal de Melucci diz respeito ao modo como experiências individuais são transmutadas em processos coletivos de mobilização.

A identidade coletiva, no sentido que Melucci atribui, enquadra um conjunto de processos comunicativos de compartilhamento de códigos culturais de autodefinição, produzidos a partir da interação contínua entre atores sociais que percebem e se posicionam de maneira similar num sistema de constrangimentos e oportunidades. Identidades coletivas são, portanto, formas de investimento emocional que reconstroem e negociam definições, significados e permitem localizar os indivíduos frente ao repertório cultural dominante (Melucci, 1996). As identidades coletivas funcionam como um estoque cognitivo-emocional que permite aos indivíduos operarem nos campos discursivos mais amplos da sociedade e construir, conjuntamente, plataformas coletivas para a ação. Os movimentos sociais

seriam, por sua vez, um sistema de ação fundada, sobretudo, na solidariedade de seus membros e nos métodos expressivos de identidades coletivas – identidades que, uma vez disruptivas, não necessariamente precisam atuar como recurso estratégico na aquisição de posicionamentos políticos.

Há uma diferença fundamental no que tange ao foco dos movimentos sociais. Eles não respondem diretamente ao contexto político numa dada conjuntura, pois os movimentos reenquadram simbolicamente o contexto mais amplo da sociedade ao seu redor. A conjuntura política é percebida e, ao mesmo tempo, o ambiente cultural ao redor fornece pistas e sinais para os movimentos sociais (Melucci, 1996).

c) Teoria da Mobilização de Recursos

Embora secundária no debate e relativamente menos relevante nos últimos anos, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) propõe a noção de *estruturas de mobilização*, organizações que atuam como provedores de suporte que, em muitos casos, atuam como contextos sociais nos quais redes de ativistas se formam. Igrejas, fábricas, vizinhanças, por exemplo, facilitam a formação de redes sociais que conectam diferentes pessoas, criam a possibilidade de formação de uma pauta conjunta, provêm espaços para a articulação dos protestos; em suma, as estruturas de mobilização são contextos formais que permitem aos ativistas acumular e controlar recursos para a mobilização. McCarthy e Zald (1977), para citar um exemplo bastante relevante dentro do debate, salientam que não se pode deixar de olhar para o modo como a organização interna dos grupos de movimentos, em interação com competidores e contramovimentos, resultam da mobilização e das chances de sucesso ou desastre de um “empreendimento” de protesto.

d) Debates e Sínteses

Conforme afirma Alonso (2009), até o início dos anos 1990, essas teorias evoluíram isoladamente, situação que mudou drasticamente a partir do momento em que os debates se acirraram. E a grande querela, segundo Cohen (1985), dizia respeito ao binômio identidade vs

estratégia. De um lado, os movimentos sociais se encontravam em um campo posicional, na qual limites e oportunidades se abriam a grupos mais ou menos conscientes de objetivos, táticas e recursos à disposição, ainda que num ambiente de incerteza. Por outro lado, os autores europeus privilegiavam a novidade e a peculiaridade das demandas, valores e identidades coletivas criadas a partir dos anos 1960. Movimentos sociais, nesse sentido, podem ser vistos como o núcleo da inovação social e cultural; sem eles, novas ideias e estruturas normativas não podem emergir na sociedade. A grande questão colocada era justamente sobre o caráter ontológico dos movimentos sociais, se eles eram organizações voltadas para a aquisição de bens valorizados como poder, direitos ou bens materiais, ou se eram identidades coletivas politizadas e responsáveis pela posição na sociedade de novos valores e expressão de novos padrões culturais (Alonso, 2009; Bringel, 2012, Gohn, 1997).

Calhoun (1995) ataca de maneira abrupta a proposição de que os novos movimentos sociais representam novas normas de organização política fundamentada, exclusivamente, no uso de identidades coletivas para a expressão de novos valores. Para Calhoun (1995), a imagem que a TNMS produz é a de que os movimentos sociais têm como alvo, paradoxalmente, apenas a promoção da perpetuação de si mesmos. O autor demonstra, com isso, que os mesmos fatores apontados como únicos nos movimento da década de 1960 e 1970 estavam presentes em diversas organizações “movimentalistas” do século XIX. Assim, o movimento trabalhista europeu também manifestava fortemente a construção de identidades coletivas e o reforço à expressão de novos valores. O movimento operário, por sua vez, era tributário de formas de ação coletivas simbólicas e culturais. Neste ínterim, é possível afirmar que, para esses autores, não havia o porquê da distinção rígida entre “movimentos materialistas” e “movimentos simbólicos”, pois todas as organizações sociais realizam combinações entre agendas simbólicas e materiais. Não existe razão para dividir entre “novos” e “velhos” movimentos, haja vista que a própria dinâmica de interação entre desafiantes e autoridades obriga a confecção de formas inovadoras de confronto contra as autoridades (Alonso, 2009).

Por outro lado, os defensores da TNMS lançaram duras críticas à TPP e à TMR, agregando-as num mesmo pacote e indo contra o que foi chamado de “utilitarismo” dessas teorias. Para Cohen (1985) e outros teóricos, a TPP e a TMR falham ao não perceber os processos intersubjetivos envolvidos na construção de identidades e valores. Fazem isso em prol de uma versão materialista e restrita do significado dos movimentos sociais. O foco na racionalidade instrumental dos atores sociais acaba por retratar de modo irrealista os grupos

sociais, exclusivamente como perseguidores de interesses. Cohen e Arato (1992) apontam, ainda, que a racionalidade dos atores corresponde à melhor versão de estratégia que desemboca, justamente, numa versão fraca de intencionalidade dos atores sociais, pois não verifica a atuação desses movimentos fora da estratégia estatal, por exemplo. Aderir à hipótese de que o Estado e o mercado sejam áreas isoladas da vida social a serem endereçadas pelos movimentos sociais é reificar o papel do Estado. Haveria implícito aí um determinismo materialista que concederia pouca habilidade de ação aos indivíduos. A ação coletiva só é de fato ação por conta da mediação simbólica e não pelo impulso inconsciente e determinista dos interesses e do cálculo de custos e benefícios.

Em resumo, de um lado, a TMR e a TPP relaxaram as suposições racionalistas em prol da entrada de conceitos culturais como valores e identidade coletiva, ao mesmo tempo em que os poucos representantes da TNMS que seguiram no tema concederam maior racionalidade estratégica aos ativistas (Alonso, 2009). A ênfase não recaía nem tanto à cultura, nem tanto à estrutura, nem tanto aos valores e identidades, nem tanto aos interesses. Segundo Ângela Alonso (2009), estratégia e identidade passaram a ser combinados, pois não havia qualquer incompatibilidade conceitual entre essas noções. Esse acaba sendo o caso da incorporação progressiva na sociologia americana de noções culturais para dar conta das motivações dos agentes, bem como responder às críticas de sobredeterminismos estruturalistas (Jasper & Polletta, 2001).

Além disso, sociologia dos movimentos sociais passa a se colocar no interior das sociologias relacionais que privilegiam, como objeto de estudo, e atribuem peso significativo na explicação às relações e às redes sociais antes do que aos indivíduos ou às estruturas. Numa tentativa de sair das velhas encruzilhadas e becos sem saídas do binômio estrutura vs *agency*, a sociologia relacional advoga o uso da ideia de relação e de redes sociais no intuito de dar conta tanto da capacidade estratégica e intencional da ação, quanto dos constrangimentos e oportunidades produzidas pelo enraizamento dos atores sociais em redes de relações (Alonso, 2009; Emirbayer & Mische, 1998; Diani, 1995). Propõe-se, destarte, um novo quadro epistemológico animado pelas sociologias relacionais que, a fim de fugir dos dilemas insolúveis da dualidade da ação e da estrutura, buscam na rede uma solução para esses impasses (Emirbayer, 2005).

Não se trata, aqui, de reconstruir o debate mais recente, mas apenas de apontar conceitos de diferentes teorias que podem ser usados para construir um arcabouço explicativo para analisar o movimento homossexual brasileiro.

3. A ABORDAGEM TEÓRICA DESTA DISSERTAÇÃO

Os conceitos apresentados na seção anterior servirão como aporte ao estudo das condições de surgimento do movimento homossexual no período de 1978-1982. Não se trata de ecletismo teórico, mas de seguir o espírito de síntese que tem sido uma marca da bibliografia recente.

Nesse sentido, o principal conceito aqui será o de movimentos sociais tal como definidos por Mário Diani e Donatella Della Porta (1992; 2006), a saber: redes informais de atores com identidades políticas construídas no intuito de expressar demandas, influenciar agendas políticas e reorientar o padrão social dominante, buscando ainda acomodar determinadas propostas societárias. Isto é, são formas de participação coletiva, informais ou semiformais, constituídas com a intenção de promover mudanças políticas e sociais mais amplas mediante protestos contra as elites dominantes. Os demais conceitos utilizados serão os seguintes:

- *Estruturas de Oportunidades Políticas*: da forma como foi empregado por Tilly e Tarrow, esse conceito se refere aos alinhamentos (ou desalinhamentos) das elites alojadas no poder, mas também como elas são interpretadas e enquadradas pelos ativistas. Nas palavras de Tarrow, a EOP pode ser definida como “consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political struggle that encourage people to engage in contentious politics” (Tarrow, 1998, p.87). Nesse sentido, tratar-se-á, aqui, de analisar formas interpretativas através das quais as mudanças no quadro político nacional foram enquadradas pelos ativistas (McAdam *et al*, 2001; Jasper & Polletta, 2001), de modo a indicar linhas de ação no sentido da mobilização política.
- *Estruturas de Oportunidades Culturais*: Gamson e Meyer, certa feita, revisaram a ideia de EOP, adicionando a tal conceito o que pode ser chamado de “oportunidades culturais”. Dessa maneira, oportunidades culturais seriam “the symbolic and institutionalized cultural assumptions [that] play into defining political opportunities” (Gamson & Meyer, 1996, p.274). Logo, o conceito pode ser definido como conjunto de espaços produtores de

estoques culturais que podem ser acessados pelos ativistas em momentos de reinterpretação das oportunidades políticas. De certo modo, compreende toda organização conjuntural da produção, circulação, distribuição e consumo de bens culturais que podem ser politizados pelos ativistas num dado momento histórico (Gamson & Meyer, 1996).

- *Brokerage*: é o conjunto mecanismos de interconexão entre diferentes redes sociais que se constitui por intermédio do compartilhamento de laços entre membros de diferentes redes. Segundo Diani, um broker coincide com “an actor connecting other actors who are not directly related to each other (Diani & Della Porta, 2006, p.108). Ou, em outros termos, *brokerage* diz respeito à presença de indivíduos que se situam nas intersecções entre diferentes redes sociais (Granovetter, 1983 Diani, 1996).
- *Enquadramentos Interpretativos*: trata-se, aqui, da incorporação do conceito goffmaniano de *frames* pela literatura de movimentos sociais⁷. Segundo Snow e Benford (2000), sem a articulação de esquemas simbólicos que permitam situar, de modo rápido e econômico, agentes, autoridades, inimigos aliados, situações, eventos e oportunidades, a mobilização não seria possível ou, pelo menos, sua dificuldade seria muito maior. Enquadramentos interpretativos são, portanto, processos de interpretação e de atribuição de significado de eventos, objetos sociais, pessoas, identidades sociais e organizações de justificação dos contextos de ação, indicando problemas, injustiças e adversários. Nessa medida, o enquadramento interpretativo congrega sempre um conjunto de diagnósticos, prognósticos e uma *rationale* moral para a ação coletiva. Nas palavras de Snow e Benford (2000, “framing, within the context of social movements, refers to the signifying work or meaning construction engaged in by movement adherents (e.g., leaders, activists, and rank-and-file participants) and other actors (e.g., adversaries, institutional elites, media, countermovements) relevant to the interests of movements and the challenges they mount in pursuit of those interests” (Benford & Snow, 2000, p.612). Ou seja, são pacotes simbólicos mobilizados ou para identificar as causas da mobilização e justificar as estratégias adotadas, ou para “vilanizar” responsáveis e promover certo senso de “protagonismo” nos ativistas, contribuindo assim para a criação de identidades coletivas

⁷ Nesta dissertação, o termo *frame*, de difícil tradução, será sempre traduzido como enquadramentos interpretativos. Opções como marcos simbólicos, marcos interpretativos, ou enquadramentos simbólicos foram descartadas, visto que perdem dimensões importantes da noção de *frame* no idioma inglês. O termo se refere normalmente às molduras ou quadros fotográficos dos filmes fotográficos ou cinematográficos e se referem ao caráter modular de uma captura de um evento ou imagem. Com enquadramento interpretativo quero justamente enfatizar a modularidade dessas percepções e o caráter cognitivo, que dota de inteligibilidade as situações, eventos, cenários e atores sociais.

(Snow & Benford, 2000). Apresentam-se como quadros de interpretação compartilhados que simplificam, armazenam informações e permitem o manejo destas informações em contextos práticos de ação conjunta dos ativistas⁸.

- *Repertórios de Ação Coletiva*: o ativismo é uma atividade de aprendizado, na medida em que os movimentos sociais não são em si receptáculos puros da inovação e não criam do zero os instrumentos necessários para a ação coletiva. Engajar-se é, justamente, aprender com gerações passadas de ativistas os métodos mais eficazes ou menos apropriados de demonstração e desafios às autoridades. Repertórios de Ação Coletiva são, nesse sentido, um conjunto de técnicas e instrumentos aprendidos e compartilhados pelos ativistas e que servem, justamente, aos propósitos de infligir danos ou, ao menos, sinalizar às autoridades políticas e culturais os objetivos e demandas dos movimentos sociais. Para Tilly e seus colaboradores, os repertórios constituem-se assim: “The use of transgressive forms offers the advantages of surprise, uncertainty, and novelty, but contained forms of contention have the advantage of being accepted, familiar, and relatively easy to employ by claimants without special resources or willingness to incur costs and take great risks” (McAdam *et al*, 2001, p.41).

Todos esses conceitos armam o arcabouço conceitual deste trabalho. Eles orientarão uma investigação do movimento homossexual brasileiro que privilegia seu contexto de emergência como chave explicativa. Calcado, sobretudo, nos trabalhos de Tilly (1978; 1997), Tarrow (1998), McAdam (1990; 2000), pretende-se agora demonstrar que:

1. No final dos 1970, as mudanças nas oportunidades políticas dadas pela conjuntura política de flexibilização permitiram a concentração de recursos e a difusão de um ciclo de protesto pela redemocratização. Trata-se de atentar para fatores objetivos, por exemplo, o modo como as mudanças nas conjunturas políticas foram interpretadas.
2. A imprensa alternativa e a cultura dos artistas “marginais” interessados numa estética “nua e crua” do indivíduo atuaram como oportunidades culturais de reinterpretação de

⁸ A ideia de enquadramento interpretativo encabeçada, sobretudo, por pesquisadores ligados de algum modo ao projeto anterior da mobilização de recursos, tem como ponto fulcral atores sociais que empregam de forma contínua e integral estruturas simbólicas coerentes e consistentes. O material simbólico empregado pelos ativistas não se assemelha ao caráter sistêmico de ideologias, ainda que possam se valer delas como quadro geral, mas sim a pequenos pacotes de informação que são permanentemente remanejados conforme as condições estratégicas do momento (Snow & Benford, 2000). Esse arcabouço acabaria sendo nomeado por Tilly e seus colaboradores como o modelo clássico da síntese entre as teorias, procurando incorporar de forma pelo menos genérica tanto a estrutura quanto a cultura. Assim sendo, o modelo clássico empregaria de forma articulada os conceitos de estrutura de oportunidades políticas, repertórios, estruturas de mobilização e enquadramentos simbólicos como meios de explicar os eventos políticos marcados por movimentos sociais.

oportunidades políticas. Até agora, não se tem discutido o papel que tais estruturas livres do controle direto das autoridades tiveram na construção da retórica liberacionista empregada pelo movimento gay e lésbico. Aqui, argumenta-se que elas funcionaram como estruturas de mobilização centrais na construção de estratégias de ativismos no Brasil autoritário, num processo de apropriação ativa pelos ativistas.

3. O movimento homossexual apropriou-se de recursos culturais disponíveis para poder construir estratégias de confronto com as elites. A isso se somou a produção de novos enquadramentos interpretativos, a invenção de novas retóricas e o uso de repertórios de ação coletiva que permitiram ao movimento contrapor-se à moral vigente.
4. Outro ponto tratado aqui, e também pouco lembrado na bibliografia, é a conexão dos ativistas brasileiros com as redes internacionais e as adaptações e ajustes que práticas e repertórios emprestados dos movimentos sexuais americanos sofreram no contexto autoritário brasileiro.
5. Por fim, pretende-se analisar o modo como a violência simbólica e física perpetrada contra as minorias implicou na formação de um repertório de ação coletiva pautado, sobretudo, na construção coletiva de estratégias de “saída do gueto”.

A maior parte das explicações expostas na primeira parte deste estudo lida, fundamentalmente, com as mudanças estruturais da sociedade ou com a presença de outros movimentos sociais como forma de explicar o surgimento do movimento gay (Fry, 1982; MacRae, 1990; Facchini, 2005). Sem negar essas perspectivas e, ainda, reconhecendo a relevância desses fatores, este trabalho de mestrado pretende lançar nova luz sobre a gênese do movimento homossexual no Brasil.

O recorte empírico desta pesquisa refere-se ao período que compreende os anos de 1978 até 1982, já que esta temporalidade justapõe o período de liberalização das oportunidades políticas com o surgimento do movimento homossexual e as primeiras manifestações em torno de suas demandas. O ano de 1982 é um marco pouco claro, pois a partir desse período um suposto declínio dos grupos tomou conta do movimento. Nesta dissertação, 1982 aparece como término do recorte, justamente por que as demandas da Redemocratização se fizeram mais forte e teve início outro conjunto de oportunidades políticas e culturais que imprimiram uma dinâmica diferente aos movimentos sociais de então.

A principal fonte utilizada foi o jornal alternativo *Lampião de Esquina*, publicação de 1978 a 1982, consultado no acervo da biblioteca ECA/UPS. Uma segunda etapa foi a análise

dos documentos sobre o movimento gay e lésbico presente no Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. As visitas realizadas permitiram a reconstrução inicial de grupos como: Jornal *Lampião*/RJ, Auê/RJ, Somos/RJ, Beijo Livre/DF, Eros/SP, Libertos/Guarulhos/SP, Somos/SP, Atuação Lésbico-Feministas/SP, Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias/RJ. Esses grupos foram especialmente ativos e atuantes conforme os informes presentes e veiculados pelo *Lampião da Esquina*. Foram consultados os manuscritos dos grupos SOMOS/SP, LIBERTOS/Guarulhos/SP, Grupo Outra Coisa/SP e Eros/SP.

O *Lampião* foi privilegiado, aqui, como documento histórico porque – além do acesso ser mais fácil – ele teve um impacto cultural muito grande nessa nova fase do projeto. Tratava-se, acima de qualquer coisa, de caracterizar a produção cultural que o movimento homossexual esperava utilizar como método de desestigmatização. O jornal foi fundado em 1978 por ativistas do movimento homossexual, como João Silvério Trevisan, e jornalistas e romancistas, como Aguinaldo Silva. O alternativo teve, no total, 37 edições que se encontram disponibilizadas no acervo do Arquivo Edgar Leunroth. Versando sobre temas como aborto, uso de drogas, vida homossexual, feminismo, valendo-se de uma retórica artística cujo abuso da ironia e humor contrastava com o recurso à arte como forma privilegiada de expressão.

O acesso a dados documentais primários permitiu, assim, reconstruir num primeiro momento: *i.* o repertório cultural mobilizado na construção das identidades políticas e culturais do recente movimento homossexuais; *ii.* a rede de conexões na qual o movimento homossexual estava enraizado, englobando partidos de esquerda, jornais alternativos, intelectuais, artistas etc; e, por fim, *iii.* traçar a ligação dos primeiros ativistas com grupos internacionais de defesa dos direitos dos homossexuais, permitindo avançar na discussão sobre o caráter transnacional da circulação de ideias e estratégias que configuraram parte do movimento homossexual no Brasil da abertura.

CAPÍTULO 2: OPORTUNIDADES POLÍTICAS E CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1978-1982)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é compreender de que modo o contexto político e cultural condicionou a eclosão do movimento homossexual brasileiro. Para tanto, é necessário explicar quais elementos tornaram possível a transmutação de queixas e agravos de identidades e práticas sexuais estigmatizadas em um movimento social. O objetivo, portanto, é compreender o modo como esse conjunto de experiências de estigmatização foi transmutado em experiências políticas de questionamento (Goffman, 1992; Tilly, 2008). A hipótese aqui é que as mudanças nas oportunidades políticas e culturais, abertas pelo Brasil no final dos anos 1970, explicam tal passagem; isto é, que a estruturação organizacional e simbólica dos grupos de ativismo homossexual esteve fortemente ligada à abertura das oportunidades políticas que se apresentaram com a Redemocratização.

Entender o surgimento do movimento homossexual no interior de focos de resistência e questionamento do regime militar só é possível caso seja entendido o papel que a lenta liberalização tomou. Foram movimentos de resistência contra as políticas públicas agressivas e repressoras que deixavam milhões na miséria e na carestia – e que, ao mesmo tempo, reforçavam a condenação moral e cultural de minorias e identidades coletivas estigmatizadas. A renovação de toda uma rede de movimentos sociais na América Latina animou a esfera pública brasileira e demandou melhorias nas condições de vida, o que tomou conta do cenário político nacional do período (Avritzer, 1995; Gohn, 1997; Alvarez *et al*, 2000).

Contudo, como se deu este processo? Quais foram os impactos do estabelecimento da censura e da repressão nas formas de participação política? De que forma a criação de aparatos legais de policiamento de protestos e do dissenso político pressionaram ativistas a desenvolver criativamente novas formas de crítica e questionamento da ordem pública militar? Para responder a essas questões é preciso reconstruir as oportunidades políticas da liberalização (1978-1982).

Contudo, a abertura das oportunidades políticas sozinha não explica por que *aquele* movimento apareceu *naquele* exato momento. Há, portanto, que se distinguir dois tipos de oportunidades: existem aquelas eminentemente políticas que propiciaram a emergência de um

ciclo de protesto, e outras que dizem respeito ao universo cultural onde os atores estão inseridos e que permite que eles conectem suas experiências particulares ao contexto político mais amplo. No ciclo de protesto da Redemocratização houve a expansão e a difusão de protestos e movimentos sociais pelas grandes capitais do Brasil. Multiplicaram-se as demandas e novas vozes entraram em cena, procurando impactar os processos de liberalização em curso (Sader, 1988). Podem ser citadas bandeiras politizadas nos anos 1970 e 1980, tais como moradia, saneamento básico, saúde, qualidade de vida, feminismo, demandas por creches, raça, homossexualidade, pobreza, reforma agrária, melhorias nos serviços urbanos e muitos outros temas.

Entretanto, para certos movimentos de temáticas comportamentais, foi preciso um incentivo adicional, ou seja, mudanças de natureza cultural que permitiram a tematização de assuntos antes tratados como tabu – transformações que abriram certas oportunidades culturais. Sem essas modificações que representaram uma abertura das possibilidades de enunciação das identidades sexuais estigmatizadas não teria sido possível o desenvolvimento de um ativismo homossexual. A imprensa alternativa e os circuitos de consumo de material artístico “marginal” configuraram uma oportunidade na qual os atores procuraram se exprimir na cena pública.

O presente capítulo visa, justamente, mostrar como a conjuntura política da liberalização política (1974-1982) e o ciclo de mobilizações sociais, reconstruídos de forma sucinta aqui, funcionaram como oportunidades políticas propícias para o surgimento das mobilizações homossexuais coletivas no Brasil. O objetivo principal é reconstruir os principais efeitos que mudanças nas oportunidades políticas tiveram na formação de um ciclo de protestos, do qual os ativistas homossexuais eram parte importante.

Em seguida, trata-se de delinear os efeitos da abertura das oportunidades culturais na construção da organização do movimento homossexual brasileiro. Gostaria, pois, de delinear o contexto de emergência dos vários tipos de movimentos, para, em seguida, focalizar as condições de emergência de um tipo específico de mobilização política, o ativismo das “minorias”, e, no interior dela, entender de que forma o MHB surgiu em meio a esse clima de mudança política e cultural.

I. OPORTUNIDADES POLÍTICAS

1. O Fechamento das Oportunidades Políticas

O regime militar no Brasil foi instalado por intermédio do Golpe de 1964, quando as Forças Armadas do Brasil derrubaram o governo de João Goulart, sob o pretexto da Doutrina de Segurança Nacional. O intuito da cúpula das Forças Armadas era deter o suposto avanço comunista no Brasil, em virtude da sinalização de reformas sociais drásticas pretendidas pelo então Presidente em exercício João Goulart.

As políticas de independência da política externa, a reforma agrária, a nacionalização de indústrias multinacionais, reformas trabalhistas e sociais amplas faziam parte da plataforma programática defendida pelo presidente João Goulart, que tinha forte enraizamento nas tradições do trabalhismo populista das décadas passadas. Assim que o direcionamento ideológico e a filiação política desagradavam fortemente as Forças Armadas, bem como os setores e estratos sociais mais à *direita* do espectro político⁹.

O regime militar, instalado sob o pretexto de que era necessário impedir a “revolução subversiva comunista” procurou acabar e extinguir todo e qualquer resquício da política oligárquica e populista do período democrático anterior. Nesse intuito de aumentar a eficiência do funcionamento da máquina pública, os militares reduziram drasticamente as oportunidades de enunciação de pautas políticas e, portanto, supostamente, a participação dos políticos “profissionais” ligados ao fisiologismo do Partido Social da Democracia (PSD) ou ao populismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partidos estes herdeiros do legado varguista e muito ligados a supostos escândalos de corrupção denunciados em sua maioria pelo partido de oposição à União Democrática Nacional (UDN).

⁹ Dentre os decretos “polêmicos” de João Goulart está o nº 53.700, que declara “de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências”. Este decreto em específico e em conjunto com os decretos da nacionalização do petróleo e do tabelamento do aluguel foram decisivos para a construção de um clima de insegurança “comunista” por parte de setores sociais que apoiavam os militares, em especial a União Democrática Nacional (UDN) e setores da Igreja Católica. A UDN encabeçou de maneira mais efetiva a oposição contra os governos ditos “populistas” durante os quase 20 anos de democracia que se seguiu ao Estado Novo. A UDN, em especial no Estado da Guanabara, encabeçada por Carlos Lacerda, tinha fortes relações com a imprensa local, com a Igreja e com altas patentes do Exército. Seus quadros políticos foram os principais apoiadores civis do Golpe de 1964 e, posteriormente, parte de seus integrantes migraram para a ARENA, o partido governista durante o regime (Skidmore, 1988).

Este trabalho, obviamente, não pretende esmiuçar a dinâmica do regime desde seus primórdios até sua desagregação. Convém, no entanto, deixar registrado que a institucionalização dos sucessivos Atos Institucionais nos primeiros quatro anos do governo militar estabeleceram mudanças significativas no modo como as autoridades políticas se relacionavam com os cidadãos e a sociedade civil de modo em geral.

O Ato Institucional nº 2, por exemplo, foi responsável pela extinção dos partidos políticos e pela criação da Aliança de Renovação Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido governista e oposicionista, respectivamente, como únicas agremiações políticas permitidas legalmente. Desse modo, no cenário da representação política houve a criação da ARENA e do MDB como únicos partidos permitidos, a institucionalização do regime e do estado de vigilância total das dissidências políticas e as cassações contra lideranças políticas avessas ao Golpe de 1964. Em suma, o regime criminalizou qualquer tipo de oposição fora dos limites e intervalos permitidos.

As estratégias de estabilização política e econômica foram acompanhadas de medidas bastante austeras de controle social e político dadas pela promulgação do Ato Institucional nº 5 (o famoso AI-5), medidas regressivas contra os salários dos trabalhadores, controle social da mídia e da vida cultural do Brasil. Durante anos, o AI-5 representou a institucionalização do fechamento das oportunidades políticas. Dentre as medidas contempladas pelo Ato, e relevantes para a compreensão do ativismo durante os anos 1980, pode-se citar:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

Assim, o Ato Institucional nº 5 seria o maior símbolo de fechamento das oportunidades políticas do período representando, ou seja, da maneira como o regime dispensava as dissidências políticas na constituição da política rotineira. De fato, após a queda do AI-5, e com a revogação de todos os atos institucionais, em outubro de 1978, o governo Geisel passa a sinalizar justamente o início de suas estratégias de “flexibilização” do regime (Skidmore, 1988). No campo econômico, com o pretexto de defesa dos interesses nacionais, a tecnocracia militar procurou alavancar o crescimento econômico com a estratégia da substituição de importação e fortalecendo do mercado interno. A criação de um mercado de consumo foi estratégica, nessa medida, para a consolidação da aceitação do regime entre as classes sociais do Brasil (Sallum, 1996).

O regime procurou instituir de maneira permanente um modelo de desenvolvimento voltado para a indústria nacional. Seus objetivos foram alcançados pelo menos até meados da década de 1970, quando a média de crescimento do PIB brasileiro atingiu os inimagináveis 7% ao ano e, em 1974, chegou a assombrosos 14% ao ano. Ou seja, uma crise econômica está longe de explicar o colapso do regime autoritário e o ressurgimento de mobilizações no período. O que foi comumente chamado de “Milagre Econômico Brasileiro” fazia parte de um conjunto de projetos pautados na ideia de nacional-desenvolvimentismo e que tinha suas extensões num plano de criação de um pacto societário de estabilização e de mitigação do conflito político. Por inúmeros pacotes econômicos, os militares investiram muito na siderurgia, petroquímica, construção naval e geração de energia hidrelétrica. Com o PIB crescendo, inflação controlada e indústria nacional em expansão, os militares esperavam maior identificação do povo com os ideários do regime, o que não ocorreu necessariamente.

As estratégias de desenvolvimento econômico e social dirigidas pelos militares passavam pela rápida e intensa industrialização, colocando no centro do poder a burocracia técnica como dirigente dos processos de modernização econômica nacional. A substituição de importação proposta pelo governo veio acompanhada de medidas agressivas de congelamento dos salários e de repressão a toda forma de negociação coletiva dos trabalhadores e outros grupos sociais. A modernização econômica e social dependida, no entender dos militares, exclusivamente, de um “pacto social” que simbolizava o respeito à ordem, à moral e ao país. A “desordem” e a “balburdia” das manifestações populares durante o regime democrático de 1946 à 1964 só significavam uma coisa: mais atraso e retrocesso social para o Brasil.

Já a partir de 1974, no auge do crescimento econômico promovido pelos militares, já era possível sentir no ar o clima de erosão da coalizão civil-militar no controle, com a drástica derrota nas eleições senatoriais daquele ano. O aumento da desigualdade social no período, muito embora possa ter agravado a situação e ter iniciado o ciclo de protestos entre algumas camadas da sociedade, não explica a difusão e a adesão a variadas pautas, pois nem todas elas se voltavam para a questão da carestia ou da vulnerabilidade social. Fatores culturais, então, tiveram sua relevância. Contudo, convém destacar que essas oportunidades culturais se combinaram com as sucessivas crises nas coalizões entre os militares para sinalizar a possibilidade de difusão de protestos por todo o país naquela ocasião.

2. O Brasil da “Liberalização” (1978- 1982): Mudanças nas Oportunidades Políticas

Nesta seção, trata-se de entender como, num contexto de autoritarismo político e social, uma série de movimentos sociais emergiu e procurou inovar nos repertórios de confronto contra as autoridades políticas e culturais do regime militar. A literatura sobre o assunto é vasta e não será reconstruída em minúcia aqui. Trata-se apenas de entender como a abertura política possibilitou a emergência de movimentos sociais variados, compondo, nos anos 1980 no Brasil, o que Tarrow (1998) chamou de "ciclo de protesto". O primeiro passo, então, corresponde à caracterização da conjuntura de um país que passava por fortes transformações estruturais, levando em consideração o modo como ativistas, estudantes, a imprensa e os demais descontentes e marginalizados do regime percebiam e reagiam às mudanças na coalizão de forças.

O regime militar, iniciado em 1964, instaurou duas décadas de forte repressão à contestação *política e cultural*. Repressão que, conforme aponta Soares (1999), não foi de todo modo contínua e homogênea. A censura, por exemplo, não se deu de maneira constante ao longo de 20 anos. O aparelho da censura teve diferentes fases de intensidade e de escolha dos veículos censurados (Soares, 1999). Este traço, que se pode chamar errático, do uso da força policial, tanto com violência física como simbólica, resultou num complexo jogo de interações entre desafiantes, membros do governo e elites políticas. Isto imprimiu características especiais ao processo de transição. E, enfim, o início da transição do regime autoritário para a democracia foi um processo de “liberalização”, caracterizado por um complexo jogo institucional promovido pelos militares a fim de reforçar a legitimidade do regime. Esse processo teve seu início com a entrada do general Golbery de Couto e Silva no governo como Chefe da Casa Civil da Presidência da República e com o apoio oferecido pelo presidente Ernesto Geisel a uma democratização “lenta, gradual e segura” (Sallum, 1992; Skidmore, 1987). O ano de 1974 marca o princípio das dificuldades dos militares em proverem essa segurança na gestão da abertura, já que com a vitória do Movimento Democrático do Brasil (MDB) nas eleições para senador tem início uma série de cismas entre a cúpula militar – cismas motivadas pelas ameaças da democratização.

O movimento homossexual surge no contexto das massivas mobilizações que se seguiram, no final da década de 1970 contra o regime militar. O movimento homossexual não era um grupo político ou um conjunto de grupos com um numeroso quadro de ativistas

recrutados. Também não desfrutava de forte organização interna ou promovia protestos de forma maciça em comparação com outras formas de mobilizações de massa do período. Naquela ocasião, o movimento homossexual não podia ser descrito absolutamente como um movimento de grandes proporções; as organizações do movimento se encontraram, sobretudo, nas grandes cidades e nas capitais da Região Sudeste. Os grupos eram pequenos, pouco conectados entre si – tal como será mais bem detalhado no capítulo subsequente. No entanto, mesmo que essas primeiras insurgências tenham sido levadas a cabo com certa precariedade e incipiência, as temáticas e propostas de criação de organizações voltadas para a conquista da “Liberação Sexual” nesse final dos anos 1970 foram fundamentais para a trajetória do ativismo gay e lésbico no Brasil.

Esse contexto multifacetado de mobilizações fomentadas pelas oportunidades políticas colaborou para as primeiras possibilidades de inserção de uma pauta homossexual na discussão política e cultural, inserção realizada ao mesmo tempo do que outras identidades sociais que estavam também sendo reprocessadas enquanto identidades políticas pelos movimentos sociais.

É importante delinear o modo como as intenções da liberalização dirigida efetuada pelos setores mais “liberais” das Forças Armadas causaram rachaduras na coalizão militar, como já mostraram Sallum (1996), Alvarez (1998) e Sader (1988). Assim, é fundamental dizer que a fonte inicial das mudanças políticas que abriram espaço para a formação de grandes movimentos sociais pró-democratização foi resultado do malogrado projeto de liberalização do regime militar iniciado pelas alas “liberais” do governo (Codato, 2005; Sallum, 1996; Skidmore, 1987).

As intenções de viabilizar um regime de longo prazo encabeçado pela ala liberal, simpática ao projeto do ex-presidente Castello Branco (na presidência de 1964 a 1967), excluía qualquer projeto de efetiva democratização social e abertura política (Skidmore, 1987). O projeto liberalizante era, na verdade, uma tentativa de consolidação do regime autoritário com bases legitimadoras populares (Sallum, 1996). O objetivo era, então, a continuidade do regime através de dois pilares: o nacional-desenvolvimentismo e a distribuição seletiva de direitos políticos, civis e sociais. Os “castelistas” procuraram estabelecer um projeto de abertura dirigida ou de liberalização controlada a fim de angariar legitimidade ao governo militar. Tal projeto, segundo Sallum (1996), envolvia:

- a) o isolamento dos setores mais repressivos do regime e o aumento da disciplina militar – com isso, a chamada “linha dura” deveria voltar aos quartéis e sair da política;
- b) a consolidação de medidas de descompressão institucional com o intuito de aumentar as bases da participação popular – tais medidas incluíram o aumento da liberdade de expressão, a restauração do *habeas corpus* e o fim do “estado de arbítrio” com o termino do AI-5;
- c) e, por fim, o fortalecimento da base civil, a fim de revitalizar a noção de “revolução” presente em 1964.

Estes objetivos foram efetuados a passo lento, e os militares engajados nesse projeto encontraram dificuldades inesperadas. A maior de todas, sem dúvida, foi o surgimento de protestos públicos de setores descontentes com o governo (Sallum, 1996; Alvarez, 1990). Para os militares, deter as formas de ação coletivas, partidárias ou não, inseria-se numa estratégia maior de consolidação do nacional-desenvolvimentismo (Alvarez, 1990). Mesmo com os altos níveis de repressão e de sufocamento das oportunidades de consulta democrática, oposição política e participação popular, os protestos e as formas de ação coletiva surgiram no período comandado pelos militares. Desde as mais diversas formas de manifestação estudantil, passando pela guerrilha armada no interior do país e pela organização do associativismo nas periferias das grandes cidades, a sociedade civil brasileira aos trancos e barrancos manteve-se viva durante os chamados “anos de chumbo”. Apesar das tentativas agressivas de subjugar e desmobilizar toda e qualquer forma de participação na vida política do país, os militares não conseguiram suprimir diversas formas de organização política e, em certo sentido, ajudaram e colaboraram de forma *não intencional*, justamente com o processo de formação e consolidação do associativismo político no período de meados dos anos 1970 e início dos 1980.

A sociedade civil insurgente aparece como uma extensa rede que, mesmo frágil em muitos momentos, possibilitou e sustentou posteriormente a frente de mobilização pró-democracia contra o regime durante os anos 1980. Estudantes, trabalhadores rurais, sindicatos de metalúrgicos, moradores de periferias, jornalistas, mulheres, homossexuais e diversos outros setores sociais ajudaram a formular as novas formas de resistência civil contra os abusos perpetrados pelos militares. A liberalização, em suma, foi um projeto marcado pelas incertezas, o que levou a inúmeros resultados inesperados (Boschi, 1987; Sader, 1988).

Dentre esses eventos não calculados, temos a formação de uma política da violência ideológica e a criação de redes associativas, que iam das periferias das grandes cidades,

passando pelas fábricas e universidades. Em primeiro lugar, a “linha dura” não voltou aos quartéis e suas ações no âmbito de um arrefecimento de políticas repressivas só aumentaram a falta de legitimidade dos militares junto à opinião pública.

Em segundo lugar, a sustentação popular às elites políticas civis decaiu progressivamente durante a década de 1960, mesmo com o crescimento econômico elevado. Isto, porque os militares sofreram com as sucessivas derrotas do partido governista ARENA ao longo dos anos 1970. O expressivo crescimento do MDB era motivo de preocupação entre os governistas. A proporção de votos da ARENA, por exemplo, cai de 50,5% em 1966 para meros 36,7% em 1982 (Sallum, 1996). Novas elites de oposição entrando progressivamente no poder, a fratura entre a “linha dura” e os “liberais”, a retirada de dispositivos de repressão e medidas de exceção e o aumento da participação, tudo isso, só poderia culminar na percepção de que o regime estava enfraquecendo. Um resumo dos processos de liberalização do regime e desagregação é dado no quadro 2.1.

Quadro 2.1. Transformações do Regime Militar

Março de 1974 – Posse de Geisel
Agosto de 1974 – Anunciada a política de modificação do regime
Novembro de 1974 – Vitória do MDB nas eleições senatoriais
Abril de 1977 – Geisel fecha o Congresso Nacional
Outubro de 1977 – Demissão do Ministro do Exército
Janeiro de 1979 – Revogação do Ato Institucional nº. 5
Março de 1979 – Posse de Figueiredo
Novembro de 1979 – Extinção dos partidos políticos Arena e MDB
Abril de 1980 – Greves operárias em São Paulo
Agosto de 1981 – Golbery pede demissão do governo
Fevereiro de 1982 – O PT é reconhecido como partido político
Novembro de 1982 – Eleições diretas para governadores dos estados; maioria oposicionista na Câmara dos Deputados
Abril de 1984 – Derrotada a emenda das eleições para “Diretas Já”
Janeiro de 1985 – Vitória da oposição na eleição para Presidente da República
Março de 1985 – Posse de José Sarney

Fonte: adaptado de Codato, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, p.83-106, 2005.

Uma das grandes transformações ocorridas nos alinhamentos políticos foi a criação do PT em 1982. A entrada na arena eleitoral de uma agremiação partidária composta sobretudo por setores do “novo sindicalismo” do ABC e de intelectuais engajados teve forte impacto na construção de novos projetos políticos encabeçados por diferentes movimentos sociais, além de trazer à novos setores antes alijados do jogo político formas partidárias de expressão de demandas. As mobilizações que culminariam na criação do PT, se deram como esforços vindos não só do cenário do novo sindicalismo para a consolidação de um “autêntico” partido de esquerda, mas também das iniciativas de ativistas e lideranças mais ligados aos chamados movimentos sociais alternativos e ao movimento estudantil. Esta comoção em torno da criação de partidos que pudessem representar as opções de esquerda mais genuínas, se deu num misto de cooperação e conflito. A criação destas redes de debate e deliberação em torno de um horizonte de possibilidades colaborou para difundir determinados enquadramentos interpretativos e modificar os modos de interpretação das estruturas de oportunidades políticas (Sallum, 1996; Sader, 1988).

O resultado dessas transformações foi a explosão de um amplo ciclo de protestos iniciados no final dos anos 1970. Nos anos 1970, tivemos, por exemplo, greves gerais nos anos de 1978, 1979 e 1980, no ABC Paulista, e o ano internacional da mulher em 1975, com inúmeras manifestações feministas a partir daí em todo o Brasil. Além disso, é possível citar, a partir do final dos anos 1970: a formação da primeira organização política homossexual em 1978, grandes passeatas estudantis durante os anos de 1976 e 1976, a criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos na (USP), além de outras incontáveis experiências de manifestação contra o regime (Alvarez, 1990; Cardoso, 1987). Essas manifestações culminariam nos protestos em torno da democratização a partir de 1984 e 1985.

Durante os anos 1980, o regime continua a se desagregar. Nesta época, inicia-se um período de inúmeros casuísmos na legislação eleitoral, além da implementação de medidas erráticas de controle das mobilizações sociais. Ainda que a literatura acerca da transição tenha minimizado o papel que a sociedade civil teve durante a ruptura do regime, justamente porque não houve um rompimento imediato, repentino e violento, é inegável o fato de que a abertura lenta e gradual foi acompanhada de protestos insistentes e contínuos ao longo do tempo (Avritzer, 1995; Sader, 1988). Se não se pode falar em uma revolução no Brasil, ao menos é possível o tratamento dessas questões em termos de um *grande ciclo de protestos*.

Insistentes essas manifestações, elas se articularam graças à presença de sinalizações de que o regime começava a apresentar melhores oportunidades políticas de criação de formas de participação e contestação. A formação de uma imprensa alternativa extremamente crítica contra o regime e a criação de uma rede de movimentos sociais interligados e apoiados por setores progressistas da Igreja Católica, Anistia Internacional e OAB são resultados diretos também de um clima cultural possibilitado pelos desgastes das estruturas de gerenciamento do conflito e das oportunidades políticas (Alvarez, 1990; Kucinski, 1991).

Contudo, é bastante importante salientar, desde já, que as estratégias iniciadas, sobretudo durante o governo Geisel (1974) de fortalecimento da legitimidade e justificação ideológica do regime “revolucionário” de 1964, incluía a reabilitação do jogo eleitoral como estratégia de participação limitada, restringindo ao máximo a contestação pública. Dá-se aí, justamente, um impasse, o qual a cúpula militar tentou resolver mesclando doses de participação eleitoral limitada com doses de repressão e censura aos veículos da imprensa e à livre associação política.

E essa mistura de oportunidades e constrangimentos é que deve ser central para entender posteriormente a trama que envolve a formação de organizações de movimentos sociais e sua tradução em identidades políticas voltadas contra o regime. A presença simultânea de oportunidades políticas e constrangimentos à expressão política de atores aliçados do jogo levou a criação de uma retórica pública da participação popular e, mais, a retórica impulsionou a formação de redes transversais que agregavam conjuntamente movimentos sociais e organizações institucionalizadas a meio caminho entre a população e os círculos do poder.

Esse caráter misto de oportunidades e constrangimentos aparece, por exemplo, no papel que a CNBB teve ao denunciar crimes contra os direitos humanos e, sobretudo, no papel formador das Comunidades Eclesiais de Base, que funcionaram como verdadeiros celeiros de ativistas e de movimentos sociais no período. Por outro lado, a OAB também teve sua parcela de envolvimento nas mobilizações ao apoiar as denúncias e críticas aos efeitos perversos da repressão encampada pelo Estado (Sader, 1988; Boschi, 1987). Esse conjunto de mobilizações, incentivado e apoiado pelas estratégias de acúmulo das denúncias contra os abusos e crimes contra os direitos humanos perpetrados pelo uso “ilegítimo” da violência estatal, resultou na consolidação paulatina da difusão de protestos e eventos de contestação contra a ordem policialesca do Estado militarizado.

Em suma, o inconformismo geral se transmutou em um ciclo de protestos condicionado pelo progressivo aumento e abertura das oportunidades políticas. Resta, agora, caracterizar de que modo esse mesmo ciclo de protestos se constituiu a fim de compreender posteriormente como o movimento homossexual se conectou a tal ciclo.

3. Os Movimentos Sociais Urbanos e os Primórdios da Abertura Política

O movimento homossexual no Brasil surge em sintonia com o ciclo de mobilizações presentes na sociedade civil de meados da década de 1970 e, portanto, faz parte do movimento de revitalização da esfera pública e da sociedade civil (Boschi, 1987; MacRae, 1990). O MHB fez parte do que comumente foi denominado de *movimentos sociais urbanos* em contraposição aos movimentos rurais ou de caráter “tradicionalista” (Alvarez & Dagnino, 1998; Sader, 1988; Cardoso, 1987).

Cabe lembrar que divisão entre urbanos e rurais é um recorte, até certo ponto, arbitrário e que não toma as devidas precauções em relação às características formais do fenômeno. Distinções de conteúdo da ação coletiva tendem a negligenciar o fato de que todos os movimentos agem de maneira parecida. Todos os movimentos sociais (e, também, contramovimentos) organizam-se, procuram acumular recursos materiais e humanos, instilam um senso de pertencimento a uma identidade coletiva, utilizam formas mais ou menos padronizadas e compartilhadas de demonstração pública e de valem de enquadramentos interpretativos que definem e modelam a realidade “lá fora” (McAdam *et.al*, 2001).

Desse modo, os *movimentos sociais urbanos* englobavam todas as formas de mobilização situadas no contexto urbano e de relacionamento entre autoridades e cidadãos. O primeiro foco de resistência civil ao regime militar não surgiu, portanto, diretamente de dentro das fábricas. As periferias urbanas representaram o primeiro *locus* organizacional pelo qual a sociedade civil brasileira pôde reverter o quadro de desmobilização política. Essas primeiras manifestações resultaram da combinação das insatisfações das classes populares com a situação crônica de “carência” e abandono social. A falta de serviços públicos de qualidade, como transporte, saneamento básico, infraestrutura, iluminação, água potável, saúde e outros serviços básicos eram as principais demandas exigidas (Sader, 1988).

É claro que as queixas e reclamos, por si só, não são responsáveis pela ampla mobilização em torno da “questão urbana”, mesmo porque, como já foi salientado no capítulo anterior, a existência pura e simplesmente de reclamações é constante, enquanto que a ação coletiva em torno dessas carências tende a ser mais esporádica e marcada pela conjuntura política e cultural. Logo, as mobilizações em torno das demandas por serviços públicos de qualidade tiveram no *cotidiano* a sua principal experiência de construção.

Essas associações eram formadas ora com o apoio de órgãos estaduais e municipais de gestão, ora com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (Boschi, 1987). Mesmo clubes de caráter filantrópico, como o Lyons Club e o Rotary Club, tiveram algum papel na implementação das associações de bairro. O fechamento dos canais institucionais de participação popular e de discussão dos problemas enfrentados por essas populações residentes nas periferias imprimiu à rede de associações um *caráter defensivo* em relação ao Estado e a seus representantes. Havia uma enorme desconfiança em relação ao papel das autoridades governamentais e total desesperança de que essas autoridades pudessem exercer algum papel positivo nas condições de vida dessas populações (Boschi, 1987).

Em tal conjuntura histórico-política, cria-se, digamos, um *senso de autonomia* desses grupos em relação ao Estado. Autonomia era a palavra de ordem daquele período. A implementação de medidas de reparação e melhorias dos serviços básicos passa fundamentalmente pela discussão da relação entre os grupos marginalizados das periferias e os atores estatais. A demanda contínua por autonomia e participação levou inúmeros autores a especular sobre a chamada crise da estrutura partidária como forma de representação e agremiação de interesses. Isto tudo, em favor do papel dos movimentos sociais como novas formas de deliberação política.

O Estado atua como um agente desmobilizador, então, e não só no sentido de oferecer a repressão através da força policial, mas também como meio de “silenciamento” das demandas por intermédio da excessiva burocratização e da ininteligibilidade dos canais de comunicação entre autoridades e cidadãos. A excessiva burocratização ou mesmo a cooptação de movimentos sociais colaborou para os processos de desmobilização coletiva, e, portanto, para a desconfiança dos movimentos sociais em relação aos agentes estatais. Nas palavras de Jacobi (1990, p.151):

Em primeiro lugar, a resposta do Estado se situa sempre num terreno de ambiguidade, onde a possibilidade deste ganhar tempo, dilatando as reivindicações, é uma forma de controlá-las. No caso, do Movimento dos Loteamentos Clandestino, a população inicialmente é envolvida por um labirinto de escalões burocráticos,

tenta-se desmobilizar o movimento através de artimanhas ou mecanismos intermediários (como, por exemplo, os colegiados, que através da atomização das demandas, tornam cada vez mais difícil uma ação unitária). No tocante ao Movimento de Favelas, o potencial desmobilizador através do atendimento de necessidades imediatas também tem tido o poder de esvaziar os Movimentos, centrados basicamente na obtenção de melhorias.

Assim, o papel do Estado na formação desses movimentos não pode ser negligenciado. Como Boschi (1987) e Jacobi (1990) salientam, os movimentos sociais encontram-se a meio caminho da institucionalidade; ou seja, embora houvesse desconfiança, não é correto dizer que esses movimentos surgiram à parte das estruturas estatais. Os movimentos, em sua tarefa de resistência contra a ingerência ou incapacidade do Estado e dos partidos políticos, tendem a enfatizar o papel dos laços comunitários.

Vem daí a importância concedida por esses atores às redes de amizade e fraternidade criadas nas interações cotidianas, laços que correspondem a um desejo radical de democracia e participação. Há uma fuga do fantasma das burocracias e, portanto, da divisão de trabalho e da hierarquia. Desse modo, as políticas de flexibilização impactaram de maneira não óbvia nas possibilidades de mobilização dos movimentos populares e, posteriormente, nos “alternativos”, estando incluso nesta última categoria as mobilizações homossexuais. As estratégias adotadas pelos atores envolvidos na oposição são relacionais e são dependentes da distribuição geral de poder político e social.

Assim sendo, as políticas de concentração industrial, a facilitação e expansão do setor de serviços, a urbanização e o crescimento das universidades públicas permitiram a formação de um campo cultural de contestação e de facilitação das formas de ação coletiva, seja nas fábricas, associações de bairro ou nos tabloides da imprensa alternativa. Havia no imaginário político nacional, inclusive, a ideia de que o povo sai às ruas ou “que novos atores entram em cena” (Sader, 1988). Isto, porque esses realinhamentos nos blocos do poder e a nova reacomodação de elites podem ser entendidas como uma abertura nas oportunidades políticas de mobilização para os diversos movimentos sociais que se organizaram no momento. O MHB, aliás, pega carona nesse ciclo de mobilizações, aproveitando o clima político da época.

Concomitantemente ao propósito de liberalização e ao afrouxamento das regulações institucionais do regime, houve o surgimento de diferentes linhas ideológicas dentro do regime que afetaram o destino das reformas e, com efeito, imprimiram um passo inesperado às mudanças. O resultado foi um lento aumento das oportunidades políticas, mas também o aumento de episódios de violência contra minorias e outros movimentos sociais. Esses fatores

combinados foram responsáveis, em parte, pela expansão e difusão de protestos que, na década seguinte, se reuniram num mesmo ciclo de protesto.

O movimento homossexual nasceu, justamente, nessa conjuntura de crise do regime militar, portanto. E a construção de uma agenda política homossexual foi resultado direto dos efeitos das crises institucionais e do realinhamento das elites políticas, mas, sobretudo, da criação de uma rede híbrida de movimentos sociais. Para a época de 1978 a 1983, pode-se dizer que essas redes que desembocariam nos movimentos pelas Diretas Já, em meados de 1985, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma pauta política das “minorias”.

Entretanto, a conjuntura política não explica o passo e o momento da mobilização homossexual. Por que certos movimentos aparecem antes de outros? Ou por que determinadas identidades coletivas transformaram-se em determinadas identidades políticas? Para responder a tais questões é necessário acrescentar a ideia de *oportunidades culturais*.

II. CONTRACULTURA E OPORTUNIDADES CULTURAIS: A IMPRENSA ALTERNATIVA E A CULTURA “MARGINAL”

Até aqui, o capítulo procurou dar conta do impacto do ciclo de protestos e sua relação com a desagregação institucional progressiva do regime militar. Vários movimentos surgiram em concomitância, contudo, cada movimento se aloca de modo diferente num conjunto de coordenadas culturais. O surgimento do movimento em favor da temática homossexual fica apenas parcialmente explicado se não se estuda essa dimensão cultural. Aqui, trata-se de analisar a consolidação paulatina de um “clima” cultural de contestação, orquestrado, sobretudo, pela imprensa alternativa e pela cultura da arte marginal, que funcionaram como a abertura de oportunidades culturais ao movimento homossexual

Enquanto se desenvolvem a crise entre elites militares e a revalorização da dinâmica associativista, diversas “minorias” identitárias lograram construir as bases para suas próprias mobilizações. Discursos do “popular” e do “trabalhador” não eram a única forma de contestação política presente no Brasil durante os anos 1980. Houve uma pluralização do ativismo, competindo pela legitimidade na opinião de suas causas e aspirações. Estudantes e intelectuais descontentes com a obsessão da esquerda em manter os trabalhadores e o “povo” como agentes privilegiados e legítimos da mudança social, seja ela encarada aqui como

democratização ou mesmo como revolução, procuraram criar formas de pressionar o Estado, bem como a opinião pública e o próprio campo “movimentalista” acerca da validade e legitimidade das demandas identitárias de então (MacRae, 1990).

O objetivo da segunda parte deste capítulo, portanto, é recuperar a cena cultural em que o movimento homossexual surgiu. O conceito mobilizado para compreender esse ciclo de transformações, que exerceu forte apelo no imaginário político da época, é o de oportunidades culturais (Gamson & Meyer, 1996). Por oportunidades culturais entende-se o conjunto de atividades de caráter simbólico que estruturam o estoque de percepções das oportunidades políticas. Arranjos mais ou menos institucionalizados de bens e serviços culturais atuam indiretamente na produção de enquadramentos da política. Oportunidades culturais dizem respeito a toda produção e distribuição cultural que seja relevante para a captação de novas formas de compreensão das oportunidades políticas. Mitos, narrativas, bens culturais, performances públicas ou privadas, espaços discursivos, dentre outras coisas *podem servir* aos ativistas como oportunidades culturais de reinterpretação do contexto sociopolítico. Elas fornecem uma linguagem para *falar e agir* sobre o mundo político (Gamson & Meyer, 1996).

Na primeira seção desta parte, faço uma análise do significado cultural da contracultura no Brasil, sua inserção no contexto transnacional de ideias e o impacto da formação de uma *indústria contracultural* de produção de ideias. Em seguida, estabeleço os liames que ligam as oportunidades culturais, dadas pela imprensa alternativa do período, ao ativismo dos chamados “temas malditos”, como drogas, sexo, corpo, dentre outros. Por fim, faço um breve balanço da contribuição de uma cultura artística marginal. Trata-se aí de verificar menos as dinâmicas e trajetórias destes artistas, escritores e jornalistas, e mais de estabelecer o modo pelo qual *falar* de tópicos e assuntos proibidos ou censurados era também *fazer política* na prática.

1. A Contracultura e a Politização dos Temas Proibidos

A contracultura brasileira é tomada neste trabalho como conjunto de manifestações comportamentais, artísticas e culturais de caráter rebelde e contestador que se inicia a partir de 1965 com o movimento tropicalista, mas que não se limitou somente a este movimento em particular - e que permanece ativo e sugestivo durante grande parte do regime ditatorial.

Jovens compositores e intérpretes da chamada Música Popular Brasileira (MPB), como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Secos e Molhados, dentre outros, flertaram com a androginia, o uso de drogas, a influência do *rock n'roll*, as filosofias orientais e com a crítica ácida de costumes, servindo de modelos para uma juventude premida pelos dilemas políticos de sua época¹⁰.

No final dos anos 1970, uma juventude em sua maioria de classe média, mas não exclusivamente, voltou a atenção para os acontecimentos dos grandes centros urbanos dos Estados Unidos e da Inglaterra, procurando novas formas vida e valorizando, como diz MacRae (1990), os “aspectos subterrâneos” da vida urbana das grandes cidades. Procuravam, com isso, deixar de lado em certos momentos a necessidade de articulação com a causa operária que era percebido como a “carece” das vulgatas marxistas (MacRae, 1990).

O conflito social, no entender dos ativistas do movimento homossexual, não era uma experiência exclusiva ou monopólio de apenas um estrato social. Era uma experiência disseminada e arraigada na vida social, causada por um sem fim de fatores materiais e imateriais. Desse modo, a opressão de classe também coexistia com a condição subalterna, na qual negros, mulheres, homossexuais eram obrigados a viver devido a códigos de moral e condutas dominantes na sociedade brasileira. Procurando dar conta de novas formas de organização cultural, estudantes, intelectuais, jornalistas e artistas voltaram seus esforços na construção de estratégias simbólicas de subversão desses códigos morais dominantes. Erotismo, uso de drogas, bissexualidade, práticas corporais, *rock n'roll* foram temáticas culturais relevantes para esses jovens.

Esta dissertação parte de uma visão que privilegia o conflito das agendas políticas e culturais. O quadro de uma sociedade civil unida e indivisa não retrata de maneira adequada a realidade societária e política da liberalização. Os movimentos sociais do período, ao mesmo tempo em que se aproveitavam das oportunidades que outros movimentos abriam, também competiam por recursos, bem como enfrentavam uma contínua disputa simbólica sobre o caráter geral da mudança social e questionavam o papel subordinado na “Luta Maior” encampada pelos sindicatos e setores do movimento estudantil.

¹⁰ A contracultura é, portanto, um complexo cultural que congrega diversas manifestações artísticas, identidades sociais, condutas, estilos de vida, hábitos de consumo e opiniões que se estabelecem ao redor de uma política da “resistência civil”. Nesta dissertação em particular, não há espaço para o tratamento de fôlego da questão da contracultura em virtude da extensão do tema e todos os detalhes que acompanham a noção de contracultura; tampouco isso poderia ser elucidados em nota de rodapé. Assim, para maior esclarecimento quanto ao significado da contracultura no Brasil, ver: Napolitano (2011) e Dunn (2008).

Na edição de inverno em 1977 do jornal *Avesso*, veículo da imprensa alternativa, publicado pelo DCE-USP, era possível visualizar o desejo de mudança das maneiras como movimentos sociais se articulavam entre si. Era um programa de atuação que angariava não só modificações das estruturas de poder representadas pelas elites militares, mas uma mudança cultural mais ampla que perpassava toda a sociedade, em todas as camadas e grupos sociais. Podia-se ler no jornal:

E como acreditar na eficácia desse absoluto apodrecido que ainda hoje se repete, dessa suposta doutrina revolucionária! Não basta acabar com a exploração (se é que mesmo isso ela faz), é preciso acabar também com o poder onde quer que ele se exerça... E de passagem é preciso falar desse último e mais escandaloso exército autoritário - algo que fede muito... A unidade... (ela) é totalitária já em si: é homogeneização, padronização, silenciamento das diferenças, repressão às individualidades. A mediocridade, o meio termo impera, não há outro, é a imposição do mesmo. O outro de ser banido porque divide (*apud* MacRae, 1990, p.23).

É necessário entender o modo como dois fatores impactaram esse interesse pelo consumo da contracultura durante os anos 1970: o aumento da oferta e procura por postos educacionais nas instituições de ensino superior e a criação de uma rede transnacional de repertórios simbólicos, como, por exemplo, a importação da noção de *underground*, que no Brasil se transforma em *udigrudi*.

Por um lado, o crescimento da educação superior não deve ser encarada de forma ingênua em relação ao papel que a produção de novas ideias de desafio moral tiveram no contexto político da época. Isto, porque no seu mais profundo sentido essa mudança revela outra mudança estrutural mais profunda: o crescimento de uma classe média letrada. O Brasil muda radicalmente de morfologia social; deixa progressivamente de ser um país agrário e passa a ser dominado pelo espaço urbano, fundamentalmente. Mesmo que nesse ínterim a entrada de jovens na educação superior permaneça limitada, ela sofre um aumento relativo e significativo no novo contexto urbano. Ou seja, jovens educados interessados numa vida cultural diversificada e intensa encontram justamente nos grandes centros urbanos as oportunidades desejadas de vivências e experiências culturais.

Para se ter ideia das transformações que o Brasil passou, basta ter em mente a expansão do ensino universitário. A criação de universidades federais em todo o Brasil fez com que de 1960 a 1980 as denominadas ocupações técnico-científicas passassem de 11% para 19% da população economicamente ativa. Passa-se de 2,5 milhões de pessoas nessas atividades para outras 8,5 milhões no final da década de 1980. A “modernização autoritária”, tal como foi chamada por intelectuais na época, se refletiu com maior peso na produção de

uma classe letrada com alto capital intelectual. Dessa forma, em 1960, o número de matrículas na graduação alcança 100.338, número que aumenta significativamente e, por volta do final dos anos 1980, as matrículas estarão registradas em cerca de 1.377.286 de novos egressos nos cursos de graduação pelo país (Boschi, 1987).

Outro fator relevante para o estabelecimento de práticas de contestação da ordem política via mercado de consumo cultural é o papel que a chegada de ideias estrangeiras tiveram no Brasil dos anos autoritários. O existencialismo político, expresso no uso de entorpecentes e no desafio à moral sexual, teve forte impacto na maneira como os jovens passaram a perceber as relações entre a corporalidade e a política. Havia a noção generalizada de que existia uma crise dos costumes. O psicodelismo era a marca dessas ideias. Nessa medida, Kucinski (1992) fala do sentimento que os integrantes do movimento *udigrudi* tinham da presença do “estrangeiro” como marca do avanço cultural que um país autoritário era incapaz de vivenciar, mas que era justamente expressão da relação ambígua com as instâncias transnacionais. Tratava-se de reinventar o lugar do Brasil no mundo cultural transnacional.

Nos Estados Unidos, as diferentes manifestações da contracultura, inclusive seus movimentos políticos, como o *Black Power*, tiveram como denominador comum ostensivo o uso da maconha, proscrita pela moral conservadora, numa tentativa de construção de um novo *ethos*, uma nova forma de ser e agir, dotada de uma ética de transgressão e de novos modos de consciência. Na Grã-Bretanha era a adesão especialmente ao ácido lisérgico (LSD) que denotava a crença de que nenhuma liberação social ou política poderia ocorrer sem a libertação anterior de cada indivíduo a contracultura aconteceu no capitalismo avançado, visto como forma suprema de dominação psicológica, conforme as ideias em voga de Herbert Marcuse, entre outros. No Brasil, o recurso à droga, além de incidental, foi um divisor, não um identificador. O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação (Kucinski, 1992, p.6).

Esse crescimento de uma contracultura contra os padrões morais disseminados nas classes médias urbanas foi acompanhado pelo ressurgimento do movimento estudantil enquanto ator coletivo relevante e atuante na arena política nacional (Mische, 1997). Esses movimentos passaram, com efeito, a reconstruir as bases de apoio ao movimento sindical durante os anos 1970 e 1980.

Portanto, o que chamo atenção nesta breve consideração histórico-analítica é que a relação entre os movimentos populares, de trabalhadores, e os chamados “alternativos”, como jogo de coalizões e alianças, é sempre marcada por uma tensão fundamental acerca do caráter mesmo dessas alianças.

Entre os anos de 1976 e 1977, sobressaía-se, especialmente, um grupo de inspiração trotskista - a Liberdade e Luta (Libelú). Esse movimento, com suas palavras de ordem ousadas e uma maior abertura política para os temas vinculados pela contracultura, captou a imaginação dos estudantes. Porém, no refluxo que se seguiu à primeira euforia de reorganização, correntes da esquerda mais ortodoxa conseguiram impor-se, deslocando a Libelú da liderança estudantil. Tornou-se então bastante óbvio que a unidade das esquerdas já não existia mais. Começaram a surgir críticas públicas de uma tendência a outra. Entre a massa dos estudantes dizia-se que alguns grupos eram motivados por um desejo pelo poder em si; as assembleias estudantis eram acusadas de tediosas e de serem lugares em que a dominação de pequenos grupos era imposta em nome da unidade (MacRae, 1990, p.22).

O resultado é que o perfil dos movimentos sociais em seus enquadramentos interpretativos e repertórios mobilizados foi constituído para além de campos não diretamente engajados na luta proposta pelo movimento. Os enquadramentos interpretativos e os repertórios mobilizados pelos primeiros ativistas detêm suas raízes nesse terreno multiorganizacional, digamos. Na próxima seção deste estudo serão apresentadas análises mais detalhadas das relações entre a imprensa alternativa, como fornecedora de potenciais ativistas gays e lésbicos, e a contracultura artística, como substrato expressivo a partir do qual esses ativistas produzirão os primeiros passos do movimento homossexual no Brasil, no intuito de compreender as especificidades dos enquadramentos interpretativos que permitiram os atores de inovarem em suas formas de resistência cotidiana e política.

2. A Imprensa Alternativa e a Formação de uma Cultura da Transgressão

A imprensa alternativa representou a possibilidade de versar sobre temas e tópicos “malditos”, isto é, que nunca poderiam ser tratados de maneira explícita – o que significou, em grande medida, a abertura de um espaço discursivo intersticial no campo jornalístico comprimido de então. Temas como sexualidade, uso de psicoativos e crítica aos costumes se misturavam a uma intensa recusa aos modos de vida capitalistas e autoritários, valendo-se, para tanto, de uma retórica irônica e cínica em relação aos valores da classe média e das elites culturais e políticas. A linguagem coloquial e a sátira atuaram, assim, como “protestos discursivos” contra a mordada da censura de então.

Como afirma Kucinski (1991, p.6), “a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”. Ocorreu, no Brasil, após 1968, uma

verdadeira explosão de cursos de jornalismo, a despeito das transformações na regulação da atividade jornalística com a chegada da censura. Segundo Kucinski (1991), havia, em 1970, cerca de 60 cursos registrados de jornalismo. Nos dois anos seguintes esses números triplicaram. Dessa maneira, observa-se uma oferta particularmente alta e nova de jornalistas no mercado, mesmo com o aumento da repressão e da diminuição nas liberdades de expressão. Ora, se houve um aumento real do número de jornalistas, como estes profissionais lograriam perpetuar suas carreiras se as possibilidades de inserção no campo jornalístico estavam fortemente fechadas, devido a institucionalização dos mecanismos censores?

Com o mercado inchado de novos jornalistas e os grandes veículos afetados fortemente pela censura, estes novos jornalistas viram nos sindicatos, nos movimentos de base e nos “alternativos” uma oportunidade de perseguir suas ambições profissionais fora dos grandes canais de circulação midiática. Foram fundados, a partir daí, pequenas redações, que lidavam com problemas locais ao nível de bairro ou de movimento de base (Kucinski, 1991). Apesar das sucessivas crises financeiras, estes jornais duravam em média um ano, o que facilitava a *circulação* constante de jornalistas entre as diferentes redações e permitindo a criação de *vínculos* e laços que seriam mobilizados posteriormente na criação de outras iniciativas.

Segundo Kucinski (1991), vingaram, no Brasil, cerca de 160 jornais alternativos durante o período que vai de 1964 a 1980, com uma duração média de vida de apenas dois anos. Precários, perseguidos e inviáveis comercialmente, estes jornais abraçaram a crítica ácida ao governo autoritário. Fugindo da censura prévia em grandes veículos jornalísticos, como a *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Veja* e outros, estes jornalistas encontraram nestes tabloides a oportunidade de tratar de temas e tópicos considerados tabus ou censurados na grande mídia da época. Entre estes jornais apelidados de “nanicos” estão *O Pasquim*, *Versus*, *Em Tempo*, *Mulherio*, *O Movimento*, *Opinião* e muitos outros, que abriam *oportunidades discursivas* à polifonia de vozes contraculturais nos anos 1970 e atuavam de forma contestatória contra os abusos e disparates do regime. Na esteira dessas transformações na organização do campo jornalístico nacional o que se viu foi a sobreposição deste campo às esferas universitárias e à sociedade civil. O jornalismo nacional teve de acomodar novas formas de veiculação da informação ao agregar os jornais “de base”, os folhetins de crítica cultural, os jornais sindicais e os jornais ditos alternativos.

Este campo multiorganizacional¹¹, no qual movimentos sociais se confundiam com a atividade jornalística, era um espaço para conflitos entre as diferentes concepções de política. A moral conservadora encontrava-se, igualmente, tanto na esquerda quanto na direita. Isso, aos olhos de quem estava interessado nas questões delimitadas pelo prazer pessoal e pelo controle do próprio corpo, mostrava como não havia espaço para o debate de problemas envolvendo a sexualidade. Os grupos ligados ao movimento homossexual costumavam dizer que o prazer e a sexualidade não eram “tão importantes quanto a necessidade de liberdade política e a necessidade de comer”, ironizando a ortodoxia dos jornais operários¹².

A primeira experiência de um jornal voltado para as questões da sexualidade foi o *Lampião*, o jornal O Beijo surgido em 1977 e capitaneado por Júlio César Montenegro, seu editor de cultura, Genilson Cezar, Ronaldo Brito e Caio Túlio Costa. O Beijo surge como resultado de uma cisão no interior de outro jornal alternativo, o Opinião, em virtude de divergências em relação à linha editorial. O Beijo era uma crítica ferrenha ao “espírito jesuítico do jornal Opinião, ao culto do sacrifício, ao represamento e até repressão da sexualidade” (Kucinski, 1991). Ou seja, o Beijo havia elegido a própria esquerda como objeto direto das críticas comportamentais e culturais.

Um ano depois da fundação d'O Beijo, o *Lampião da Esquina* foi fundado, em 1978, por um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas envolvidos no gesto de saída do gueto homossexual carioca e paulistano a fim confrontar os padrões culturais vigentes de estigmatização das sexualidades minoritárias. Circularam 37 números, de maio de 1978 a junho de 1981. Era um jornal, que apesar de ter circulado inicialmente em contextos restritos, através da colaboração ativa de seus editores para a expansão através das redes de contatos em diferentes capitais do Brasil, o *Lampião* acabou por se tornar em um relativo sucesso comercial. Se inicialmente sua tiragem girava em torno de 5 mil edições para todo o Brasil, a partir dos três primeiros meses este número sobe para 20 mil edições mensais distribuídas em todo o país. Este crescimento nacional de sua difusão se deveu, sobretudo em função das redes e laços de amizade que os membros de sua comissão editorial desfrutavam nos círculos de jornalistas, intelectuais, artistas e lideranças de movimentos sociais (Green, 2000).

¹¹ Por campo multiorganizacional compreendo aqueles espaços sociais ocupados por organizações de diversas espécies. A imprensa alternativa, por exemplo, era formada por jornais universitários, de sindicatos, publicações de bairro. Seus redatores estavam inseridos em atividades de ativismo político, assessoria, apoio organizacional, etc. Ou seja, são espaços em que mais de um tipo de organização se coordenam e se beneficiam da sinergia existente nestes espaços (Polletta & Kai Ho, 2006).

¹² Manifesto do *Lampião* e do grupo SOMOS/SP ao congresso Internacional pela anistia e Liberdades Democráticas realizado em Roma, em 1980.

A comissão editorial do *Lampião*, assim como aconteceu com outros veículos jornalísticos do movimento ecológico, feminista e negro foi constituída por um grupo marcado com uma “cara” própria e aos poucos foram assumindo de maneira cada vez mais evidente um ativismo político acentuado. Ativismo que se manifestava, por exemplo, na denúncia aos cânones morais e na tentativa de chocar e surpreender o moralismo das esquerdas e direitas. Podia-se ler no *Lampião* manchetes como: Operação Sapatão; Polícia ataca as Lésbicas; Prostituição de Menores; Virgens Loucas por Sexo; Masturbação nas Ruas; Estupro em Família; os Reis do Aborto; Sexo atrás das Grades.

Pode-se afirmar que, até certo ponto, a formação do grupo SOMOS/SP e do *Lampião da Esquina* foi efeito direto do ciclo de manobras políticas de liberalização dos “liberais” castelistas. Não que haja uma relação direta entre política e as mobilizações sociais, posto que o projeto liberalizante deu-se num ambiente bastante fechado e intolerante contra oposições. De fato, essa mistura de oportunidades e constrangimentos inibiu formas abertas e públicas de protestos; contudo favoreceu um repertório de ativismo centrado na disrupção contracultural. O jornalismo alternativo e o universo das artes atuaram como incubadoras de resistências (Kucinski, 1991). Ou seja, antes de postular a existência simples e plena de oportunidades políticas, a análise de movimentos sociais deve atentar para a *apropriação ativa* de espaços formais ou informais nos quais redes de relacionamentos são criadas. As oportunidades culturais não são apenas espaços objetivos *tomados* ou *emprestados* pelos atores sociais. Há um processo de *construção social* dessas estruturas formais, ainda que isto não ocorra sem constrangimentos e sem pressão por parte das autoridades. Entretanto, não havia somente os espaços jornalísticos para falar da política; a produção estética de um mercado cultural amplo resultou na consolidação de novas formas de falar do corpo e da sexualidade. Formas que se tornaram apreciadas e valorizadas posteriormente com lideranças e ativistas do movimento homossexual a partir de meados dos anos 1970 e 1980. NO tópico seguinte, faz-se uma breve exposição destes marcos estético-políticos presentes na ideia de uma cultural radical.

3. A Cultura Marginal e o “Estético” na Consolidação de uma Política do Corpo

De fato o universo artístico foi fundamental no estabelecimento de uma estética de resistência contra as arbitrariedades políticas e culturais do período. Do cinema às artes

plásticas, passando pela música e outras formas expressivas, tudo era feito para chocar a moral e romper com o silêncio imposto pelo autoritarismo. No caso do movimento gay e lésbico, grande parte de suas energias vieram do aparecimento de figuras “ambíguas”, que questionavam os estereótipos do “machão”. Na década de 1960, por exemplo, a despeito da censura imposta pelo regime, começam a aparecer os primeiros poetas e romancistas engajados na criação de uma estética homoerótica e transgressora.

Um escritor de fundamental importância para esse período é Roberto Piva (1937-2010), cujos poemas fincavam raízes na estética homoerótica. Com uma poesia marcada pelo forte simbolismo e pela temática exclusivamente lírica nos retratos das noites boêmias paulistas, Piva se notabilizou pela esteticização da “boca do lixo” e é constantemente demarcado como um “poeta maldito”. Mesclando linguagem erótica e misticismo, Piva narrou os meandros da subjetividade marginal paulistana a partir da ingestão de drogas, da homossexualidade, da experiência religiosa transviante e heterodoxa, mesclando catolicismo e religiosidade afro-brasileira. A subversão religiosa e dos papéis de gênero aparece, por exemplo, quando ele diz: “Eu sou uma metralhadora em/ estado de Graça/ Eu sou a pomba-gira do Absoluto”.

Nos anos 1970, começa a surgir uma *rede* ativa de jovens escritores que exploravam a temática homoerótica de maneira sistemática e contínua. Uma nova geração “maldita” de escritores teve como tema a homossexualidade e ajudou a impulsionar o desafio à moral vigente. Dentre estes escritores temos Aguinaldo Silva (1944), que figuraria no Conselho Editorial do *Lampião*, anos depois de estreitar no mundo literário com seu romance *Primeira Carta aos Andróginos* (1975), e posteriormente com *O amor grego* (1975), cuja temática girava em torno de um romance proibido entre um travesti e um marinheiro que se encontraram pela primeira vez no feriado católico da Sexta-Feira Santa. Vê-se aí a continuidade das tentativas de misturar temática religiosa e erotismo no intuito de chocar e escandalizar os circuitos literários do período. Aguinaldo Silva, sendo um dos principais responsáveis pela edição e distribuição do *Lampião*, acabou por trabalhar principalmente com o ficcionalismo televisivo escrevendo roteiros para minisséries e telenovelas.

Poderíamos também mapear os muitos nomes do ficcionalismo lésbico. Por exemplo, Cassandra Rios, escritora de romances eróticos que exploravam temas ligados a homossexualidade feminina e os desvios sexuais, como nos romances *A Tara*, *Tessa*, *a Gata*, *Volúpia do Pecado*, *A paranóica*. Cassandra Rios nunca desenvolveu nenhum tipo de

atividade de ativismo político, mas seus livros, ao tratar dos prazeres femininos, até então obscurecidos e mesmo negados pela moral da ditadura, eram atração especial no circuito de ativistas gays e lésbicas. Na edição nº 5, de Outubro de 1978, pode-se ler a seguinte manchete “Cassandra Rios ainda resiste. Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever”, tratando da importância simbólica que a escritora detinha para a comunidade de gays, lésbicas, travestis, prostitutas e demais frequentadores da boemia das grandes cidades. Ao entrevistá-la, o *Lampião* não poupou elogios e críticas a esquerda e a direita, “Assim é: proibida pela direita, desprezada pela esquerda. Cassandra Rios me lembra uma bruxa perseguida (e bruxa aqui tem o sentido que as feministas recuperaram: aquela que se rebelou contra padrões socioculturais impostos)” (Rios, *Lampião da Esquina*, nº 5, pg. 7-9. Outubro, 1978)¹³.

Como foi publicado no *Lampião*, em edição especial, pode-se notar a importância da temática do prazer, masculino e feminino, heterossexual e homossexual, no clima artístico-intelectual dos anos 1970. O grupo SOMOS/SP, a ser detalhado nos próximos capítulos, escreve sobre a condição necessária de uma política do prazer.

É mais ou menos óbvio que as pessoas consideram em geral as mulheres homossexuais unicamente em função de sua vida sexual. E a primeira pergunta que surge é sempre: "Mas o que duas mulheres podem fazer na cama"? Equivale a dizer: "Como elas podem fazer alguma coisa, se lhes falta um elemento essencial"? É engraçado como o sexo entre mulheres é invariavelmente conduzido para o único elemento que não tem nada a ver - um apêndice masculino, o Pênis. Não é por outra razão que muitos homens, com um gesto vulgar, segurando seus órgãos sexuais como um pacote, manifestam frequentemente: "Elas estão precisando é disso" (Grupo Somos/SP, *Lampião da Esquina*, n.12, p.6-8, Maio 1979).

O incitamento ao prazer e este intenso consumo de material erótico, categorizado como pornográficos pelos vigilantes morais, eram parte da construção de novas formas de percepção das relações do indivíduo consigo mesmo. O repertório semântico da psicanálise e das ciências sociais se mesclava com todo tipo de manifestação artística no intuito de liberar o indivíduo de suas amarras morais. Nas palavras de Cassandra Rios, “não se fala em moral sem falar do pecado”. Estes autores estavam criando novas formas de *expressar* e de *perceber* os arranjos culturais estabelecidos que, no entender desses autores, era uma moral cristã castradora das sexualidades. Pode-se dizer que o impacto conjunto do crescimento urbano e o aumento progressivo de uma classe média educada produziram as condições para o surgimento de uma vida artística às margens das benesses dos circuitos tradicionais. Neste conjunto de manifestações estéticas de libertinagem e de deboche estava implícito muito mais

¹³ Conselho do Lampião, Cassandra Rios Ainda Resiste, *Lampião da Esquina*, nº 5, pg. 7-9, Outubro, 1978.

do que um impulso hedonista descompromissado e apolítico. Pelo contrário, como salientou Hollanda (2004):

A marginalidade é tomada não como saída alternativa, mas no sentido de ameaça ao sistema: ela é valorizada exatamente como opção de violência, em suas possibilidades de agressão e transgressão. A contestação é assumida conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento descolonizado, são vividos e sentidos como gestos, perigosos, ilegais, e, portanto, assumidos como contestação de caráter político.

Havia toda uma tentativa de experimentação da linguagem para falar do principal tema presente nas obras desses autores: a desenfreada busca pela liberdade do “Eu”, o que quer que este eu profundo signifique. Do uso das drogas ao misticismo, tudo era usado como instrumento de subversão, não só da linguagem provinciana, mas também para a crítica ao ranço religioso presente no tratamento das questões morais, inclusive da sexualidade. Nas palavras de Paulo Augusto, outro poeta marginal, colaborador frequente do *Lampião*, falando abertamente: “Ser bicha é um estado de espírito, / de choque, de sítio / de graça; É ter parte com o demônio, aprendiz de feiticeiro. É estar entre, no meio, ser meta-de / outros homens”¹⁴.

Surge, assim, na década de 1970, todo um campo da “poesia marginal”¹⁵. Na qualidade de intelectuais e artistas, o trânsito e a transição entre as carreiras eram extremamente valorizados – ou pelo menos essa valorização justifica a situação de fragilidade ou vulnerabilidade do mercado de “arte marginal”, e a aceitação destes artistas, nas plateias e audiências mais conservadoras das classes médias, as quais eram as consumidoras mais frequentes de arte, era substancialmente reduzida. Ou seja, essa poesia que falava impudicamente sobre os desejos e aspirações de homossexuais, travestis, pervertidos, prostitutas e demais frequentadores das noites urbanas, não casava bem com os impulsos da ordem e do bom comportamento. Versos como a “Libido, pelo jeito, é mero lodo./A sensualidade faz sentido /conforme a morbidez sob a qual fodo.”, de Glauco Mattoso não detinha nenhum lugar caro no imaginário poético das classes médias paulistas e cariocas.

Poeta, ensaísta e crítico, Glauco Mattoso que seria, aliás, membro do conselho do *Lampião*, foi editor de outro jornal alternativo importante e pouco lembrado na bibliografia, o *Jornal Dobradil*, que se utilizava frequentemente do duplo sentido e da obscenidade explícita.

¹⁴ Augusto, Paulo. “Estatuto”, *Lampião da Esquina*, nº 14, Julho, 1979.

¹⁵ Convém esclarecer que o uso da palavra “campo” não remete ao conceito usado por Bourdieu, como indicação do modo como diferentes capitais específicos afetam o posicionamento, prestígio e estatuto dos atores sociais. Isto, porque esse conjunto de escritores, poetas e romancistas não desempenhavam essas atividades com dedicação integral, especializando-se em apenas uma “profissão” cultural.

Mattoso recusava toda e qualquer forma de conformismo com a linguagem pudica, tanto política quanto moralmente. Dele se pode ler a mistura de erotismo e crítica à realidade social no “Soneto Masoquista”: “Político só quer nos ver morrendo / na merda, ao deus-dará, sem voz, sem teto. / Divertem-se inventando outro projeto/ de imposto que lhes renda um dividendo.”

Glauco figurou na famosa coletânea de contos homoeróticos latino-americanos "My deep dark pain is love: a collection of Latin American gay fiction" (1983), organizada pelo ativista Winston Leyland, editor da Gay Sunshine. Coletânea esta que estaria no germe do lançamento do jornal *Lampião de Esquina*. Assim, o surgimento de um mercado editorial homossexual também veio acompanhado de um verdadeiro *boom* do cinema e do teatro gay e lésbico durante as décadas da ditadura. Filmes como *Baltazar da Lomba* (1978) do grupo ativista Nós Também, o *Princípio do Prazer* (1979) de Luiz Carlos Lacerda, Tessa, *A Gata* (1982), de John Herbert e *Noite Vazia* (1964) de Hugo Khouri, chocavam as plateias com as histórias de prostituição, lesbianismo, boemia, alcoolismo e sexo homossexual. Peças de teatro como *Querida Mamãe*, de Maria Adelaide Amaral ou *Em Nome do Desejo*, de Antonio Cadengue, serviram de substrato simbólico e de contexto de encontros e interações entre os futuros ativistas que iriam compor o grupo SOMOS/SP e o *Lampião de Esquina*. Como já foi salientado, o trânsito entre as áreas artísticas era notável; Luiz Carlos Lacerda, por exemplo, foi propagandeado no *Lampião* com romances eróticos tratando dos dilemas da vida transexual e travesti. Nas páginas do *Lampião* era comum encontrar roteiristas e romancistas compartilhando seus poemas eróticos e realizando divulgação dos romances homoeróticos de sua autoria. Em suma, nas páginas do *Lampião*, no cinema das ruas do gueto paulistano e carioca, nos circuitos restritos de artes, o que se celebra é o “Homo Eroticus”, nas palavras de Darcy Ribeiro, artista plástico, escritor, jornalista e colaborador do *Lampião*,

Parece-me ousadia querer então falar de uma cultura homossexual brasileira, uma vez que estamos apenas engatinhando e além do mais sobrecarregados de preconceitos - razão porque ela teve e continua tendo existência "underground". Para se chegar à luz de uma possível "normalidade", carecemos da conscientização do meio sobre o que seja a verdadeira homossexualidade e, principalmente, da autoconscientização dos artistas criadores (Conselho, Editorial, Editorial. *Lampião da Esquina*, nº 0, Edição Especial, p.1-2, Janeiro, 1979).

Essas experiências artísticas contraculturais permitiram o encontro de futuros ativistas, como James N. Green, acadêmico e historiador norte-americano, e João Antônio Mascarenhas, advogado, ainda que não exercesse a profissão, e João Silvério Trevisan, escritor e jornalista. Se não era autorizado gritar em voz alta as mazelas e chagas do regime,

em virtude do silêncio imposto pela censura, também se dissimulou a crítica política e o ataque aos costumes através de jogos de metáforas e insinuações em tabloides alternativos e por meio de diversas manifestações artístico-culturais. Dessa forma, um mundo contracultural incrustado nas frestas da ditadura atuou como um espaço liminar em que experiências político-culturais poderiam servir como forma de romper com o estado presente de coisas. Se não era possível atuar por meio da política das ruas e dos gritos de ordem, a política dos sussurros e dos murmúrios reclamava o direito à expressão e à liberdade de opinião.

Enfim, a abertura de oportunidades culturais dada pelo crescimento da imprensa alternativa e com o surgimento de um campo político-artístico gerou pontos de crítica cultural que seriam pontos de enunciação para os ativistas homossexuais. Uma crítica política às avessas, disfarçada de consumo artístico. O nu masculino e o amor sáfico estavam juntos nas páginas de revistas fora do circuito de grande circulação, mas, ainda assim, com expressivo apelo no imaginário de uma geração sedenta por maiores liberdades. Nas universidades, tais jornais se transformaram em fonte de informação e de questionamentos contra a ordem moral. Contudo, o impacto que essa circulação de ideias e formas de experienciar o político e a corporalidade não se deu a esmo, refletiram em redes sociais, que funcionaram como canais de veiculação de tópicos e temas culturais, que se conjugam, posteriormente, em enquadramentos interpretativos. Esses assuntos serão tratados no capítulo a seguir.

CAPITULO 3: REDES DE ATIVISTAS E GRUPOS ORGANIZADOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, a ideia principal era trazer à tona as condições pelas quais as oportunidades políticas foram progressivamente se flexibilizando no final dos anos 1970. Essas oportunidades políticas podem ser resumidas no divisionismo existente nas Forças Armadas, com os conflitos entre a “linha dura” e os adeptos do “castelismo” e as iniciativas de promoção de mudanças institucionais profundas, a fim de garantir a legitimidade do regime. Juntas, tais mudanças representaram mudanças nas oportunidades políticas que permitiram a criação e difusão de organização e movimentos sociais responsáveis pelo início de um ciclo de protestos em todo o Brasil.

Esse ciclo de protesto emerge como resposta às mudanças nas oportunidades políticas. Contudo, explicar o movimento homossexual brasileiro requer a adição de mais um componente na análise. A abertura relativa das oportunidades políticas explica o crescimento global das mobilizações, mas não oferece alternativas para entender as mobilizações específicas em torno da homossexualidade no Brasil. É necessário agregar oportunidades culturais que deram condições específicas à formação dos grupos homossexuais e que colaboram para explicar individualmente o movimento homossexual brasileiro.

Essas oportunidades culturais funcionaram como catalisadoras das manifestações político-culturais em torno da libertação sexual. Nesta dissertação, as oportunidades culturais enfatizadas foram a abertura dada pela imprensa alternativa a temas culturais e à crítica dos costumes, além da formação de um clima contracultural de questionamento dos padrões normativos morais dominantes, exemplificado pela criação de uma rede de produtores e consumidores de “arte marginal”.

Neste capítulo, serão apresentadas as redes pelos quais o movimento homossexual se constituiu. O objetivo é apresentar de maneira geral os padrões sociográficos de trajetórias dos indivíduos ligados ao ativismo homossexual no Brasil. Um padrão de ativismo artístico se forma galvanizado pelas múltiplas inserções de artista e ativistas. Concomitante a este padrão de trajetória de ativismo, podem se somar outras menos ligadas ao mundo da arte, mas que

dada sua inserção no mundo da imprensa alternativa, ofereciam aportes estáveis para a criação e difusão de novas ideias sobre a sexualidade no Brasil.

Numa primeira parte, serão explicitados os problemas da estigmatização do homossexual no Brasil. Em seguida, apresento o papel do *Lampião da Esquina* como catalisador das estratégias da enunciação de demandas políticas em apoio à saída do “gueto”. Por fim, uma breve caracterização dos grupos atuantes no período que vai de 1978 a 1982, período tido na literatura como de ascensão do movimento homossexual brasileiro e de sua posterior decadência, supostamente em razão da epidemia da AIDS. Por fim, apresento as trajetórias de alguns indivíduos que são representativos da construção desse viés artístico nos primeiros tempos do movimento.

1. A EXPERIÊNCIA DO ESTIGMA

Esta seção tem como objetivo compreender a organização social do estigma associado à figura do homossexual. A associação com o mundo da criminalidade e do pecado são peças fundamentais de construção do entendimento e da explicação do tornar-se ativista nesse contexto de Liberalização Política. O “sair do gueto” compreende, nesse sentido, um esforço sistemático, ao nível das práticas e dos discursos mesmo, de desvincular-se ou de combater o estigma inscrito nos corpos e trejeitos dos diversos tipos de “pederastas”.

O estigma corresponde, antes de tudo, a um conjunto de situações de atribuições realizadas no âmbito dos contextos de interação (Goffman, 1992). Em outras abordagens, o estigma corresponde a uma marca “infame” depositada ou gravada sobre os indivíduos e que orienta o universo de relações sociais possíveis permitidas a esses indivíduos. Desse modo, existe, por trás do estigma, uma trajetória de estigmatização operada por um corpo de normas oficiais defendidas por parte daqueles que não possuem o estigma. Essas carreiras de estigmatização podem ser gerenciadas por instituições de caráter regulatório e que restrinjam e limitem as relações existentes entre os “defeituosos” e os “normais” (Goffman, 1992). No caso do Brasil dos anos 1960 em diante, a experiência do estigma era carregada de significados religiosos, especialmente fora das grandes cidades. Ao mesmo tempo, nos grandes centros urbanos, a imagem da moralidade familiar e da ordem pública urbana era o crivo pelo qual a estigmatização homossexual era organizada.

O estigma homossexual tinha um caráter visual, mormente. Traços e comportamentos “feminilizados” era a marca indelével pelo qual era possível a identificação do homossexual. A exibição plena dos atos de homossexualidade expressa, justamente, a maior afronta contra a moral, a família e os códigos de permissividade no espaço urbano. Nas grandes cidades gays, lésbicas e travestis aparecem, desse modo, como figurações da marginalidade.

A homossexualidade estava associada, nos jornais da época, ao mundo obscuro das ruas e da “boca do lixo”. O personagem do homossexual só é tolerado enquanto permanecer oculto, escondido e recluso no interior de seu mundo de prostituição, marginalidade e bandidagem. Enfim, há uma organização espacial da experiência do estigma. Existe uma disputa simbólica pelos espaços urbanos também. Os conflitos que expressavam a relações de tensão do estigma eram manifestos nas querelas frequentes entre os bairros de família contra os “invasores” pederastias.

O trecho transcrito de uma notícia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, em dezembro de 1983, demonstra bem o modo como o estigma colado aos homossexuais operava, mediante a ideia de marginalidade e periculosidade.

Um abaixo assinado a ser encaminhado ao governador Franco Montoro, pré-queixa registrada nas delegacias da região, e, possivelmente uma faixa alertando: “Cuidado, a placa de seu carro está sendo anotada e sua família ficará sabendo de tudo”. Essas foram as armas que moradores de Indianópolis, proximidade da Avenida Moema, resolveram adotar na “guerra” aos travestis que frequentam a região a cerca de um mês [...]. Num trecho, o abaixo-assinado pede providências os travestis que há dois meses frequentam a área, “tornando nossas vidas um verdadeiro martírio, com cenas que atentam ao pudor, palavrões de baixo calão, brigas, furtos, depredações em nossos veículos, tráfico de entorpecentes, desencaminhamento de menores, chegando ao cúmulo de atos sexuais em plena via pública”¹⁶.

A notícia exemplifica os quadros simbólicos mobilizados para descrever, enquadrar e interpretar práticas homossexuais do padrão heteronormativo dominante nos anos 1980. O travesti, enquanto homossexual, é visto sob o prisma da marginalidade. Ele é o símbolo que resume toda a homossexualidade. As diversas identidades homoeróticas são reduzidas a sua associação com o travestismo. Não se trata somente de uma ofensa à moral, mas de uma ofensa generalizada à lei e à ordem no espaço público.

A figura do homossexual é, sobretudo, a de um criminoso. Indivíduo com graves problemas psicológicos ou morais que está sempre a um passo de corromper outros para o mesmo caminho. No trecho, o léxico utilizado identifica o homossexual como um “perversor”

¹⁶ *Folha de S. Paulo*, “Bairro protesta ao governador contra travestis”. São Paulo, 1º de dezembro de 1983.

que “desencaminha” menores e está associado a todo tipo de ilegalidades. É interessante notar também a formação de iniciativas esporádicas, mais virulentas contra homossexuais durante os anos 1980, fazendo apelos públicos às autoridades com base nos códigos morais aceitos e institucionalizados na sociedade.

De fato, o preconceito e a repulsa contra homossexuais durante os anos 1980 são bastante marcantes. Em pesquisa feita também pela *Folha de São Paulo*, em 1983, o homossexual é visto como um ser inferior à maioria da população – comparada com negros e judeus, os homossexuais tiveram a maior taxa de rejeição. O levantamento realizado em 40 cidades do estado de São Paulo constatou que 33,7% da população considera que o homossexual é inferior, igual em 52,7 % e superior em 3,9%¹⁷.

A associação entre crime e homossexualidade também aparece nas páginas do *Lampião da Esquina*. O jornal alternativo recebeu dezenas de denúncias ao longo da década de 1980, que atentavam para o caráter arbitrário dessa associação. O trecho abaixo demonstra bem o modo pelo qual a grande mídia encarava a homossexualidade enquanto mais uma das instâncias de ilegalidade. Em 1979, o estigma do homossexual “desencaminhador” afetou até mesmo o corpo editorial do *Lampião da Esquina*. Em 1979, Roosevelt Antonio Chrysóstomo, jornalista membro do Conselho Editorial do *Lampião*, foi indiciado por “maus-tratos contra menor” e “uso de menor para fins condenáveis” em virtude de denúncias de seus vizinhos que alegavam que o jornalista abusava de sua filha adotiva Cláudia.

No laudo médico do processo, constava que Chrysóstomo tinha “transtornos de personalidade” e apresentava comportamentos “a partir do vício do álcool e de desvios sexuais” além de utilizar a própria filha adotiva “como uma espécie de símbolo para atividades torpes e contrárias à *moral e aos costumes*”. Chrysóstomo foi sentenciado a dois anos e oito meses de prisão num julgamento controverso em que nem a perícia constatou maus-tratos físicos a Cláudia. Julgado novamente em 1983, o jornalista foi considerado inocente, sob a alegação de que o julgamento anterior fora baseado em provas dúbias e suspeitas sem fundamento (Trevisan, 1986).

Na nota publicada, e transcrita, abaixo na seção “Cartas na Mesa”, um leitor reclama sobre uma coluna publicada no jornal *O Globo*, no dia 22/04/1979 que compara a homossexualidade ao vício das drogas.

¹⁷ *Folha de S. Paulo*, “Homossexuais, as maiores vítimas dos preconceitos”. São Paulo, 2 de Março de 1983.

Mas o que interessa, realmente, é o vínculo (proposital?) que o dito colunista faz entre drogas + decadência social e homossexualismo. Diz ele que alguns homossexuais já perderam a vergonha. O que ele quer dizer? Tais homossexuais deveriam se envergonhar pela sua natureza? A nota, para mim, é de uma discriminação ostensiva e digna de repulsa, pois revolta é o que sinto em relação a estes indivíduos que desejam perpetuar a imagem do homem ou mulher homossexuais como pessoas doentes e sinônimos de marginalidade. O que irrita é a cilada para os leitores, armada pelo dito colunista, o qual faz um elo entre cocaína e homossexualismo. Por acaso não haveria também heterossexuais cheirando a tal da "branca de neve"? irrita mais ainda, pois os "marginais" devem ser temidos pelos "rapazes e meninas de família", segundo o nosso prezado colunista (Anônimo, *Lampião da Esquina*, nº 13, Junho de 1979, p.12).

O trecho transcrito descreve muito bem a indignação e contesta a versão bastante veiculada na mídia da época de associação entre a figura do homossexual e a marginalidade. O mundo das drogas e do vício aparece como inerentemente ligado ao homossexual, que começa a não se calar mais diante do estigma. O *Lampião*, o grupo SOMOS/SP e outros grupos surgidos no final dos 1970 representaram a oportunidade de falar sobre um tema considerado maldito. Após anos escondidos nas sombras do “gueto” homossexual, vozes começaram a recusar-se a calar.

A relação entre espaço urbano como espaço politizado e regulado pelas relações familiares de manutenção da ordem hierárquica fica problematizada na charge veiculada no *Lampião*, na edição de Junho de 1979. Na charge, um pai de família aparece estupefato ao perceber que a independência pretendida pelo filho não se tratava de outra coisa senão a independência em relação aos machistas e estigmatizadores de sexualidade. O espaço público urbano também aparece referenciado como sendo constantemente marcado enquanto espaço de possibilidades de fruição sexual.

Figura 1

Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 13, Junho de 1979.

A “Família” enquanto enquadramento interpretativo normativo disseminado por entre diversos setores da sociedade, inclusive mesmo em setores da esquerda, era recorrente no discurso da Igreja Católica. Mesmo que as CEBs tenham desempenhado papel ativo na concatenação de esforços políticos durante a redemocratização, sua atuação deve ser olhada à luz da ideia de que as oportunidades políticas e culturais são diferenciais. Ou seja, o apoio da Igreja Católica aos movimentos sindicais e populares não se transmutava automaticamente em apoio irrestrito a toda forma de manifestação política e cultural. A crítica aos abusos perpetrados pelo regime, como à tortura e à política de arrocho salarial, era foco específico de setores mais progressistas da Igreja, mas ainda assim havia forte clima de desconfiança por parte da comunidade homossexual em relação ao papel da Igreja na emancipação política desses grupos.

A Igreja Católica aparece como um dos focos de produção dessa desigualdade de acesso à vida pública. A moral judaico-cristã era um dos principais pilares pelos quais a segregação do homossexual era fundamentada. O *Lampião*, em um de seus números, apresenta um dossiê entre a relação da cultura judaico-cristã e a homossexualidade. A edição é recheada de confissões e experiências *pessoais*, um recurso editorial frequente no primórdio do movimento que denotava uma tentativa de demonstrar o caráter individual de superação dos cânones católicos. Assim, podem-se ler libelos anticlericais, como:

Claro, muitas lésbicas e bichas não se espantarão com isso. Afinal, a religião não foi sempre um dos principais fatores de opressão de que são vítimas há séculos os homossexuais no Ocidente judaico-cristão? No máximo, essa Igreja que antes mandava os homossexuais para o fogo do inferno (passando pelo da fogueira...), ter-se-ia “civilizado” um pouco: ontem, ela abandonava os homossexuais “irrecuperáveis” ao “braço secular” dos torturadores e carrascos. Hoje, ela se contenta em colocar nas mãos de psiquiatras (“desde que eles não eduquem nossos filhos, não se reúnam em nossas salas e não se pretendam normais”) (SOMOS, *Lampião da Esquina*, n.26, p.8 julho, 1980).

O catolicismo enquanto religião oficial força os homossexuais ao autoexílio. Autoexílio em que os primeiros grupos responderam com a necessidade crescente de saída para o mundo público, assumindo uma identidade sexual condizente com todas as outras identidades aceitáveis. O empréstimo da ideia de *Gay Liberation* responde ao caráter específico da estigmatização homossexual no Brasil. A ação contínua e sistemática de uma economia moral que os enquadrava enquanto “pecadores” e disseminadores da desordem e desorganização social deveria ser respondida através da saída da “Boca do Lixo”.

Tratava-se, sobretudo, de ameaçar essa mesma economia moral por intermédio da estética e do deboche. Em resumo, a criação desses enquadramentos interpretativos dependeu

do empréstimo de estoques culturais transnacionais, mas também de uma trama de relações que se formaram para transgredir os limites das experiências sociais impostas pela estigmatização. Tornar-se ativista significava responder a tais limitações, não só pelo disfarce ou da manipulação de personalidades “deterioradas”, mas também por meio da criação de plataformas coletivas de mobilização política.

Passo, então, agora, à caracterização dessas trajetórias individuais presentes nos discursos ativistas. Apresento de maneira sumária a estruturação dos grupos homossexuais e apresento de maneira breve um modelo de ativismo pautado na esteticização da experiência da homossexualidade.

2. O LAMPIÃO DE ESQUINA E O INICIO DAS MOBILIZAÇÕES

O Lampião foi fundado em 1978 por um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas envolvidos no gesto de saída do gueto homossexual, a fim confrontar os padrões culturais vigentes de estigmatização das sexualidades minoritárias.

O Conselho Editorial do *Lampião da Esquina* era formado por Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Silvério Trevisan e Peter Fry. Todos esses eram ligados a atividades artístico-intelectuais. Além disso, como colaboradores, um imenso corpo de ativistas, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos escreveram durante três anos para o *Lampião*, contribuindo para transformar o periódico numa das arenas discursivas privilegiadas da contracultura e da política “movimentalista” da época.

Dentre seus mais importantes colaboradores, pode-se citar: os intelectuais acadêmicos – Edward MacRae, Reginaldo Prandi, James N. Green, Mariza Correa e Luís Mott –, os jornalistas – Celso Curi, João Antônio Mascarenhas –, escritores – Glauco Mattoso e Alexandre Ribondi –, ativistas feministas – ZsuZsu Vieira, Lelia Miccoli –, ambientalistas – José Lutzenberger – e muitos outros (MacRae, 1990). Todos os membros do conselho tiveram experiência com as fontes contraculturais do período. Eram, em sua grande maioria, jornalistas, escritores e artistas e, por isso, contavam com certo respaldo e “disponibilidade biográfica”, essenciais no momento da arrecadação dos primeiros recursos financeiros para lançar o jornal (MacAdam, 1986).

A média de idade dos participantes era de aproximadamente 28 anos – portanto, jovens durante o início do período militar. João Antonio Mascarenhas, por exemplo, que foi colaborador de notável importância e, com bastante frequência, aparecia pelas páginas do jornal, havia sido do movimento estudantil trotskista, assim como João Silvério Trevisan, Edward MacRae e James N. Green, outro importante colaborador e outras pessoas envolvidas com o jornal. Além disso, é notório o trânsito com os jornais alternativos da época. Aguinaldo Silva, principal editor do jornal, já havia construído uma estável carreira de sucesso enquanto jornalista em outros periódicos da imprensa alternativa, como *Opinião* e *O Pasquim*, bem como Gasparino Dutra, Alceste Pinheiro e Celso Curi (MacRae, 1990).

Entretanto, o que talvez mais tenha impactado na formação do jornal e tenha concorrido para modelar e desenhar as retóricas “lampiônicas” foi a circulação de ideias conjugadas na experiência internacional de Peter Fry, Edward MacRae, James N. Green, João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva, Celso Curi, João Antonio Mascarenhas e muitos outros. Se o ativismo estudantil contribuiu para a formação de ideias de esquerda, o contato com movimentos libertários nos Estados Unidos e na Inglaterra e com o movimento de libertação sexual americano permitiu a seleção do *Sexual Liberation* como retórica da temática de ação homossexual. O *Sexual Liberation*, que tinha suas raízes na Nova Esquerda americana e nos movimentos estudantis, defendia que a única liberdade possível para *todos os indivíduos* é no interior de uma comunidade sexual totalmente livre. (Green, 2000)

Pela rede transnacional de ativismo, ideias, discursos e retóricas circularam e deram ensejo a manifestações e demonstrações no cenário nacional. A relação entre João Silvério Trevisan, João Antonio Mascarenhas e Winston Leyland – editor-chefe da *Gay Sunshine*, revista do movimento homossexual marcada pela forte temática política do *Gay and Sexual Liberation* – foi criada, sobretudo, com a visita desse último ao Brasil em busca de intelectuais para a edição de uma antologia de contos eróticos sul-americanos em 1977.

Entretanto, a primeira experiência de um jornal voltado para as questões da sexualidade não foi o *Lampião de Esquina* em 1978, mas sim o jornal *O Beijo*, surgido em 1977 e capitaneado por Júlio César Montenegro, seu editor de cultura, Genilson Cezar, Ronaldo Brito e Caio Túlio Costa. *O Beijo* surge, então, como resultado de uma cisão no interior de outro jornal alternativo, o *Opinião*, em virtude de divergências em relação à linha editorial. *O Beijo* era uma crítica ferrenha ao espírito jesuítico do jornal *Opinião*, ao culto do

sacrifício, ao represamento e até repressão da sexualidade (Kucinski, 1991). Ou seja, *O Beijo* havia elegido a própria esquerda como objeto direto das críticas comportamentais e culturais.

Um ano depois da fundação de *O Beijo*, o *Lampião* foi fundado em 1978 por um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas envolvidos no gesto de saída do gueto homossexual carioca e paulistano a fim confrontar os padrões culturais vigentes de estigmatização das sexualidades minoritárias. Circularam 37 números, de maio de 1978 a junho de 1981. A comissão editorial do *Lampião*, assim como aconteceu com outros veículos jornalísticos do movimento ecológico, feminista e negro, foi constituída por um grupo marcado com uma “cara” própria e aos poucos foram assumindo de maneira cada vez mais evidente um ativismo político acentuado. Ativismo que se manifestava, por exemplo, na denúncia aos cânones morais e na tentativa de chocar e surpreender o moralismo das esquerdas e da direita. Podia-se ler no *Lampião* manchetes como: “Operação Sapatão”; “Polícia ataca as Lésbicas”; “Prostituição de Menores”; “Virgens Loucas por Sexo”; “Masturbação nas Ruas”; “Estupro em Família”; os “Reis do Aborto”; “Sexo atrás das Grades”.

Tais autores foram responsáveis pelo redimensionamento em relação à questão do homossexual, que deveria ser retirada do berço da religião ou da medicina e da psiquiatria e ser tratada com o instrumental teórico das ciências sociais e o auxílio de recursos estéticos. Assim, a rede de ativistas do *Lampião* congregava romancistas como Aguinaldo Silva, antropólogos como Peter Fry e artistas plásticos como Darcy Penteado. O movimento nascente insurgia-se como uma interposição de diferentes esferas sociais.

No grupo de colaboradores, é marcante a presença da experiência dentro de jornais alternativos de desenvolvimento de repertórios culturais pró-homossexualidade. Celso Curi, escritor e jornalista da famosa *Coluna do Meio*, veiculada no jornal *Ultima Hora*, morou na Alemanha “exilado por conta própria”. Quando volta, passa a integrar o *Ultima Hora*, jornal de média circulação, com sua coluna sobre os meandros da vida homossexual. Valendo-se de humor e sátira, o *Coluna do Meio* seria posteriormente processado por atentado à moral e aos bons costumes e geraria, com efeito, importantes mobilizações da imprensa alternativa em favor de Curi.

Participaram de jornais alternativos, incluindo o *Lampião*, ativistas como Alceste Pinheiro, que trabalhou no *Pasquim*, e Luiz Carlos Lacerda, que, mesmo sendo formado em Direito, passa a integrar inúmeros jornais durante a década de 1970 e se envolve ativamente na construção do *Lampião* e do grupo SOMOS/SP, principalmente em relação às polêmicas

sobre a existência ou não de bissexualidade. João Carlos Rodrigues, que acabara de retornar de São Francisco nos Estados Unidos, em 1973, passa a trabalhar no alternativo *A Crítica* e, posteriormente, no *Lampião*, e ajuda a colaborar com a perspectiva de uma *Coalizão Arco-Íris*, que incluiria todas as “cores” excluídas do sistema. Negros, mulheres, prostitutas, todos tinham o direito de existir. Essa perspectiva seria importante para os enquadramentos interpretativos encabeçados pelo MHB nos anos seguintes.

Esse posicionamento múltiplo na intersecção de diversos grupos acabou por desembocar, no início do movimento homossexual, numa atitude liberacionista que integrava diversas demandas. A partir daí, a formação do MHB esteve sempre imensamente ligada ao papel de lideranças que realizaram esse trabalho de conexão entre múltiplos campos sociais, atuando como conectores ou *brokers* entre redes sociais diferentes, permitindo, ainda, a troca de ideias e facilitando a criação ativa de novos enquadramentos interpretativos (Diani, 1995; McAdam *et al*, 2001).

3. OS GRUPOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

Durante a pesquisa ficou cada vez mais evidente a dificuldade de definir e circunscrever as manifestações em prol da libertação sexual como movimentos sociais no sentido empregado pela literatura convencional acerca do tema. Esses grupos, em seus estágios iniciais, em virtude da ausência de fortes organizações de apoio como as CEBs e a ampla repressão policial contra os ativistas, oscilaram entre grupos de protesto e ativismo propriamente dito e grupos voltados para uma espécie de autoajuda entre seus membros.

De um lado, a saída disruptiva para as ruas e a participação intensa nos mais diversos protestos contra a permanência do regime militar no poder e tudo que isto simbolizava, por exemplo, o machismo e a estigmatização do homossexual. Por outro lado, a existência de grupos mais voltados para a criação de espaços e ambientes privados de discussão e de apoio emocional. De um lado, grupos “estratégicos”; de outro, grupos voltados para a própria identidade.

Fugindo dessa estéril dicotomia, a dissertação tomou o rumo de enfatizar as redes que se formaram entre esses grupos e o modo como elas foram canais e veículos de conflitos e

alianças. Essas redes comportaram distintas estratégias de subversão de tratamento do estigma e constantemente chegavam a modular a tônica organizacional dentro dos mesmos grupos.

Neste trabalho, foram enfatizados os grupos que tiveram maior atuação junto à formação de uma ampla frente nacional de construção de um movimento homossexual. Mesmo apresentando distintas plataformas de atuação, é comum a todos esses grupos a presença de um forte discurso liberacionista.

Podemos citar como importantes grupos o Jornal *Lampião*/RJ, Auê/RJ, Somos/ RJ, Beijo Livre/DF, Eros/SP, Libertos/Guarulhos/SP, Somos/SP, Atuação Lésbico-Feministas/SP, Grupo de Atuação e Afirmção Gay/Caxias/RJ. Grupos estes que foram especialmente ativos e atuantes, conforme os informes presentes e veiculados pelo *Lampião de Esquina*. Foram consultados os manuscritos dos grupos SOMOS/SP, LIBERTOS/Guarulhos/SP, Grupo Outra Coisa/SP e Eros/SP. Isto, em virtude das dificuldades em encontrar arquivos e acervos relativos a esses outros grupos que, embora frequentemente lembrados, não confeccionaram uma memória coletiva do movimento como esses outros.

Esses grupos eram construídos sob o prisma de recusa total às hierarquias burocráticas típicas, tanto de sindicatos quanto de partidos políticos. Essas formas foram encaradas muitas vezes como sintomas de “despolitização”, inclusive. A ausência de uma hierarquia rígida no interior desses grupos procurava justamente encerrar na própria dinâmica da “sociabilidade” a crítica à estrutura hierarquizada presente na sociedade do regime militar (Facchini, 2005).

Nessa situação de forte repressão, aliada à efervescência coletiva da vida universitária do período e alimentados, ainda, pela presença de um circuito artístico nas franjas permitidas pela censura, surge, em maio de 1978, o grupo SOMOS/SP. As tentativas de construção de um grupo organizado de homossexuais engajados datavam já de 1976, com a volta de João Silvério Trevisan ao Brasil, depois de seu autoexílio em São Francisco, Califórnia. Em abril de 1978, a *Revista Versus*, ligada ao grupo de esquerda Convergência Socialista, promoveu uma série de debates na Universidade de São Paulo.

Nesse debate, o *Lampião de Esquina* boicotado pela cúpula do *Versus* teve em Trevisan seu principal representante. Após os conflitos com a *Versus* e a Convergência, Trevisan decidiu reunir um grupo de cerca de 20 homossexuais ligados à imprensa alternativa e universitários para formar um grupo de discussão do lugar do movimento homossexual no processo de luta pela redemocratização.

Os grupos de então, em média, seguiram a estrutura do SOMOS/SP no que tange à organização interna e suas praticas de atuação. No trecho abaixo, retirado do *Lampião*, fica expressa a preferência pelo recrutamento em redes consolidadas e normalmente profissionais:

O SOMOS está composto exclusivamente por homossexuais. A maior parte concentra-se na faixa etária dos vinte aos trinta anos (por motivo de força maior, o grupo não será aberto a menores de idade). A despeito da variada gama de profissões exercidas por seus Participantes (massagistas, jornalistas, funcionários públicos, artista, psiquiatras, professores, enfermeiros, médicos, secretárias, analistas de sistemas, executivos, etc.) trata-se, ainda, de um grupo predominantemente de classe média. Embora crescente, a presença de lésbicas ainda não é suficiente para equilibrar as proporções entre homens e mulheres dentro do grupo. Para ingressar no SOMOS todos os elementos novos participam de uma reunião mensal de recepção, onde os objetivos e atividades do grupo são expostos e discutidos. Dai, encaminham-se para novos subgrupos de identificação. A cada mês ingressam no grupo uma média de, 20 a 30 pessoas (Entrevista do grupo SOMOS/SP, *Lampião da Esquina*, n.16, p.4-6, setembro de 1979).

O grupo chegou a contar com cerca de 100 integrantes, mas com um núcleo fixo de 20 a 30. Esses integrantes eram divididos em linhas gerais de atuação que tinham como principal tarefa iniciar debates em grupo de temas específicos. São estes os grupos: Identificação, Atuação Externa, Atuação Lésbico-Feminista, Serviços, Estudos, Expressão Não-Verbal e Atividades Artísticas. Convém salientar que o grupo de Atividades Artísticas era o mais frequentado, o que reforça a hipótese de uma formação mais estética da organização dos movimentos nesse período (Acervo do Grupo SOMOS/SP).

Outro grupo de especial relevância é o Libertos/Guarulhos. Este coletivo é sintomático e oferece um contraponto interessante ao padrão de grupo representativo do período. O grupo foi formado no bojo dos debates em torno da formação de um partido propriamente operário e composto em sua maioria por jovens universitários filhos de operários. Ainda que com menor acesso às redes de artistas e ativistas protagonizadas pelo *Lampião* e pelo SOMOS/SP, o Libertos era formado por jovens com aspirações intelectuais que tinham contato com essa efervescência cultural presentes na grande metrópole.

De modo em geral, a literatura sobre o tema e a consulta aos acervos desses grupos permitem enunciar uma característica básica, comum a todos os coletivos. Eram redes formadas com uma estrutura assemelhada ou perpassada por redes afetivas e de amizade. Essa situação, em que as relações eram fortemente carregadas por laços emocionais, ao mesmo tempo em que reforçava a estruturas de solidariedade do grupo, também representava perigos constantes de rachas e de cismas dentro dos grupos.

Desse modo, é possível dizer que a difusão de grupos do movimento homossexual se deu de dois modos. Primeiro, por intermédio do recrutamento de novos membros no interior do “gueto” gay e lésbico nas grandes cidades. As reuniões dos grupos eram oportunidades de formação de novas relações de pares afetivos e de amizade. Esse caráter “solidarista” era resultado não somente da organização da vida sexual nas grandes cidades, mas também efeito direto das lutas pela organização de formas organizacionais “horizontalistas” de combate ao autoritarismo do regime militar e como forma de crítica às organizações de esquerda.

Em segundo lugar, essa múltipla inserção nas redes ativistas, no gueto gay e nas manifestações de esquerda em torno da luta pela democratização, acabou por levar a fortes impulsos de faccionalização e de fragmentação. Os grupos acabavam sendo formados por cismas e quebras em grupos já constituídos. Conforme nos explicitam as mobilizações em torno das manifestações pela redemocratização, essas cismas passaram a ser cada vez mais frequentes e as divisões afetavam a maneira como os grupos se organizavam. O grupo SOMOS/SP, por exemplo, acabou por se fragmentar em diferentes grupos ao longo do início dos anos 1980. A partir dele, foram formados o grupo Outra Coisa e o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Esses grupos atuavam em campanhas de modo integrado, mas a partir da cisão com o SOMOS/SP o Outra Coisa, o recém-formado grupo Eros/SP e o Libertos formariam uma frágil coalizão chamada de Movimento Homossexualista Autônomo¹⁸. Esses processos de múltiplas agregações e desagregações perduraram durante toda década de 1980. Grupos formados a partir de contatos com esses grupos apresentados se formariam em outras capitais do Brasil e mesmo no interior. Tais grupos tenderam a entrar em conflito com o grupo SOMOS/SP e, posteriormente, com o próprio *Lampião*, já em sua fase final.

As divergências em relação ao caráter político desses grupos mais interessados na consolidação de “grupos de convivência” levou a criação do Coletivo Alegria-Alegria, especificamente voltado para as questões da liberação individual e estética de cada um de seus membros. Postura esta que era veemente rechaçada por outros grupos mais pautados pela questão da violência anti-homossexualidade, que começa a tomar contornos radicais a partir de 1982. Daí a criação ou a formação de estratégias de mobilização legal de iniciativas contra a violência protagonizadas por grupos criados desde o início, juntamente com o SOMOS/SP, mas que se afastaram progressivamente das pautas pró-libertação sexual. Esses grupos, como

¹⁸ Fonte: Acervo do Grupo Outra Coisa – Arquivo Edgar Leunroth.

o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa, enfatizavam a necessidade de intervenção a nível estatal por meio da criação de estruturas de combate à violência contra homossexuais – estratégias estas que seriam a principal medida encabeçadas pelos grupos¹⁹.

As mudanças nas trajetórias desses grupos podem ser vistas como transformações de grupos mais comunitaristas e voltados para a autonomia individual que passaram a ser mais adeptos de estratégias legais de combate à discriminação. As lideranças tinham perfis de inserção multiorganizacionais e desfrutavam de prestígio já consolidado em suas áreas de atuação profissional, como atestam as duas maiores lideranças do período. Passo agora a uma breve discussão sobre as lideranças do período.

Uma importante liderança engajada nos processos de integração entre múltiplas identidades excluídas e que integraria o quadro do SOMOS/SP e do *Lampião* foi João Silvério Trevisan. Trevisan nasceu em 1944, foi ex-seminarista e, a partir de meados da década de 1960, envolve-se com grupos estudantis trotskistas e militantes da esquerda universitária. Assume sua homossexualidade na mesma época em que o Ato Institucional nº 5 é promulgado, situação que o leva a se autoexilar deliberadamente, a fim de fugir do clima de repressão que se instalara no Brasil²⁰. Muda-se, então, para a Califórnia, onde entra em contato com um cenário diverso do Brasil no que tange à organização de grupos de defesa dos direitos dos homossexuais. Retorna ao Brasil em 1975 e conclui a faculdade de jornalismo – porém, posteriormente, não se atém tão e somente à profissão de jornalista. Paralelamente ao trabalho de editor de jornais alternativos, como o *Lampião*, também escreve peças de teatro, romances e colunas de crítica literária e cultural. Assume papel de liderança ativa na constituição do movimento de libertação sexual. Aliás, o papel da formação de redes intelectuais internacionalizadas se faz sentir em um de seus depoimentos:

A verdade é que, ao voltar de uma frutífera estadia nos Estados Unidos, México e vários outros países latino-americanos, eu me sentia um ser profundamente híbrido, com características impossíveis de serem enquadradas dentro de um único padrão cultural. Fora do Brasil, eu vivera inúmeras novas experiências, retendo delas o que me parecera mais significativo, mais agradável. E foi assim que me senti redobradamente solitário, de “regresso ao lar”, depois de conviver com militantes gueis americanos, feministas socialistas e revolucionários brasileiros exilados. Não conseguia trocar ideias com os antigos “companheiros” de militância política de esquerda. [...] Foi essa sensação de inadequabilidade que me levou a tentar agrupar alguns estudantes universitários homossexuais, para formar uma núcleo de discussão sobre homossexualidade, ainda em 1976, na cidade de São Paulo (Trevisan, 1986, p.337).

¹⁹ Fonte: Acervo do Grupo GGB – Arquivo Edgar Leunroth.

²⁰ Fonte: Acervo do SOMOS/SP Arquivo Edgar Leunroth, UNICAMP.

Trevisan, portanto, atuou como *broker* entre ativistas promovendo a circulação de ideias e a difusão de novas práticas e repertórios de ação política (Granovetter, 1983; Diani & Della Porta, 2006). Inscrito no circuito de escritores jornalistas e artistas, ele é o primeiro ativista a colocar de maneira explícita a questão do por que da mobilização num contexto de luta por redemocratização. Qual era a importância das mobilizações sexuais? Como alocar a questão homossexual no quadro de lutas e movimentos em defesa das minorias e dentro da questão da emancipação mais geral? Nesse contexto, o meio universitário em conjunto com os jornais alternativos oferece o suporte para a mobilização de grupos de mulheres que timidamente começavam a incursionar por temas considerados “malditos”, como aborto e sexualidade.

O movimento negro também despontava, nesse período, com os primeiros grupos de discussão sobre racismo, cultura e preconceito no Brasil – além das mobilizações iniciais em torno dos problemas ambientais e ecológicos. Segundo Trevisan, a esquerda ortodoxa passa a conglomerar todas essas demandas no rótulo de “luta das minorias”, termo que se, até certo ponto, negociava a validade dessas importantes agendas políticas, por outro lado negava ou circunstanciava a participação dessas identidades no espaço público.

Outro dos principais ativistas do período é João Mascarenhas. Membro colaborador ativo do *Lampião*, seria ele o responsável pela criação do grupo Triângulo Rosa e pela reativação das mobilizações homossexuais durante a Constituinte. Foi um dos jornalistas do *Lampião* acusados, em agosto de 1978, pelo Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro, de atentado contra a moral e os bons costumes. Seria ele, também, um dos principais *brokers* entre o ativismo nacional e internacional durante a década de 1980 e um dos responsáveis pela entrada no Brasil do enquadramento interpretativo dos “direitos humanos” e de sua posterior adaptação à ideia de “orientação sexual”. Foi jornalista ativo, apesar da formação na área de Direito. Dentre suas publicações destacam-se o texto *Government threat to gay newspaper*, publicado em 1979 no Gay News, periódico ativista londrino e o *The lawsuit against Lampião – facts and guesswork*, manuscrito datilografado que rodava no meio ativista desde meados de 1980²¹.

Durante boa parte do funcionamento do *Lampião*, Mascarenhas atuou como ativista ligado ao periódico ao mesmo tempo em que esteve comprometido com os projetos de criação do Triângulo Rosa. O que não quer dizer que sua atuação não tenha sido relevante para os

²¹ Fonte: Acervo do Triângulo Rosa, Arquivo Edgar Leunroth, UNICAMP.

rumos do movimento. Mascarenhas ampliou os contatos com o ativismo internacional, por intermédio de contínua visitas a Europa e aos Estados Unidos, e foi o primeiro brasileiro a se filiar à ILGA (International Lesbian and Gay Association). Mascarenhas foi fundamental, nessa medida, no estabelecimento de pautas comuns ao MHB durante os anos 1980, pauta que nem sempre foi aceita com unanimidade dentro do movimento.

Nesse contexto, Mascarenhas liderou campanhas em âmbito jurídico e legislativo, e iniciou um ciclo de debates e encontros com Luiz Mott, antropólogo, ativista e criador do Grupo Gay da Bahia (GGB). Esse encontro favoreceu a formação de novas formas de ação do movimento, que começa a adotar perspectivas mais burocratizadas de organização. A identificação, por exemplo, de assassinatos e agressões motivadas pelo preconceito contra homossexuais passa a ser de fundamental importância para os grupos a partir de 1983, juntamente com a mobilização em torno da AIDS.

Tais grupos, como o GGB e o Triângulo Rosa, encabeçaram as mobilizações em torno da divulgação de informações sobre a AIDS, buscando reverter a opinião pública sobre o tema, ao mesmo tempo em que procuraram pressionar o Estado na criação de políticas públicas de assistência contra a AIDS. Mas este é um tema que ficará para os desenvolvimentos posteriores da dissertação. Convém por ora atentar para o modo como os movimentos se articularam durante o início da década de 1980.

Temas como a AIDS e a medicalização do estigma contra o homossexual são importantes, na medida em que impactam no processo de rearticulação do movimento homossexual durante a década de 1980. O movimento passa de uma retórica liberacionista, centrada na formulação de uma estética disruptiva e na promoção de um individualismo das minorias, e passa cada vez mais a comportar uma estratégia burocratizada de luta contra a AIDS e pela criação de dispositivos legais institucionalizados de luta contra a discriminação. Convém, agora, passar da análise dos enquadramentos interpretativos desse movimento e caminhar em direção a uma investigação mais detida dos recursos simbólicos mobilizados pelo MHB durante o início dos anos 1980.

CAPÍTULO 4: OS ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS E A RETÓRICA ATIVISTA

INTRODUÇÃO

Compreendido dentro do ciclo de protestos que marcaram os processos de liberalização e de redemocratização no Brasil durante os anos 1970 e 1980, o MHB procurou construir dentro desse conjunto heterogêneo de manifestações suas próprias inserções organizacionais e criar suas próprias interpretações sobre o processo de liberalização. Contudo, a construção de um ativismo fortemente influenciado pela imprensa alternativa e pela consolidação de uma industrial cultural *underground* ou contracultural teve impactos significativos na maneira como jornalistas, ativistas, artistas e estudantes entenderam e *enquadraram interpretativamente* as transformações na conjuntura política nacional. Em outras palavras, durante o período, as oportunidades políticas foram interpretadas e percebidas com base no estoque simbólico produzido pelas oportunidades culturais de então.

Para recapitular, as redes organizacionais abertas formadas pelas oportunidades culturais, representadas pela imprensa alternativa e a arte dita marginal, permitiram a fertilização recíproca de ideias e as primeiras construções de uma politização coletiva da sexualidade. Desse modo, por intermédio dessas redes de relacionamentos, circularam novos repertórios simbólicos capazes de rearticular os sentidos das identidades sexuais e promover novas formas de lidar com a estigmatização sofrida pelos homossexuais.

O que se pretendeu com os dados obtidos na pesquisa até o momento foi identificar as condições políticas, culturais e organizacionais do surgimento do movimento homossexual brasileiro e o impacto que esses fatores tiveram na seleção de discursos e enquadramentos interpretativos durante os anos de abertura política (1978-1983). Esse momento de fundação do movimento homossexual brasileiro ligou atores sociais inseridos na chamada imprensa alternativa e no ativismo pró-democratização aos artistas no campo insurgente da cultura “marginal”. Isto imprimiu determinadas características ao movimento homossexual.

Assim, as oportunidades políticas e culturais só foram possíveis de serem exploradas pela criação de redes que trouxeram consigo novas formas de interpretação das situações de “injustiça” contra as minorias sexuais. Essa base artística, somada ao contato de importantes

ativistas com o movimento gay e lésbico internacional, resultou numa configuração simbólica em que a gramática do “*Sexual Liberation*” americano se transformou num libelo estético-individualista de ruptura com o autoritarismo político e moral.

A pesquisa visou localizar não só as condições pelos quais esses primeiros grupos de ativistas se reuniram em torno de uma causa, mas também o modo pelo qual tal conjuntura específica produziu um discurso de “libertação individual”. Esse feixe de ideias e noções, chamadas pelos ativistas de “Libertação Individual”, pode ser descrito conceitualmente como um *enquadramento interpretativo*. Portanto, denominam-se enquadramentos interpretativos esse conjunto de pacotes simbólicos que diagnosticam situações e oferecem aos ativistas aportes cognitivos para o desenvolvimento de plataformas de ação (Benford & Snow, 2000). Enquadramentos interpretativos podem oferecer também um senso de injustiça e um sentido político para a *agency* dos indivíduos, ao mesmo tempo em que colaboram para a enunciação de um “nós” em contraposição a um inimigo alheio a essas identidades coletivas (Gamson, 1992). Logo, o enquadramento interpretativo “Libertação Sexual” foi fundamental para interpretar a conjuntura política específica da liberalização do regime militar e conectá-la à experiência de estigmatização sofrida pela comunidade homossexual, já que ambos os termos incluíam em si uma mesma ideia: a de que a superação da subordinação política e social só seria possível pela promoção da *liberdade* nos mais diversos âmbitos.

A mobilização em torno da “libertação sexual” passa a ser o enquadramento preferido por esses primeiros ativistas. A inserção numa rede multiorganizacional contracultural resultou na construção de enquadramentos e percepções liberacionistas e individualistas da política da época. Liberacionistas, porque enfatizavam uma retórica da liberdade comportamental e subjetiva. Individualistas, porque tendiam a centrar nas subjetividades individuais dos atores a localização das amarras dos diversos tipos de dominação sofridos e, por conseguinte, a responsabilidade mesma pela sua superação.

Havia, dessa forma, entre os grupos em questão, uma recusa contra formas hierárquicas de organização política. A luta das minorias, embora fosse supostamente considerada “menor” pelas esquerdas sindicais e por parte do movimento estudantil, questionava e tencionava a chamada “luta maior” em torno da redemocratização e da emancipação do capitalismo – ao menos na concepção dessas chamadas “minorias” que questionavam o caráter socialmente autoritário enraizado não só na direita militar, mas também nas esquerdas, fossem estas estudantis ou sindicais.

Neste capítulo, a intenção é justamente delinear os *enquadramentos interpretativos* que estavam por trás desse processo de resignificação do estigma. Enquadramentos que foram fundamentais para a alteração das percepções das oportunidades políticas de engajamento no cenário público da época. Trata-se, então, de estabelecer de que modo os enquadramentos interpretativos foram produzidos em relação a uma cultura machista e hierárquica presentes tanto na direita quanto na esquerda.

Numa primeira seção, esboço as dificuldades de inserção do movimento homossexual dentro das chamadas lutas “maiores” encabeçadas pelos trabalhadores e pelo movimento sindical e estudantil durante o final dos anos 1970. Nessa seção, serão elucidadas as relações de tensão e aproximação com a Convergência Socialista. Posteriormente, procuro investigar brevemente o modo como a circulação transnacional de ideias contribuiu decisivamente para a adoção desses novos enquadramentos interpretativos. E, por fim, esboço a maneira como o enquadramento interpretativo da “Libertação Sexual” funcionou como paradigma de interpretação dessas primeiras organizações, dando, inclusive, subsídios para a criação de uma política da recusa de um padrão de moralidade e a consolidação de uma *política do deboche* e da *imoralidade*.

1. A AGENDA POLÍTICA DAS “MINORIAS” E OS CONFLITOS COM AS “MAIORIAS”

Durante o andamento dos processos de liberalização política, conforme argumentado nos capítulos anteriores, os movimentos sociais alimentados pelo crescente ciclo de protestos criaram o *macroenquadramento interpretativo* (o “*master frame*”) da “Luta Maior” contra “o sistema”. Não que não houvessem outros macroenquadramentos disseminados na época, mas a ideia de “Luta Maior” era o principal agregador de demandas políticas e também grande gerador de conflitos internos entre os grupos.

Segundo Tarrow (1998), macroenquadramentos são capazes de permitir a articulação conjunta dos diversos enquadramentos interpretativos particulares de movimentos sociais distintos. Os macroenquadramentos “ressoam”, assim, por intermédio dos enquadramentos interpretativos particulares e instituíam um sentido de “consenso” entre diversos grupos, organizações, associações, movimentos em grandes ciclos de protestos. Por meio da disseminação de uma ideia “maior”, os macroenquadramentos minimizam as distâncias,

disputas e conflitos entre os diversos estratos, grupos sociais e movimentos e permitem a coordenação de esforços de maneira mais ou menos concertada (Tarrow, 1998; Snowet al, 1996). Esse conceito pode ser usado para análise do caso brasileiro. Neste caso, a queda dos atos institucionais em 1978 possibilitou a criação de redes transversais de relacionamentos entre estudantes, sindicatos e outros setores da sociedade civil, incluindo aí associações populares e de bairro, de maneira a permitir a circulação de macroenquadramentos entre eles; mas também, de outro lado, foi capaz de abrir campo para disputas entre enquadramentos interpretativos concorrentes. Esta seção focaliza um desses conflitos: entre os grupos homossexuais e o movimento trabalhista, em especial com a Convergência Socialista.

A Convergência Socialista (CS), criada em 1978, com o apoio da Liga Operária Internacional, tinha o objetivo de formar uma ampla frente de operários e participar da vida política do país por meio da criação de um partido político eminentemente trabalhista²². Tinha ligação com os meios universitários e com a imprensa alternativa. Seu principal braço na imprensa alternativa era o jornal *Versus*, que trazia libelos a favor de reformas de base em questões sociais e que propunha a volta ao regime democrático e o fim da ditadura. O jornal da CS também advogava a criação de um partido nacional dos trabalhadores para as eleições de 1982, já que a legislação previa, pela primeira vez desde o golpe, a possibilidade de existência de outros partidos além da Arena e do MDB²³.

Esse grupo tentava a construção de mecanismos organizacionais de agregação dos interesses dos trabalhadores. Em outras palavras, aventava-se a criação de partidos propriamente trabalhistas e centrais sindicais. Exemplo disso foi a organização da Semana da

²² A Liga Operária Internacional era um grupo operário clandestino e que atuou durante o período de 1972 a 1978. Sua formação é fruto da articulação de diversos ativistas de esquerda atuantes durante os regimes militares na América Latina. Suas lideranças eram compostas por ativistas que foram obrigadas a construir laços transnacionais em virtude da perseguição política empreendida pelos regimes militares na região. Entre essas lideranças, podemos citar: Túlio Quintiliano, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Enio Buchioni, ex-militante da Ação Popular, Maria José Lourenço (Zezé) e Jorge Pinheiro, ex-militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário, Waldo Mermelstein, do Movimiento de Izquierda Revolucionaria do Chile (MIR) e Nahuel Moreno, ex-guerrilheiro e fundador do MAS - Movimento al Socialismo). Sobre isso, ver: Neto, José Castilho Marques. *Solidão Revolucionária - Mário Pedrosa e as Origens do Trotskismo*, 1992).

²³ A partir de 1978, com a flexibilização das instituições políticas do regime e a diminuição das atribuições do aparato repressor, ativistas da Liga Operária passaram a propor a criação de um amplo movimento socialista no Brasil. O movimento consegue reunir socialistas e operários sob a alcunha de Movimento Convergência Socialista, que passa a promover continuamente a criação de um partido político responsável pela representação e articulação de uma política expressamente trabalhista. É a partir daí que, em conjunto com o Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André, a Convergência passa a atuar no sentido de construir laços e redes dentro dos sindicatos e universidades em prol da criação do Partido dos Trabalhadores. Participa ativamente das greves que eclodem a partir de 1978, no ABC e no interior paulista. A partir de 1982 passa a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT) como uma de suas tendências. Sobre isso, ver: Faria (2005)

Convergência Socialista, em março de 1978, cuja proposta era unificar todas as dissidências do regime militar e fomentar o debate sobre formas possíveis de ação política coletiva. Para tanto, foram convidados diversos representantes da imprensa alternativa, uma vez que esses grupos eram “quase movimentos”, pois, em virtude da repressão do regime, tais jornais funcionavam, em alguns casos, como porta-vozes de grupos estudantis e proletários específicos.

Articulados em torno da luta pela emancipação dos trabalhadores mediante o tensionamento das estruturas do regime militar, o movimento trabalhista foi o principal fertilizador da ideia da “Luta Maior”. Contudo, havia tramas e conflitos inerentes a essa definição de “Luta Maior”. Convém salientar, desde já, que a existência de macro-enquadramentos não apaga a existência de conflitos ou disputas; pelo contrário, pode mesmo criar contendas justamente em torno do significado dessas mobilizações mais amplas. Cada um dos diferentes atores e organizações políticas procuraram redefinir os limites de entendimento dos macro-enquadramentos e “preenchê-los com um significado legítimo inerente à sua própria facção.

Desse ângulo, ganha sentido a relação entre a Convergência Socialista e os ativistas homossexuais agrupados no *Lampião da Esquina*. O grupo dos jornalistas alternativos não foi convidado para a Semana da Convergência Socialista, em virtude da opinião majoritária da CS de que a agenda homossexual não correspondia à luta revolucionária. Estava montado, nesse ínterim, o palco para um conjunto de escaramuças, provocações e querelas entre os grupos. A primeira menção à Convergência Socialista aparece no jornal, já na sua edição nº 2, na qual o líder do grupo SOMOS-SP, Trevisan, realiza uma reportagem especial sobre o encontro da Semana da Convergência Socialista, realizada de 20 a 24 de abril de 1978.

Em tom irônico, o autor discorre sobre as relações entre as minorias e a “Luta Maior”, encampada pelo desejo das esquerdas operárias de formação de um Partido Socialista Brasileiro. Em síntese, Trevisan anuncia no artigo que: “Na semana de Convergência Socialista, em São Paulo, a palavra 'homossexual' só foi pronunciada uma única vez: o presidente da Mesa apenas sussurrou-a e quase se engasgou como se dissesse um palavrão” (Trevisan, *Lampião da Esquina*, p.9, Julho de 1978). E continua dizendo:

Acho que os ventos ainda não foram suficientes para dissipar a desconfiança quanto as intenções meramente eleitoreiras do populismo (agora disfarçado?) que viciou a esquerda brasileira. Só os questionamentos novos e atrevimentos heterodoxos evitam a poluição do poder (Trevisan, *Lampião da Esquina*, p.9, Julho de 1978).

Não haveria qualquer espaço para a discussão sobre minorias ou, quando muito, referências esparsas das demandas homossexuais se enquadravam no rol das problemáticas subalternas, como negra, indígena, feminista, ou, melhor dizendo, no conjunto das agendas adiáveis ou contempláveis apenas no conjunto da “Luta Maior”. Nessa mesma edição, Trevisan publica a moção de um grupo de intelectuais homossexuais, não identificados na matéria, em que se lê a tentativa de orquestrar a inserção da pauta homossexual no centro da chamada “Luta Maior”.

A questão do homossexualismo masculino e feminino salta neste momento como questão fundamental a ser reconhecida como uma das lutas democráticas, que tem características próprias mas não se afasta da luta mais ampla pela reformulação da moral sexual brasileira, seja hetero ou homossexual, por todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade mais justa e democrática. Os homossexuais, vítimas de um sistema discriminatório reacionário e intolerante esperam da Convergência Socialista a acolhida de sua luta. Confiamos em que o socialismo, que pretendemos seja um sistema equitativo, aberto e democrático grua tenha o ser humano como peça fundamental independente de sua sexualidade, traga em seus Fundamentos o necessário elemento democrático que permita a todos as mesmas possibilidades (Trevisan, *Lampião da Esquina*, p.9, Julho de 1978).

Pode-se ler nas páginas do *Lampião* os confrontos que se seguiram com membros do movimento sindical. Na edição de julho de 1979, a reportagem da capa trazia a seguinte manchete. “Alô, Alô, Classe Operária: e o Paraíso, nada?” (Luiz Inácio “Lula” da Silva, líder sindical, Entrevista concedida ao *Lampião da Esquina*, *Lampião*, n.18, p.5 -8, Julho de 1979). Nesta reportagem, o alvo de críticas jocosas e debochadas era o machismo da classe operária, que tornava invisíveis as manifestações das sexualidades dissidentes. Havia uma sexualidade operária, argumentavam os redatores do *Lampião*, e ela era tão machista quanto a direita.

A reportagem supracitada procurou durante cinco dias, no mês de junho de 1979, recolher as opiniões sobre sexualidade e prazer de metalúrgicos do ABC, e realizou entrevistas com lideranças sindicais da época. Entre essas lideranças estavam Luiz Inácio da Silva, mas também Chico Moreira, compositor, Saulo Pinto, folclorista, e mesmo uma colaboradora do *Lampião*, Beatriz Medina. Na entrevista, Lula foi desafiado a interpretar as mobilizações homossexuais no Brasil daquela época. A resposta do então líder sindical foi rápida e direta: “Homossexualismo na classe operária? Não conheço” (João Borges da Silva, operário, Entrevista concedida ao *Lampião da Esquina*, *Lampião*, n.18, p.5-8, Julho de 1979). Outros operários procuram evitar a questão ou transformá-las num exercício de inclusão dos homossexuais, sob o risco de apagamento e diluição de suas identidades, tal como a citação que diz: “Veado aqui no ABC? Tem, sim. Só que eles dão duro igual a nós” (João Borges da Silva, operário).

Esse conjunto de ideias recoloca o homossexual como figura reclusa, que esconde sua própria sexualidade em prol da igualdade, da aceitação e do reconhecimento pela categoria profissional. Essa era a tônica do *Lampião*, que em sua maior parte parece se direcionar para o deboche das posições inflexíveis dos metalúrgicos. Desse modo, Trevisan, em 1979, afirma:

Direitas e esquerdas do sistema estão querendo tornar-nos consumidores do homossexualismo e, com isso, recuperar-nos. Trata-se de uma forma de nos iludir com o poder e neutralizar o potencial subversor. A única maneira de garantir nossa subversão e impossibilitar nossa recuperação é ser cada vez mais viado (sic) e sapatona, portanto mais malditos e menos cobiçáveis por todas as formas de poder (ordem), do tipo partidos, publicidade, família, mídia. Tanto mais aprofundarmos nossas diferenças com a normalidade instituída (a sociedade heterossexual compulsória), tanto mais difícil será de nos digerir. E tanto maior nossa capacidade de virar a mesa (Trevisan, *Lampião da Esquina*, n.20, p.8, Junho de 1979).

Há uma recusa, encabeçada pelos ativistas, da “normalidade” oficial. Uma recusa que se transmuta e aparece na radicalização das identidades homossexuais. Segundo personagens como Trevisan, essa radicalização seria a melhor solução para os problemas inerentes ao machismo, tanto na esquerda quanto na direita. Para o fundador do SOMOS/SP, a libertação também consistia no direito ao exercício livre do prazer que, julgava, seria desprezado e não tratado com a devida atenção pelas esquerdas.

Trevisan reclama o direito ao mais íntimo e ao pessoal numa retórica de libertação que vai além das amarras de classe e que afeta a todos. O capitalismo, segundo esses escritores, subjugaria não somente o operariado, enquanto instrumento de produção, mas, no intuito de manter e reproduzir uma sociedade “lucrativa”, o prazer puro e simples seria também cerceado em todas as classes sociais. Ou seja, a ideologia dominante enganaria e ludibriaria mesmo a classe “esclarecida” proletária ao cercear as formas contradominantes de prazer. Nas palavras do próprio Trevisan:

A repressão sexual da esquerda patriarcal é um fato a ser denunciado. Enquanto estive nessa reunião da Convergência, só ou vi uma vez a palavra "lazer". Certamente porque não produz lucro, o prazer deixa de ser considerado prioritário para nós os humanos. Sua inutilidade básica sempre foi uma pedra no sapato das esquerdas. Já os próprios trabalhadores reclamam que intelectuais e patrões os tratam da mesma maneira; apenas enquanto máquinas que vendem sua força de trabalho. E o direito ao orgasmo, quando será reivindicado para a classe operária? Não é a energia sexual, conforme canalizada pelos padrões repressores da sociedade um dos pilares do poder constituído? (Trevisan, *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, p.9, n.2, Julho de 1978).

No mesmo artigo que cobre a Semana da Convergência, Trevisan expressa sua clara convicção numa política da subjetividade, do prazer e do indivíduo. O autor do artigo parece querer dizer que *lugar da política* também está nas dinâmicas *micrológicas*, a partir das quais cada indivíduo planeja, organiza e experimenta emocionalmente sua vida.

O artigo ácido e bastante crítico sobre a posição das minorias na "luta maior" socialista não ficou sem resposta. Uma carta escrita de um militante socialista anônimo ao *Lampião* identificava no discurso de Trevisan a presença de um pensamento "reacionário e alienado", adepto da “falsa democracia burguesa” e que desconsideraria a existência de um regime autoritário a ser derrubado (Anônimo, “Cartas na Mesa”, *Lampião da Esquina*, p.17-18, n.4, Setembro de 1978). Assim, diferentes visões do mesmo regime impulsionavam diferentes propedêuticas de ação. Para o movimento homossexual, o regime autoritário era mais uma expressão de um sistema de controle machista, cuja atualização contemporânea residia no capitalismo, que seria responsável pela opressão contínua e “trans-classista” das individualidades. Ou seja, a dominação sexual estaria incrustada nos mais diversos campos culturais da sociedade. Seria, sobretudo, um problema cultural que afetaria tanto classes trabalhadoras como patrões, tanto dominantes como dominados, homens e mulheres. Em suma, de certo modo, para os autores, a liberdade estaria além da esquerda e da direita.

Por outro lado, a Convergência via o regime autoritário como resultado da dinâmica imperialista capitalista e identificava a libertação com libertação de classe. Se o sistema capitalista fosse destruído em todas as suas determinações, incluindo o autoritarismo, as demais dominações e repressões seriam revogadas numa sociedade mais justa e equitativa. Por isso, ainda que as minorias também sofressem com as mazelas do capitalismo, suas demandas não respondiam a imperativos imediatos, pois o coletivo social que encarnava o verdadeiro sujeito histórico era a classe trabalhadora. Essa maneira de pensar desincentivava cooperações entre o movimento sindical e as chamadas “minorias”. No entender da Convergência, seria forçoso formar um partido político de base operária, cuja atuação se daria num nível político “sério”, por meio da pressão política direta e não pela “exibição carnavalesca” de corpos e expressões culturais. O corpo estava longe de ser objeto de luta política, como atesta a declaração de Herbert Daniel, ex-guerrilheiro do MR-8, grupo da guerrilha clandestina de esquerda:

Não posso dizer que eu era gay quando era guerrilheiro. Eu retirei meus sentimentos mais íntimos para não perturbar a “grande revolução social”. Homossexualidade, loucura, a menstruação, em dúvida: todos eram problemas que não podem prejudicar o bom da luta. Eles estavam todos nas limitações “para a guerrilha”. Como qualquer problema, a solução foi não. Então eu passei sete anos em abstinência total sexual. Os guerrilheiros levaram-me para a castidade absoluta. Eu gostava de um corpo completamente abstrato, era um corpo de um santo e rebelde (Herbert Daniel, Entrevista ao Conselho Editorial, *Isto É*, n.334, Junho de 1983).

Na declaração do ex-guerrilheiro fica evidente o conflito entre duas posições identitárias que se superpunham. Os sentimentos mais íntimos e profundos estavam

condenados ao silêncio. A política homossexual visava justamente trazer à tona tais sentimentos. Não é toa que em todas as publicações do *Lampião* havia uma ampla discussão sobre arte, trazendo excertos literários dos mais diversos e tratando de temas como o amor, desejo, sexo, renúncia de si, tristeza, felicidade etc. Enfim, o que significava ser homossexual era não apenas afirmar uma identidade, mas também afirmá-la em contraposição ao heterossexismo dominante. Essa politização da condição homossexual aparecia também na celebração da alegria caótica e andrógina do carnaval, o que atestam as inúmeras passagens sobre o carnaval na revista (MacRae, 1990).

Embora a tônica dominante da esquerda operária fosse a exclusividade emancipatória da “luta de classes”, certos membros da CS passaram a encampar uma Fração Homossexual da Convergência Socialista, que daria posteriormente origem ao grupo de liberação sexual Outra Coisa. O grupo iniciou suas atividades a partir da necessidade que alguns ativistas da Convergência sentiam de dar vazão à política de identidades no interior das demandas trabalhistas e de apoiar o *Lampião de Esquina*, em função de seu inquérito policial que sofria já há 12 meses. A partir daí, a retórica de uma liberação individual ampla ganhou espaço em setores da esquerda.

A situação de repressão - o inquérito policial - obrigou a uma “saída do gueto”, de seus espaços e contextos seguros. A identidade homossexual passou a ser empregada e exibida de modo estratégico, enquanto orgulho das *escolhas* e *preferências sexuais*, e não mera adaptação às circunstâncias políticas circundantes ou mesmo como inclusão de uma pauta assimilacionista entre heterossexuais e homossexuais. Estratégia esta escolhida por ser *apropriada* a uma dada situação, no sentido de que ativistas e jornalistas agiram selecionando suas ações não em um menu extensivo e exaustivo de opções abstratas, mas recortaram nesse espaço de possibilidades um conjunto de alternativas *aceitáveis* e de acordo com uma identidade social. Como definir essa identidade? A esquerda socialista oferecia um primeiro aporte, com a questão da liberdade individual, mas como conectar a liberdade com a política do prazer? A resposta não viria das redes estabelecidas em solo nacional, mas de novas ideias referendadas pela imprensa gay internacional e pelo ativismo do *Gay Liberation*.

2. AS REDES TRANSNACIONAIS DE ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS

Os “lampiônicos” e o grupo SOMOS/SP estabeleceram relações com o ativismo transnacional e a imprensa internacional. Essas relações formataram o modo como os temas, diagnósticos, prognósticos e retóricas de ação coletiva homossexual foram estrategicamente elaborados no Brasil. Contudo, o enquadramento interpretativo da “Libertação Sexual”, importada do contexto norte-americano, marcado pela democracia e pela presença de ampla proteção às liberdades da imprensa, teria de ser adaptada e reinventada para o Brasil do regime militar e num ambiente político de fortes rusgas e litígios sobre o significado da libertação e da democratização nacional.

Ainda que cada movimento tenha criatividade própria no que concerne à criação de seu repertório cultural, discursos não são produzidos no vácuo. Contramobilizações, estigmas, movimentos competidores, partidos políticos e outros atores sociais impactam no modo como diagnóstico e prognósticos são produzidos. Num contexto autoritário, o enquadramento simbólico da “Libertação Sexual” teve de utilizar esforços diferentes.

Aqui, a retórica do *Sexual Liberation* teve de lidar com a forte presença do conservadorismo moral, tanto da direita quanto da esquerda, e obviamente com a repressão policial. Por conta disso, a mobilização teve de dilatar seu sentido para uma luta contra o machismo dominante e o heterossexismo, e um embate contra o *autoritarismo* em suas formas institucionais, culturais e psicológicas. A libertação sexual seria, assim, parte de uma emancipação pessoal mais ampla. Negros, mulheres e prostitutas não sofreriam apenas a opressão motivada pelas engrenagens impessoais do capitalismo, mas também devido à ignorância e à cultura autoritária de toda a cultura nacional, dos blocos poderosos das direitas às coalizões de esquerda. As “minorias” teriam o direito a serem *individualmente* livres, sem ter de ficar sempre sob o guarda-chuva protetor da política da classe operária²⁴.

No capítulo anterior, salientei que os grupos homossexuais eram pequenos. Portanto, não havia uma organização de nível nacional que orientasse esforços coletivos de implementação de programas amplos de combate a discriminação sexual. Pelo menos, não no que tange ao apoio recebido por ativistas estrangeiros. Contudo, havia circulação dos ativistas em contextos internacionais, muitos iniciadores dos grupos, jornalistas da imprensa

²⁴ Inclusive, essas ideias aparecem no *Lampião*, em notícias, artigos e reportagens sobre os modos de vida livres da contracultura mundial. A visita de Winston Leyland ao Brasil trouxe consigo a experiência de distanciamento do país em relação à “vanguarda moral” do exterior.

homossexual e lideranças frequentaram as comunidades gays e lésbicas de grandes metrópoles internacionais. Essa circulação de ativistas trouxe consigo a possibilidade de circulação de repertórios simbólicos e de novos enquadramentos interpretativos, ainda que em via única. Jean Claude Bernadet, James N. Green, Peter Fry, João Silvério Trevisan e José Antônio Mascarenhas, ativistas já citados no capítulo anterior, em sua inserção nas redes da imprensa alternativa e da cultura marginal, traziam em sua bagagem novas formas de contextualizar a situação homossexual no Brasil. Eles traziam, nessa medida, o *contraponto* à vivência homossexual brasileira. Desse modo, o internacional passou a ser visto como base de comparação para o ativismo local.

Na reportagem da edição 20 do *Lampião*, pode-se ler a seguinte manchete: “*Londres, Amsterdam, Berlim: onde o ativismo é pra valer!*”. A reportagem questionava a timidez do ativismo local brasileiro e salientava o reconhecimento político dos grupos homossexuais na estrutura de direitos desses países. Pode-se perceber, com isso, uma completa surpresa em relação à força e organização dos movimentos, tal como o trecho abaixo expressa:

No entanto Amsterdam, onde cheguei nesse fim de tarde, curou-me de todas as frustrações anteriores; estabeleci contato imediato com o C.O.C. (Associação Holandesa para a Integração da Homossexualidade) e minha surpresa maior foi encontrar numa praça nas proximidades de um daqueles lindos canais, um edifício estreito de quatro andares, totalmente ocupado pela entidade, uma associação de voluntários com mais de 5.000 sócios e 29 secções pelo país, empenhada em reformas sociais que visam objetivamente os interesses dos homossexuais. Tal finalidade é obtida fornecendo informações reais e esclarecimentos sobre homossexualismo nas escolas, centros culturais, estudantis, de trabalho, familiares, religiosos e inclusive à polícia, entidades médicas e militares; além disso organiza grupos de discussão e antidiscriminação, estabelece contatos com outras entidades internacionais do gênero ou que se preocupam com direitos humanos, está planejando um projeto de proteção aos homossexuais que os defendam das leis punitivas de todos os países e, no campo individual e especializado, encaminha pessoas desajustadas à Fundação Schorer (Ofício de Consultas sobre Homossexualismo), além de manter um plantão telefônico permanente, paramédicos urgentes de assistência médica, psicológica ou jurídica, O C.O.C. edita uma revista mal "Sek" e mantém um estreito relacionamento com o "Vrij Nederland", um dos semanários mais lidos nos Países Baixos. Também graças ao C.O.C., algumas leis da Holanda já foram modificadas: por exemplo, a supressão da homossexualidade como motivo constante dos certificados de alistamento militar e a redução para 16 anos (condição antes só permitida para a heterossexualidade) da idade permitida pela lei para o relacionamento homossexual entre adultos e menores. Sendo uma entidade reconhecida pelo governo holandês desde 1973, o C.O.C., desde então, tem força para agir legalmente em defesa dos homossexuais (Penteado, *Lampião da Esquina*, n.20, p.13, Junho de 1979).

No trecho acima, fica evidente a admiração pela experiência de descoberta de associações homossexuais reconhecidas e pela penetração de suas atividades políticas no interior das sociedades holandesa, alemã, europeia em geral ou, em termos ainda mais gerais, internacional. Lá fora, segundo Penteado, não existiria incompreensão ou ignorância. Em

suma, a situação brasileira é vista como de ignorância por parte da maior parte da população, ainda presa às malhas conservadoras do machismo. Há uma sensação de que o Brasil viveria ainda certo atraso em relação aos desenvolvimentos culturais e morais.

Outro ponto alto dessa trans-nacionalização de enquadramentos é a ocasião da visita de Dennis Altman, pesquisador da Universidade de Sidney, ocasião quando o *Lampião* realizou uma entrevista com o pesquisador, que se interessava, sobretudo, pela caracterização da opressão da homossexualidade. Assim, pode-se ler na entrevista impressa na edição de setembro de 1979 o seguinte:

(Lampião) Há uma tendência no Brasil entre os chamados movimentos progressistas de considerar secundários na luta das minorias. Segundo eles, seria necessário minimizar o desafio das minorias em nome da “luta maior” contra o colonialismo etc... O que você tem a dizer sobre isso? (Altman) Posso compreender essa atitude num país como o Brasil, onde as desigualdades socioeconômicas são tão grandes. Mas não vejo por que não se deva lutar em muitas frentes ao mesmo tempo. Dedicar todo o tempo e energia às questões econômicas só pode resultar na mudança de um totalitarismo por outro (Dennis Altman, Entrevista concedida ao Conselho Editorial, *Lampião da Esquina*, n.20, Julho de 1979).

Nota-se, nesse trecho, uma tentativa de jornalistas e ativistas em receber novas ideias, mas também de autorizar determinados enquadramentos interpretativos por meio do recurso a autoridades intelectuais, de preferência internacionais. Esses são exemplos de como, por intermédio da rede transnacional de ativismo, ideias, discursos e retóricas circularam e ajudaram a moldar manifestações no cenário nacional. A relação entre João Silvério Trevisan, João Antonio Mascarenhas e Winston Leyland, editor-chefe da *Gay Sunshine* – revista do movimento homossexual com a forte temática política do *Gay and Sexual Liberation* –, foi criada, sobretudo, com a visita desse último ao Brasil, quando estava à procura de intelectuais para a edição de uma antologia de contos eróticos sul-americanos, em 1977.

Foram publicadas no *Lampião* 32 traduções de artigos veiculados pelo *Gay Sunshine*, que, assim, introduziu no Brasil a ideia de que a liberdade política passa, sobretudo, pela consciência individual e pelo orgulho de pertencer a categorias sociais únicas. Essas ideias pressionavam a ordem societária heterossexista e procuravam fundar uma crítica radical aos costumes. Enquadramentos interpretativos que se difundiram por uma rede de intelectuais e passaram a aparecer na produção de escritores, artistas plásticos, dramaturgos, cineastas, poetas e músicos, gerando o que se pode chamar, com certa cautela, de “sociedade civil artística”. Dessa maneira, nomes como Roberto Piva, Glauco Mattoso, Cassandra Rios e João Silvério Trevisan integraram uma geração de “malditos”, ao escrever sobre sexualidade,

violência, o mundo noturno das cidades grandes e a “imoralidade” que acompanhavam a vida dos alijados da sociedade.

Falar livremente da sexualidade, de seus corpos e desejos, era mais do que simplesmente um recurso estético a ser mobilizado no campo artístico, portanto. O recurso à marginalidade, ao lixo, ao imundo e ao subversivo funcionou como uma estratégia de diferenciação e de distinção no mercado de artes. A vivência posterior desses escritores no seio dos movimentos “libertários” promoveu um discurso de retomada do próprio corpo e uma virada estratégica do próprio estigma (Goffman, 1992). Dessa forma, a arte se tornou uma arma política amplamente utilizada no período contra os processos de estigmatização.

A ideia de “preferência sexual”, por exemplo, conjugada com a ideia de “opção sexual”, despontava não como uma espécie de fraqueza ou falta de “acurácia” conceitual, mas sim como um crivo simbólico pelo qual o estigma sexual poderia ser refeito e manipulado em favor dos estigmatizados. A liberdade individual, longe de ser um objeto para consumo intelectual apenas, manifestou-se como contraponto às retóricas das esquerdas e das direitas, legando ao futuro movimento LGBTT, que se formaria anos depois, a perspectiva de que, mais do que preto e branco, existe um gradiente de outras cores.

A análise do discurso dos ativistas, principalmente do jornal alternativo *Lampião da Esquina* e dos boletins emitidos pelo grupo SOMOS/SP, permitiu identificar um conjunto de recursos discursivos por intermédio do qual o movimento buscou construir sua base de apoio. Esses enquadramentos interpretativos serviram como interpretações modulares que deram suporte a eventos, orientaram a construção das identidades políticas dos ativistas do movimento homossexual e traçaram um mapa das alianças possíveis e dos inimigos durante o jogo movimentalista nos anos 1980.

3. A CRIAÇÃO DA RETÓRICA DA LIBERTAÇÃO

O enquadramento interpretativo da “Libertação Sexual” no Brasil responde às necessidades de saída da clandestinidade. O “assumir-se”, isto é, a saída para o mundo público e o estabelecimento de uma ideia de libertação das minorias, ganhava um significado político integralmente novo e provocava os limites morais da sociedade. O mundo de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais passava a ser apresentado como o mesmo do

mundo dos heterossexuais, não uma contraparte tenebrosa e de segunda categoria. Basta olhar no excerto abaixo a presença da ideia de que o assumir, longe de ser uma mera escolha individual, corresponde a uma manifestação política em um nível mais profundo.

O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dada aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que se desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz (Conselho Editorial, *Lampião de Esquina*, n.0, p.1, Abril de 1978).

Segundo esses ativistas, a demanda pela felicidade era mais, portanto, do que uma forma de conhecer e descrever o mundo, pois a construção de uma narrativa da opressão familiar, de confusão, de dúvida e de uma contínua descoberta de práticas sexuais e de suas ligações com um “Eu” mais profundo estava além das determinações da estrutura de classes ou das divisões do poder no regime autoritário. O *Lampião*, aliás, talvez tenha sido o primeiro periódico a usar com frequência o termo *gay* (ou “guei”, devido à demanda interna do Conselho pelo “abrasileiramento” do termo), justamente para fazer a contraparte ao caráter sisudo, “correto” e “normal” da heterossexualidade machista.

Figura 2

Fonte: *Lampião de Esquina*, Março de 1979, p.9.

Nessa matéria da coluna Repórter, assinada por Eduardo Dantas, colaborador do jornal e ativista do grupo SOMOS/SP, pode-se ler na introdução da matéria:

O pessoal da Universidade de São Paulo foi quem quis: organizaram uma semana de minorias e tiveram que suportar, em seu auditório, uma multidão de negros, mulheres e homossexuais a apregoar que a felicidade também deve ser ampla e irrestrita (os índios, infelizmente ausentes, foram representados pelos seus procuradores habituais - os antropólogos da boa escola). LAMPIÃO esteve lá todos os dias, conferiu e atesta as "minorias" não estão mais a fim de continuar sendo o último vagão desse enorme comboio denominado "luta maior".

No trecho transcrito, nota-se o uso especial da palavra felicidade e o tratamento oferecido à questão da participação das minorias na construção de uma cidadania que envolve muito mais do que as questões defendidas comumente pela esquerda "tradicionalista". A "felicidade" individual aparece, aqui, como um pacote simbólico, que mais do que simplesmente definir uma identidade, identifica um liame comum numa série de atores na mesma situação (Gamson, 1992). Ocorre o que Snow e Benford (1996) chamam de *frame alignment*, ou seja, diferentes identidades coletivas podem ser ancoradas ou escoradas sobre o mesmo pacote interpretativo que, mesmo que dilua parcialmente a força de cada uma dessas identidades, permitem ou ao menos facilitam os custos de transação para o estabelecimento de coalizões transversais entre movimentos sociais.

No trecho acima, o poder estaria presente em todas as formas de interação entre as pessoas, e não mais efeito das distinções de classe na esfera produtiva. Ou seja, o foco das lutas sociais não poderia se restringir à esfera do trabalho e das condições de vida. Era preciso o esforço de categorizar e combater a dominação presente no âmbito da vida cultural, e, portanto, na esfera da reprodução social e do consumo. Nessa mesma matéria, sobre o encontro promovido, podem-se ler, ainda, as palavras de ativistas homossexuais acerca das relações entre as minorias e o proletariado:

Não adianta querer envolver a nossa problemática em termos de política. Trata-se de um problema específico, que atinge a um determinado número de pessoas de características diferenciadas. Eu, particularmente, acho que é muito mais válido mostrar para aquele pessoal pintoso, as bonecas da zona boêmia, a sua condição de homossexual, a opressão que os atinge diretamente, do que chegar até eles com papos culturais e politizados sobre os movimentos de emancipação do proletariado. É lógico que muitos homossexuais já têm uma posição política definida, e já devem estar engajados nessa luta mais ampla. Mas acredito que, nesse momento, a ação política mais consequente é mostrar à imensa maioria dos homossexuais o estado de alienação em que eles estão, e mostrar isso como um igual (Trevisan, *Lampião de Esquina*, n.18, p.9, Março de 1979).

Assim, no excerto acima, é possível notar a ideia, presente em outros movimentos das minorias, de que a linguagem política defendida pelo proletariado não conseguiria expressar

as condições e reclamos sofridos pelas minorias, suas especificidades e acepções próprias, em suma, sua *identidade coletiva e política*.

Tratava-se de uma forma de contestação que tinha no corpo seu principal objeto de disputa. O autoritarismo seria a personificação de toda forma de trava que priva o indivíduo do gozo pleno de seu corpo. Pode-se enxergar, aí, o começo de um confronto mais direto com as questões ligadas à sexualidade. Os papéis sexuais não deveriam ser divididos conforme as necessidades da procriação ou da manutenção da família nuclear. A pílula anticoncepcional trouxe consigo a possibilidade de fruição plena das práticas sexuais, sem qualquer preocupação com a estabilidade das instituições matrimoniais e familiares. Uma progressiva liberalização ao nível político vinha, portanto, somar-se a uma progressiva e contínua liberalização das condutas morais vigentes no país a partir de meados da década de 1970. A contracultura brasileira incentivava um clima cultural coletivo de *hedonismo individual e político*. Havia nesses movimentos uma aura de *descompromisso*.

Esse descompromisso era visto por parte da esquerda trabalhista brasileira justamente como desinteresse e despreocupação com os rumos da justiça social no Brasil e com a mudança política mais geral. Havia um moralismo e uma ortodoxia no tocante às questões morais por parte da classe operária, o que dificultava a maneira como as coalizões políticas entre o movimento dos trabalhadores se aliavam aos “alternativos”. O uso de drogas, como maconha, LSD e outras, era visto como sinal de degenerescência e decadência moral por parte da “juventude transviada”. A bissexualidade e a homossexualidade eram, ainda, mais estigmatizadas em função da ideia de que estas práticas eram, no mínimo, alienantes e não condizentes com o foco central que o movimento trabalhista deveria necessariamente perseguir.

A questão sobre a relação entre individualidade e política fica presente no que o assumir-se significa; antes de uma declaração pública sobre as preferências da sexualidade, significa, sobretudo, uma declaração sobre a liberdade individual, tal como na afirmação de Ney Matogrosso em resposta às perguntas dos entrevistadores do *Lampião*:

Talvez sim. Porque estou mostrando que um indivíduo pode ser livre, que o espírito dele é livre, que apesar de todas as pressões o indivíduo tem o direito de existir como ele queira, desde que não interfira na vida do próximo. Quer dizer, eu quero ter todo o direito de existir; agora, quando percebo que estou no terreno de outra pessoa, sou incapaz de ficar impingindo coisas. Isso eu não faço (Ney Matogrosso, Entrevista concedida ao Conselho Editorial, *Lampião* Edição Extra, Abril de 1978).

A Igreja Católica aparece como um dos focos de produção dessa desigualdade de acesso à vida pública. A moral judaico-cristã era um dos principais pilares pelos quais a segregação do homossexual era fundamentada. O *Lampião* num de seus números apresenta um dossiê da relação entre a cultura judaico-cristã e a homossexualidade. A edição é recheada de confissões e experiências *pessoais*, recurso editorial frequente nos primórdios do movimento, como uma tentativa de demonstrar o caráter individual de superação dos cânones católicos. Assim, podemos ler libelos anticlericais, tais como:

Claro, muitas lésbicas e bichas não se espantarão com isso. Afinal, a religião não foi sempre um dos principais fatores de opressão de que são vítimas há séculos os homossexuais no Ocidente judaico-cristão? No máximo, essa Igreja que antes mandava os homossexuais para o fogo do inferno (passando pelo da fogueira), ter-se-ia "civilizado" um pouco: ontem, abandonava os homossexuais "irrecuperáveis" ao "braço secular" dos torturadores e carrascos. Hoje, ela se contenta em colocar nas mãos de psiquiatras ("desde que eles não eduquem nossos filhos, não se reúnam em nossas salas e não se pretendam normais") (Ney Matogrosso, Entrevista concedida ao Conselho Editorial, *Lampião*, Edição Extra, Abril de 1978)

O catolicismo enquanto religião oficial forçaria os homossexuais ao autoexílio, cujos primeiros grupos responderam com a afirmação da necessidade de saída para o mundo público, assumindo uma identidade sexual apresentada como condizente a todas as outras identidades aceitáveis. O homossexual seria igualmente trabalhador ou até cristão. Isto, pois

[...] não é verdade que estamos incapacitados para nos rebelar. Ao contrário, a ancestral acumulação de opressões gerou em nós um potencial contestatório de alcance ainda não previsto. Primeiro, já descobrimos que não merecemos ser escondidos, porque nada temos de feio²⁵ (Menard, Guy. *Lampião da Esquina*, n.26, p.4. Julho de 1980).

Os enquadramentos interpretativos forjados no universo da arte dicotomizam a sexualidade em torno dos pares feio/belo; imoral/moral, homossexual/heterossexual. O belo amor dos gregos é constante e repetidamente lembrado como posituação da paixão homoerótica. Há uma disputa entre diferentes concepções de ordenamento social que incorpora conflitos em torno que é certo, belo e desejável. O reconhecimento da beleza individual de cada um, com suas histórias, rancores, desamores, levado ao extremo da estetização, foi fundamental nos momentos iniciais dos grupos do período. Assim, podemos ver na carta de principio do SOMOS/SP: "Descobrimos que temos dificuldade em falar de nós mesmos, enquanto indivíduos. As pessoas em geral, alimentam uma ideia mistificada de coletividade, comunidade, conjunto: e esquecem que cada um Forma a base do todo"²⁶.

²⁵ Boletim do Somos/SP, Julho de 1980.

²⁶ Boletim do Somos/SP, Julho de 1980.

Ora, mais do que apontar o caráter autoritário da coalizão Igreja-Burguesia-Estado, o movimento gay e lésbico procurou reconstruir a trilha que ia da dominação objetiva para a dominação subjetiva e internalizada. Não se tratava de negar a existência dessas instâncias objetivas de poder, mas sim de recusar a hipótese de que houvesse um controle absoluto. Dentro de si, é possível reafirmar-se e se reconhecer. Talvez seja o primeiro passo na construção de uma política de si.

Era uma coisa fantástica: apesar de nossas palavras em contrário, descobrimos a repressão e o autoritarismo internalizados dentro de nós: por isso é mais fácil transar a revolução fora de nós do que dentro de cada um. Entre outras coisas, precisamos aprender a falar. Sobre nós mesmos, sobre nossa sexualidade, sobre nosso direito amplo e irrestrito à felicidade²⁷.

É uma retórica da diferença que ressalta o que há de belo e distintivo na homossexualidade. Daí o foco no carnaval e na estética de uma identidade colorida, diferente do cinza da sociedade circundante. Quando interrogados sobre a aceitação de heterossexuais no grupo, membros do SOMOS/SP responderam reafirmando a *necessidade* de distinção:

A importância de só ter homossexuais no grupo está ligada à necessidade de criação de uma consciência homossexual, de uma identidade nossa. Se houver heterossexuais no grupo, a tendência seria reproduzir os padrões deles, e não procurar os nossos, até achar esta identidade que a gente está procurando (Entrevista do grupo SOMOS/SP ao *Lampião de Esquina*, Setembro de 1979).

O movimento articula-se em torno da manutenção de limites claros e evidentes entre os grupos sexuais e políticos. Ser diferente seria necessário para manter a identidade coletiva do grupo e assegurar a continuidade da luta política. Posição que não era, contudo, a única. Não coincidia com a do grupo Libertos²⁸, em cuja carta de princípios a igualdade é ressaltada. A mobilização giraria em torno da construção de uma identidade cidadã comum aos que presumiam que o grande inimigo seria a noção de “anormalidade” imposta pelas instâncias psiquiátricas e pelo Estado, e menos contra a repressão familiar. Podemos ler na sua carta:

Não somos, como muitos querem fazer crer, "doentes" ou "anormais". Se entre nós há pessoas problemáticas, isso é principalmente pela carga de repressão que sofremos desde crianças. Os que conseguem sobreviver à repressão sem maiores agravos, tornam-se, em paz com sua opção sexual, pessoas como quaisquer outras²⁹.

²⁷ Boletim do SOMOS/SP, Junho de 1980.

²⁸ O Grupo Libertos/Guarulhos foi formado por estudantes universitários e operários descontentes com o tratamento da homossexualidade nos meios trabalhistas. O grupo foi criado em 1980 e tinha como principal carta de princípios a formação de uma plataforma conjunta de atuação entre operariado e homossexuais, ainda que se afastasse definitivamente de rótulos socialistas. O grupo participa ativamente da organização do 1º EBHO e posteriormente desenvolve forte aliança com o Triângulo Rosa, mormente durante as mobilizações em torno da retirada da homossexualidade como doenças psiquiátricas do Código de Psiquiatria Nacional.

²⁹ Carta de Princípios do grupo Libertos. Acervo do Libertos, Arquivo Edgard Leuenroth.

Contudo, tal postura do Libertos era exceção. O *Lampião* era o principal órgão jornalístico de divulgação do movimento. Entretanto, a gramática da igualdade iria alcançar notoriedade com o passar dos anos, graças à atuação de grupos como o GGB e do Triângulo Rosa. No contexto da liberalização brasileira, a igualdade entre homossexuais e heterossexuais ainda era interpretada segundo o símbolo da “opção sexual”, que remetia à ideia de livre e plena escolha, tal como é expressa no seguinte excerto, por exemplo:

Existe no momento um lugar para essa opção homossexual dentro de um regime de esquerda, de uma sociedade socialista? A possibilidade da esquerda reconhecer essa opção, de entendê-la como legítima no contexto de uma sociedade socialista, já que uma sociedade socialista implica a realização de todas as possibilidades, de todas as potencialidades, de todas as aspirações do ser humano (Fernanda Gabeira, Entrevista ao Conselho Editorial, *Lampião da Esquina*, n.24, p.4-7, Novembro de 1979)

A ideia enunciada por Aguinaldo Silva, editor do *Lampião* de então, dizia respeito ao modo como a homossexualidade era encarada, como questão de escolha individual, de potencialidades inerentes ao âmbito do indivíduo, passando longe das arquiteturas institucionais, tanto da esquerda quanto da direita. Os conflitos entre as duas posturas caracterizariam o período subsequente do movimento que, progressivamente, passou a se burocratizar, saindo do campo da arte e do jornalismo alternativo para áreas, digamos, “semi-institucionais”, no intuito de barrar o avanço de grupos de discriminação contra homossexuais durante a década de 1980. Destarte, ao mesmo tempo em que uma retórica ancorada na ideia de direitos humanos acabou por produzir enquadramentos interpretativos mais igualitaristas, tem-se também a produção de identidades coletivas e políticas construídas sobre a égide da ideia de “orientação sexual”, termo que, no período anterior, desempenha pouca relevância.

Esses enquadramentos foram responsáveis pela formação de um repertório de ação coletiva voltado para a radicalização as identidades homossexuais nos poucos espaços públicos disponíveis; chegando mesmo a situações de confronto com as operações policiais de controle do espaço urbano. O deboche e a carnavalização das identidades podem ser atribuídas à necessidade dupla de chocar e reforçar a positividade inerente às identidades sexuais, como choques estético-festivos exibidos nas mais diversos espaços. O próximo capítulo trata, exatamente, de dar conta desses protestos que, mesmo tímidos, foram responsáveis pela consolidação dos primeiros grupos homossexuais no Brasil.

CAPÍTULO 5. O REPERTÓRIO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

O movimento homossexual pode ser caracterizado como o conjunto de eventos e organizações de contestação da ordem política e social de alijamento e estigmatização das identidades e práticas homossexuais. Estigmatização que operava por meio de processos de segregação social que, remetendo os homossexuais ao crime, à perversidade e ao imoral, relegava-os a espaços urbanos marginalizados. Porém, não é verdade que o “gueto” fosse tão somente um espaço produzido sem o consentimento dos estigmatizados. Bares, becos, danceterias, estabelecimentos comerciais que exibiam um roteiro de atividades culturais e sexuais conjugavam um sem número de experiências e identidades sociais (MacRae, 1990).

Entretanto, conforme o capítulo anterior, o “gueto” também poderia significar algo mais diante da reversão de certas feições repressivas da estrutura de oportunidades políticas. O clima contracultural era também sinal de que a crítica empreendida pelas minorias tinha seu espaço dentro da pretensão por transformações maiores que se condensavam na ideia de “Luta Maior”. Contudo, como levar à frente essas novas formas de encarar o político e o cultural? Como difundir ou exercer pressão sobre instituições e agentes sociais que fomentam ou que, pelo menos, são coniventes com a estigmatização homossexual? Como influenciar a ordem societária que privilegiava a heterossexualidade “machista”?

O objetivo deste capítulo é trazer à baila mais um passo na explicação desse contexto de surgimento do movimento homossexual. Aqui o intuito é compreender de que modo a pressão por uma política da liberdade de expressão, de “saída do gueto”, impactaram na constituição dos *repertórios de ação coletiva* do movimento homossexual. Trata-se de desvendar os efeitos políticos dos enquadramentos interpretativos de “Liberação Sexual” e de compreendê-los, articulando *enquadramentos interpretativos, eventos e ações* desenvolvidas pelo movimento homossexual. Aqui, cabe uma explicação. Por eventos ou ações confrontacionais, entende-se, em sintonia com Charles Tilly (2008), qualquer *performance* de confronto e desafio de atores coletivos contra autoridades políticas, culturais ou sociais. Desse modo, quebrar ou sujar uma estátua de uma celebridade em praça pública, realizar passeatas, recolher assinaturas por uma petição, quebrar lojas, fazer greves, compõem um

leque de ações de confronto (Tilly, 2008). Também, desse modo, escrever e publicar romances homoeróticos, assumir o candomblé como festividade comunitária, montar e dirigir peças de teatro sobre a situação da exploração feminina e outros exemplos de performances simbólicas contam como eventos confrontacionais, na medida em que adquirem aspecto de desafio à ordem cultural e política. Justamente porque os interesses das autoridades não podem ser estreitamente definidos em termos da posse de bens tangíveis, a manutenção do poder e da autoridade também advém do controle contínuo dos códigos morais e sociais (McAdam *et al*, 2001; Tarrow, 1998; Tilly, 1995).

Aqui, também se trata da compreensão relacional do fenômeno do ativismo homossexual no Brasil; por isso, o estudo se beneficia da noção de que as *performances políticas* compreendem também um caráter *ritual* e, portanto, simbólico (Tilly, 2008. Rituais celebram o ordenamento social e, portanto, reiteram o lugar ocupado pelas autoridades políticas e culturais na manutenção dessa mesma ordem.

A partir desse conjunto de premissas e orientações teóricas elencaremos atos de protesto público como parte de um repertório de ação coletiva. Assim, demonstrações de repúdio contra a Operação Limpeza, empreendida pelo Delegado Righeti, e a participação no 1º de Maio em 1980 são contados como eventos de mobilização, tanto quanto a difusão e disseminação de romances homoeróticos nas páginas do *Lampião de Esquina* ou a participação em atos e debates em universidades públicas.

Uma primeira seção procura retratar o efeito dos contextos de violência sofridos pelos homossexuais no período do regime militar. Não havia, nesse momento, contramovimentos ou grupos organizados de promoção de políticas públicas contra homossexuais. Entretanto, o contexto de desagregação do regime militar também levou a uma renovação da violência moralista empreendida contra os “marginais” da sociedade. O objetivo é analisar o modo como a violência contra os homossexuais resultou na pressão por criar repertórios de ação mais ajustados a essa situação. Como material de pesquisa, empreendo a análise do discurso das matérias veiculadas no *Lampião de Esquina*, retratando a violência empreendida contra os homossexuais durante o fim da década de 1970. Em seguida, na segunda seção, empreendo uma análise das articulações do movimento homossexual em torno da construção de uma agenda organizada de expansão dos grupos e de construção política da “saída do gueto”. Essa parte argumenta no sentido de que, nessa fase de organização do movimento homossexual, os ativistas procuraram criar estratégias de consolidação *nacional*. O movimento homossexual

procurou agir especialmente no âmbito da “desestigmatização” da imagem do homossexual através da consolidação organizacional e da disseminação de performances artísticas. As estratégias giravam em torno da consolidação de uma distinta identidade coletiva homossexual. Sair do gueto era, sobretudo, uma mudança de *atitude* em relação ao mundo exterior e uma *atitude política e coletivamente orientada*. Esta estratégia se desenvolvia, portanto, no cultivo das *particularidades* das identidades. Por fim, a última seção procura dar conta do processo de fragmentação e das disputas do movimento em torno das ameaças de “manobrismo” político. A construção de uma agenda política de protestos foi bastante afetada pelas dificuldades de criação de uma estrutura própria de organização. Centralização ou descentralização das atividades? O apelo à redemocratização ou a consolidação de uma identidade política genuinamente homossexual com agendas e estratégias próprias? Problemas que se apresentavam de forma difusa e nem sempre com clareza, e que estiveram no cerne dos conflitos e disputas internas do movimento homossexual nos anos 70. Contra uma abordagem que privilegia o voluntarismo ou determinismo, a seção procura dar conta das incertezas do processo de construção organizacional dos atores em função dos enquadramentos interpretativos da Liberação Sexual e do macroenquadramento da redemocratização. Trata-se de identificar os nós pelos quais os conflitos políticos foram se articulando.

1. A REPRESSÃO ENQUANTO LIMPEZA MORAL: O CASO DO ESQUADRÃO “MATA-BICHAS”

Em finais da década de 1970, ocorre um conjunto de assassinatos de homossexuais, travestis, prostitutas e outros frequentadores das partes “baixas” da cidade. Surge, a partir daí, a ideia da existência de um conjunto de assassinos organizados por uma espécie de “milícia moral” nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Grupos como a “Mão Branca” efetuavam roubos e, não raro, eram responsáveis pelos assassinatos de “subversivos”.

A *Mão Branca* era um grupo que, supostamente, efetuava assaltos a casas de ativistas e personalidades contraculturais. O grupo foi acusado, diversas vezes, de latrocínio e assassinatos. Na matéria de João Carlos Rodriguez, jornalista, veiculada no *Lampião*, em Junho de 1980, o grupo é mencionado no “Caso Marli”. Pode-se ler nas páginas do jornal as “lições políticas” do Caso Marli. Assim, segue a descrição do suposto grupo publicada no jornal: “Todos esses crimes foram atribuídos ao fictício *Mão Branca*. Todos possuem

características comuns – o número de invasores, o saque e depredação da residência das vítimas, e o fuzilamento dessas. Todos igualmente tenderiam a ser arquivados como 'autoria desconhecida', se não fosse Marli Pereira Soares, a irmã da segunda vítima. Sua coragem e personalidade estão sendo decisivas para o desmascaramento de mais uma política mineira, *um esquadrão da morte*”(Lampião da Esquina, nº 4, 1978). Da iniciativa de Marli Pereira Soares, cujo irmão fora assassinado pela *Mão Branca*, grupo formado por policiais militares e civis, depreende-se o papel que as iniciativas de mobilização legal tiveram no andamento do caso; como, por exemplo, o acionamento da OAB, que, no entender do jornalista João Carlos, deu frutos e resultou no combate às atividades desses grupos.

Esse assunto ainda é muito pouco frequentado pela bibliografia sociológica. A caracterização desses grupos, sua provável atuação, alvos, práticas, o relacionamento ideológico com outros grupos de extrema-direita no Brasil, o ficcionalismo em torno da ideia desses grupos e as representações na imprensa são temas ainda pouco explorados pela disciplina. Nesta dissertação, a menção a esses grupos somente responde aos interesses de flagrar os contextos de violência simbólica e física aos quais a comunidade homossexual das grandes e pequenas cidades era exposta. Essa rede de violências, articuladas ou não em grupos, deu ensejo a todo tipo de especulação acerca da existência de uma organização chamada de “Esquadrão Mata-Bichas”. Mais do que a ideia de um grupo de promoção da violência gratuita contra homossexuais em atuação, levanta-se, aqui, a maneira como o movimento homossexual reenquadrou as violências simbólicas e físicas em torno da “caça às bichas”.

Nesta seção, esboça-se o processo de “caça às bichas”, a resposta policial dada à questão dos assassinatos em que policiais eram envolvidos e o papel que tais eventos tiveram na constituição de práticas de “saída do gueto”. A demonstração de força e unidade contra a ordem repressiva foi essencial para a constituição da saída para a vida pública e o questionamento da ordem societária e política.

A consolidação do repertório de ação coletiva segue de perto o caráter relacional da organização das mobilizações. O movimento homossexual se mobilizou não contra o estigma em geral, mas sim contra um conjunto de estereótipos veiculados nos jornais e outros veículos comunicativos, tal como foi esboçado no capítulo anterior. A homossexualidade e outras formas de conduta de vida ou identidades sociais eram inescapavelmente atreladas à imoralidade. A crítica da imoralidade se manifesta de maneiras diversas segundo os agentes

sociais em questão. Há uma interação contínua entre a produção e circulação de quadros de referência estigmatizadores e a incorporação de *projetos de erradicação* desses estigmas morais. Como, então, os ativistas lidaram com a encarnação violenta da estigmatização?

Nas páginas do *Lampião*, o *Esquadrão* é mencionado por Aguinaldo Silva como uma forma de violência política a ser igualmente combatida pelos homossexuais:

Os frequentes casos de linchamento ocorridos nos últimos meses em várias cidades brasileiras me deixam particularmente inquieto; basta ler o noticiário a respeito para perceber que na raiz de cada um deles esteve, sempre, a questão da diferença: alguma coisa nos linchados os tornava à parte aos olhos da multidão, e era esta exceção detectada no comportamento que dava razão aos linchamentos (*Lampião de Esquina*, nº 20, Janeiro de 1980).

Pode-se ler nas páginas do *Lampião* a crítica da barbárie cotidiana contra a homossexualidade. Na edição de número 6, de novembro de 1968, e na edição número 13, de julho de 1979, o tema dominante das matérias de capa são os assassinatos de homossexuais, perpetrados, supostamente, em nome da moralidade. O que é recorrente nas matérias e artigos do *Lampião* é o tom *investigativo* das matérias. O discurso desses atores envolve a tentativa de promover uma interpretação dos fatos como gesto de *cobrança* de punição, bem como de resignificação dos fatos. Ativistas e jornalistas se interrogam: “Quem matou?”, “Qual a razão?”, “Quais as circunstâncias?” e “Que fazer?”. Nas páginas do *Lampião* lê-se um esforço contra a “criminalização” do homossexual. Criminalização, essa, perpetrada e reproduzida pelas instituições policiais. Nesse artigo publicado no jornal, o tema da relação entre imprensa e a criminalização da homossexualidade aparece de maneira flagrante:

Numa recente série de reportagens em torno de crimes praticados por homossexuais, o jornal paulista *Notícias Populares* dá a entender que a polícia estaria sendo negligente quanto à perseguição dos criminosos. Isto é, ao denunciar o que seria uma omissão das autoridades, o jornal pretende cobrar uma atitude (ou, no mínimo, uma posição), senão das próprias autoridades, do povo em geral. Como quem diz: já que a polícia não toma nenhuma providência... Este pretensão papel fiscalizador é apenas um dos aspectos, talvez mais grave, que configuram uma verdadeira “campanha anti-homossexual, por parte da imprensa marrom. Mesmo que tal “campanha” não seja uma cruzada moralista consciente e não passe de uma fábrica de manchetes vendáveis, ela é real na medida que produz seus reflexos sobre determinada faixa da opinião pública. Temos aqui dois tipos de acusação não generalizada, que reveste o próprio termo “homossexual” em toda notícia veiculada por essa imprensa: como se estivesse a ideia de “culpado” ou, pelo menos, suspeito. E outra, específica reclamando da ação das autoridades, que não estaria sendo suficientemente repressiva (Mattoso, Glauco. *Lampião de Esquina*, nº 6, Novembro de 1978, p.7).

O artigo, assinado por Glauco Mattoso, é categórico ao afirmar a responsabilidade da tal “imprensa marrom” nos crimes perpetrados contra homossexuais. Na visão do ativista, a implícita associação entre criminalidade e homossexualidade pela ação sensacionalista desses veículos da imprensa tem sua cota de responsabilidade. Reclama-se da culpabilização do

homossexual, mas principalmente do estatuto de “suspeito” do homossexual; nesse dois casos, elencados na crítica de Mattoso, é como se o jornal comunicasse à sua audiência que não importa a natureza do *ato infracional*, mas sim a natureza dos *perpetradores* e da *vítima*. Mattoso observa como, para esses veículos de imprensa, o ato criminoso é um *ato de desordem* que afeta o corpo social como um todo – e não um ato que afeta os direitos das vítimas.

Esse tema já foi tratado no capítulo anterior, contudo, esse trecho do artigo de Mattoso serve para ilustrar a indignação contra a opressão sofrida pelos homossexuais e para a necessidade de promoção da desestigmatização ou contra-estigmatização, através da *ação direta contra os veículos de comunicação* que reproduziam a imagem do “homossexual criminoso”. Pode-se dizer que, para Glauco Mattoso, há uma espetacularização da cena criminal e do envolvimento do homossexual. No entender desses ativistas, o movimento homossexual e a comunidade homossexual deveriam assumir uma conduta de *contra-simbolização*, para atuar contra a disseminação de ideias e estereótipos que, mais do que afetar a vida emocional dos homossexuais, justificariam e motivariam atos de violência. Em suma, o repertório de ação coletiva do movimento deveria ter um caráter esclarecedor.

Mattoso avança em pontos que merecem ser comentados em detalhe. A reportagem de Mattoso atenta para a inutilidade da polícia na resolução dos casos, mas, sobretudo, para o vício existente no cerne da instituição policial que também compartilha o caráter estigmatizador dos homossexuais. Na ocasião da publicação dessa matéria, o *Lampião*, assumindo um caráter investigativo, procurou inquirir dois famosos jornalistas policiais da época: Percival de Souza e Ari Moraes. O intuito dos membros do *Lampião* era obter esclarecimentos sobre o caráter enviesado da imagem dos homossexuais em notícias veiculadas na grande imprensa, tanto quanto na imprensa marrom. As entrevistas dos dois não foram veiculadas na íntegra e trazem em si um tom especulativo acerca do caráter discriminatório dos policiais. O repertório de ação coletiva era usado para cobrar as autoridades, mas também para compreender e “conscientizar” a comunidade homossexual sobre os abusos perpetrados em nome da moral³⁰. De fato, os primeiros passos na consolidação de uma estrutura de informação dos crimes contra as identidades homossexuais

³⁰ Comunidade homossexual é um termo amplo, mas que, neste trabalho, se qualifica como sendo quase sinônimo de gueto homossexual. A diferenciação se dá pelo fato de que gueto diz respeito ao conjunto de estabelecimentos de comércio e serviços que oferecem um mercado segmentado especificamente para homossexuais. Comunidade homossexual enfatiza os frequentadores assíduos destes estabelecimentos e suas relações interpessoais.

estavam dados aí. No trecho abaixo, mais do que a veracidade ou validade das interpretações, importa a atitude de cobrança implícita nas falas e na relação de *desculpabilização da polícia e culpabilização das vítimas*.

E as violências policiais? Seriam elas puramente arbitrárias, acidentais? Percival acredita que sim e que as ações são indiscriminadas, isto é, não existe nenhuma ação organizada especificamente contra os homossexuais: o que existe é o clima de chacota e o preconceito generalizado. Em última análise, as autoridades não seriam coniventes, mesmo no caso de crimes praticados contra homossexuais. Ocorre que também esses podem ser arquivados como insolúveis, o que geralmente acontece. Como o caso do caçador de homossexuais que, há mais ou menos sete anos fez no mínimo quatro vítimas na área da Praça da República, onde circulava com uma Mercedes. Ambos os repórteres foram ouvidos. Ainda a propósito do caso de Delmiro Gonçalves, idade superior aos 40, redator de arte do jornal O Estado de S. Paulo (colaborava no Suplemento Literário e no, Suplemento Feminino 1), ex-ator amador, encontrado morto quatro anos atrás, no seu apartamento na Rua Maria Paula, no centro da cidade onde morava só. Delmiro, cuja compleição pouco robusta, recebeu golpes na cabeça, estava amordaçado e foi asfixiado. Ou fora estrangulado. Teria havido roubo, mas nada de vulto. O assassino teria levado algum dinheiro, e algumas roupas rasgadas que deixara no local. Quadros de valor e outros objetos de arte, não foram tocados. Em suma, um ‘pé de chinelo’ encontrado na rua e levado pra casa. De concreto apenas um fato: Delmiro era homossexual [...]. Consta ainda que ele não admitia sua homossexualidade no círculo profissional. Levando aquela vida dissimulada de que fala Ari Moraes em sua matéria. Além disso - ou em consequência disso, bebia muito, embebedava-se após o expediente de trabalho e, na rua, apanhava quem encontrasse. A lista de suspeito, portanto, seria interminável (*Lampião de Esquina*, nº 6, Novembro de 1978, p.8).

No trecho acima as notícias são narradas pelo *Lampião* conforme um foco nos *indivíduos*. O jornal usa a matéria para enfatizar a estranheza e a criminalização da trajetória de Delmiro, sua vida profissional, seu estilo de vida boêmio, dado a extravagâncias e exageros. Um *modus vivendi* que, no seu entender, deveria reclamar seu direito à política.

Talvez fosse cabível dizer que havia uma espécie de *pedagogia política* impressa nessas iniciativas de mobilização. Iniciativas como a criação de grupos, publicação de romances e livros sobre a temática homossexual, reuniões para a discussão da questão subjetiva da homossexualidade e outras que tinham, justamente, esse papel de ensinar a assumir-se enquanto homossexual. O mote era “é legal ser gay ou lésbica”. Tratava-se, portanto de construir estruturas de organização de saída do gueto. A violência simbólica exercida em nome de uma limpeza moral só poderia ser combatida no centro mesmo da demonstração pública das vocalizações em torno do ser homossexual (MacRae, 1990).

Entretanto, antes de aprofundar esse ponto, convém salientar o impacto que o aumento da violência contras as minorias políticas teve na formação das estratégias dos ativistas do período. A violência, a impunidade e o conjunto de incertezas que cercavam diversos casos de assassinatos de homossexuais eram constantes nas manchetes dos jornais. Grande parte dos

ativistas, muito deles inseridos nos meios jornalísticos, propunham uma mudança no tratamento da “questão homossexual” por parte de setores da imprensa. Isto porque, segundo João Silvério Trevisan, as imagens e o caráter tendenciosamente sensacionalista das matérias jornalísticas, visando vendas, não davam uma apreciação objetiva dos fatos e não primavam pelo compromisso com valores éticos. Tudo isso acabava por influir negativamente na comunidade homossexual. A imprensa era disseminadora do *medo* e do *pavor* entre a comunidade do gueto.

Ao comentar um assassinato, no interior de São Paulo, de um jovem supostamente homossexual fica expressa a indignação de João Silvério Trevisan para com as instituições policiais, a investigação do caso e a cobertura jornalística que colaborava com a perpetuação das representações do “Esquadrão Mata-Bichas”.

Disso tudo sobra sem dúvida um precedente perigoso: estava criada a ideia de um Esquadrão para matar bichas. A invenção maquiavélica repercutiu imediatamente na vida dos homossexuais da região; a fantasia brotada no inconsciente coletivo machista tornava-se de algum modo realidade. Os “pacatos” cidadãos interioranos gostaram da história e passaram a mandar cartas anônimas aos veados locais - a gozação passava automaticamente para a ameaça. Criou-se um clima de terror. Sabe-se de bichas que abandonaram suas cidades. Das três mortes, parece que nada mais se inferiu. O assunto morreu aí. Alguns jornais venderam mais nesse período. Quanto ao infeliz Antônio sofreu manipulações mesmo depois de morto: primeiro, vestiram-no de tanga e pintaram-no com batom azul; depois, mediante o poder local, recuperaram-no para o panteão da boa família brasileira. Como dizia um jornal, a notícia não passara de uma piada de mau gosto. Todos lavaram as mãos na mesma bacia (Trevisan, *Lampião de Esquina*, nº 6, Novembro de 1978, p. 9).

O autor do texto é assertivo quanto à instalação de um clima de *terror*. Mais do que isso, Trevisan insinua a conivência dos veículos de imprensa com esse terror que se exerce através do simbólico, mas que se torna real em suas consequências. Há uma articulação entre a produção simbólica do homossexual e a cultura moral local responsável pelo encerramento do homossexual em um mundo totalmente privado. Para Trevisan, o homossexual é levado ao gueto pelo medo, e pelo medo deixa de frequentar o gueto homossexual. A família, enquanto instituição, a imprensa sensacionalista e a polícia formavam um trio de tortura física e psicológica contra homossexuais. Juntas, essas instâncias sociais repunham e reforçavam o machismo.

Em suma, o discurso da criminalização e a espetacularização sensacionalista, promovida pela imprensa “marrom”, sobrepunha-se para ampliar, através da celebração da moralidade e da ordem, o terror dos homossexuais e, assim, mantê-los afastados de qualquer atuação política pública. Esse medo não era produzido somente por chacotas e piadas sobre a homossexualidade; assassinatos e outros crimes contra homossexuais colaboravam para a

manutenção da homossexualidade em seus contextos de convívios privados. Se existia ou não um chamado “Esquadrão Mata Bicha” não está em questão nesta dissertação. O que parece certo é o papel que os assassinatos motivados pelo ódio a homossexuais, construídos como esforço de grupos organizados ou não, levaram jornalistas e intelectuais ligados ao MHB a refletir sobre formas organizacionais para lidar com a violência simbólica e física sofrida pelos homossexuais, assunto que abordamos nas páginas seguintes.

2. “POVO GAY JÁ PODE FALAR”: A POLÍTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO REPERTÓRIO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL, 1978-1982

Durante os anos que se seguiram às primeiras sinalizações de abertura das oportunidades políticas, o clima de instabilidade política e cultural dava à tônica nos noticiários, jornais e nas conversas cotidianas sobre política. Temas eram elencados como prova da desagregação dos valores da moral e dos bons costumes e os movimentos sociais constantemente associados ao jargão popular de que protesto é coisa de “bicha, puta e maconheiro”. Essas marcas eram a razão da violência e sua imputação em si já trazia o universo de “diferenças” legitimamente violentáveis. Em texto de 1980, Aguinaldo Silva chama a atenção para a articulação política dessa violência e do caráter inerentemente político da resposta necessária.

Situações de extrema violência como os tais linchamentos costumam acontecer em períodos de crise como este que atravessamos agora; a multidão, perplexa e atormentada, toma as rédeas nas mãos momentaneamente e imagina estar ela própria fazendo justiça, quando, na verdade, está apenas sacrificando mais um dos oprimidos que a formam. É possível manipular esta ilusão, levando-a aos extremos da loucura absoluta, como aconteceu na Alemanha hitlerista, quando a diferença ideológica racial, ou de preferência sexual – justificava o genocídio (Silva, *Lampião de Esquina*, nº 20, Janeiro de 1980, p.2).

Existe no texto a percepção de que há uma crise geral, cultural e política, que perigosamente pode descambar para uma generalização da violência como forma de atuação política. E em que se baseia essa legitimação no entender de Aguinaldo Silva ou outros ativistas? A resposta dada por esses ativistas era a incitação à fala. O empoderamento do direito à liberdade de expressão aparece como o mote organizacional. É dessa forma que a organização dos grupos do movimento homossexual se estabelece no período. A demonstração de força e unidade passava, sobretudo, pela criação de estruturas discursivas pelas quais a “anormalidade” do homossexual fosse combatida em “plena luz do dia”. As

identidades coletivas deveriam se apropriar do direito à fala num Brasil em que a censura editorial ainda era uma realidade, e ainda por cima, acompanhada pelos casos de violência e de linchamento. É nesse sentido que se organiza esta seção. O repertório do movimento homossexual encampa todas as estratégias de criação desse direito ao discurso público. A fim de detalhar essa promoção do *direito ao discurso* serão analisadas as matérias veiculadas no *Lampião* sobre o I Encontro Nacional do Povo Guei.

O 1º Encontro Nacional do Povo Guei surgiu da iniciativa promovida pelo grupo SOMOS/SP, Libertos/SP e Eros/SP a fim de expandir e ampliar as bases de suporte dos grupos existentes. Em dezembro de 1979, a iniciativa vingou e atraiu a atenção de diversos coletivos homossexuais que estavam se organizando no Brasil, especialmente nas grandes capitais. Abaixo vemos um quadro com os principais eventos e ações dos grupos homossexuais em atuação entre 1978 e 1983. Embora neste trabalho atividades culturais sejam consideradas eventos confrontacionais, neste pequeno balanço eles não serão contabilizados devido às dificuldades de sistematização das informações³¹.

Quadro 5.1. Eventos Principais do Movimento Homossexual Brasileiro, 1978-1983

1978: Fundação do Grupo Somos/1978 de Afirmação Homossexual
1979: Fundação do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, Baixada Fluminense, RJ
1979, RJ: I Encontro Nacional do Povo Gay, 9 grupos: Somos/RJ, Auê, Somos/SP, Libertos Guarulhos, Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias, Somos/Sorocaba, Grupo Lésbico-Feminista, Beijo Livre Brasília
1980: Fundação do Grupo Gay da Bahia (Salvador) hoje o mais antigo grupo homossexual em funcionamento na América Latina
1980: Primeira passeata com participação de homossexuais em SP
1980: SP: I EBHO, Encontro Brasileiro de Homossexuais, 8 grupos: Somos/SP, Somos/Sorocaba, Libertos, GLF, Eros/SP, Somos/RJ, Auê/RJ, Beijo Livre 12/1980

³¹ As principais dificuldades são o registro sistemático de eventos de grupos sub-representados como o Auê/RJ, Eros/SP. Além disso, a necessidade de organizar a memória do movimento enquanto as mobilizações se davam nunca foi tematizada. Esta atitude só viria anos depois, com o desenvolvimento de outras formas de confrontamento. Uma vez que o jogo de apresentação das identidades políticas era submetido a lógica da repressão, alternativas de mobilização, como o lançamento de livros e performances artísticas, são bastante sub-representado nos arquivos.

1980:Prévia do II EBHO, 15 grupos: Somos/RJ, Auê, Bando de Cá/Niterói, Somos/SP, Outra Coisa/SP, Eros/SP, Convergência Socialista/SP, GALF, Terra Maria, Alegria-Alegria, Grupo de Opção e Liberdade Sexual/Santo André, GGB, Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco (GATHO)

1980: Gilberto Freire, célebre sociólogo pernambucano, é o brasileiro mais ilustre a assumir já ter mantido relações homoeróticas

1980: Morre Pascoal Carlos Magno, teatrólogo e embaixador, fundador do Teatro do Estudante do Brasil, RJ, homossexual assumido e discriminado pelo Itamaraty no tempo da Ditadura

1981: Primeira celebração do dia do orgulho gay no Brasil, iniciativa do Grupo Gay da Bahia Salvador 28-6-1981

1981: Início da campanha contra o Código 302.0 da OMS que rotulava o homossexualismo como desvio e transtorno sexual 16 mil assinaturas

1981: CONAR determina a retirada do ar propaganda homofóbica na TV de Salvador 4/1981, Olinda: I EGHON, Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste, 5 grupos: GATHO, Nós Também/PB, Dialogay, GGB, Adé Dudu/BA

1982: Primeiro folheto de prevenção da AIDS produzido por um grupo gay (GGB)

1982: Aprovadas moções de apoio aos homossexuais pela SBPC, ABA, Anpocs, ABEP

1982, SP: I EPGHO, Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, 4 grupos: Alegria-Alegria, GALF, Outra Coisa, Somos

1983: Primeira ONG gay, o Grupo Gay da Bahia, a ser registrada como sociedade civil depois de batalha jurídica contra o cartório que resistia registrar um grupo homossexual sem autorização da Polícia Federal

Fonte: Acervo Grupo Gay da Bahia, Lampião de Esquina nº 20, Janeiro de 1980 (Adaptado).

A organização do evento foi antecedida por episódios de intensa discussão e de quase esfacelamento das propostas de gestão conjunta das mobilizações. O fantasma da fragmentação e do faccionalismo rondava constantemente as reuniões e estava no cerne da

organização política homossexual daqueles dias (MacRae, 1990). Contudo, outras dificuldades afetaram o processo de construção do EBHO. São notórias as dificuldades de recursos tangíveis e os efeitos que a repressão policial exerceu nos momentos iniciais de negociação e deliberação do congresso. A cobertura do evento nos relata as dificuldades existentes na própria fundação do congresso.

É que duas semanas antes da realização do EBHO quase toda sua comissão organizadora esteve presa durante cinco horas por causa de um incidente no Largo Arouche. Jogaram água de um apartamento no pessoal que estava na calçada e, como bons ativistas, todos passaram a reclamar, indo afinal parar na delegacia. O delegado resolveu enquadrar algumas das bichas por vadiagem, porque não tinham carteira assinada (autônomos), todas justamente da comissão organizadora do encontro. 'Tiramos a Alice Soares da cama as quatro da manhã e ela naturalmente nos livrou da cadeia depois de ser muito maltratada pelo delegado de maus botes.' (Para quem não se lembra, Alice Soares é a advogada do Centro Acadêmico XI de Agosto, hoje considerada a santa da travestis e homossexuais paulistas em geral) (Bittencourt, *Lampião da Esquina*, Janeiro de 1980, p. 2).

O episódio, pouco comentado na matéria, não nos oferece pistas confiáveis para a caracterização do evento, mas aponta que, já nessa época, a organização de um aparato policial de repressão das minorias limitava o acesso desses grupos ao usufruto dos direitos de expressão e de livre associação. Não é fortuito que esse episódio esteja em um dos tantos artigos relacionados aos encontros e congressos homossexuais e diga respeito justamente ao papel que teve a atribuição da “vadiagem” ao homossexual.

O Encontro Nacional do Povo Guei teve seu primeiro dia de encontros em 16 de dezembro de 1979 e contou com a presença dos grupos Eros/SP, Libertos/SP, Somos/SP, Lésbico-Feminista, Somos (Sorocaba), Somos/RJ, Auê/RJ e Grupo de Atuação e Afirmção Gay/RJ, Beijo Livre/DF, realizado no Teatro do Centro Acadêmico de Medicina da USP. Esse primeiro encontro do “povo gay”, tal como os ativistas se denominavam nessa época, foi organizado em torno de 11 pautas principais que dividiram os esforços dos grupos em torno das deliberações sobre a possibilidade de formação de uma frente *nacional* de mobilização contínua (*Lampião de Esquina*, Janeiro de 1980, p.4).

O clima do encontro, tal como é relatado na matéria, foi perpassado diretamente pelas manifestações em torno da inclusão do movimento no interior da “Luta Maior”. Dentre as primeiras pautas deliberadas, por exemplo, estava a moção de apoio ao movimento de greve geral, organizado pelos sindicatos do ABC paulista, que ocorria naquele período. Apesar da moção de apoio ter sido rapidamente aprovada, isto não significou que a discussão sobre o *lugar* do movimento homossexual não fosse objeto de disputa e responsável, ao menos em

parte, pelo estabelecimento de pequenas tensões e conflitos no interior dos debates. A presença do partidarismo político era objeto de debate e de controvérsias.

Um dos mais inteligentes e brilhantes debatedores do tema "Reformulação Partidária e homossexualismo, lançamento de um candidato homossexual nas eleições, dentro das estruturas políticas vigentes. Nossa participação nas esquerdas brasileiras. Como fica o movimento homossexual, acusado de secundário, frente a uma luta maior que seria a mudança da estrutura social? Homossexualismo e anarquismo como negação do poder"; não voltou no dia seguinte por ter sido vencido na tese de que a homossexuais não devia, por enquanto, atender ao canto de sereia dos políticos nem participar, como massa de manobra e bucha de canhão da "luta maior". Esse jovem homossexual que desatou ali para desempenhar um papel muito bem delineado por seu partido político, o PC do B. E sua não participação no restante do encontro criou uma lacuna nos debates. Aliás, o 1º EBHO contou com a presença de representantes gays de vários grupos políticos como o PT, o PC e a Convergência Socialista. Não podemos deixar de cumprimentar esses ativistas políticos que, infiltrados (se é que é essa a palavra) num encontro que se pretendia de caráter puramente homossexual, conseguiram conduzir tantos os debates para aquela que seguramente será em breve a questão crucial dos homossexuais organizada brasileira: somos ou não parte da nação, de seu sistema, ou optamos por repudiar qualquer forma de participação numa sociedade que consideramos injusta e opressora? (Bittencourt, *Lampião de Esquina*, nº 20 Janeiro de 1980, p. 4-5).

Na citação acima, de uma matéria assinada por Francisco Bittencourt, há a questão da relação do movimento homossexual com sua identidade coletiva. O repertório de ação coletiva homossexual oscilava entre a criação de organizações de *expansão das identidades coletiva* e a *restrição destas identidades*. Este cisma será mais bem detalhado em breve, mas convém atentar agora para o quanto o encontro significou a possibilidade de articular politicamente temas e preocupações inerentes às práticas e identidades homossexuais. Problemas de caráter íntimos foram trazidos à tona; criava-se ali uma política da "intimidade"; sugestões de combate ao machismo, à política dos militares e ao distanciamento dos políticos profissionais, se misturavam com as intenções de discutir sobre o papel do movimento em pontos como "A questão da solidão, da velhice, da beleza e da competição", cujo grupo era partidário da tese política de que a "solidão é imposta". O homossexualismo na prisão, os michês, o lesbianismo como revolução, o homossexual "à brasileira", entre outros temas apareciam como uma *publicidade* da homossexualidade e seu papel na história e na sociedade e davam caráter político às intimidades (*Lampião de Esquina*, nº 20 Janeiro de 1980, p. 5).

Propostas de politização da intimidade foram plasmadas num abaixo-assinado, bastante criticado por "manobrismo", para a construção de um secretariado nacional de grupos homossexuais. A proposta foi virulentamente rechaçada por alguns grupos e, no entender de Francisco Bittencourt, constituía um atentado ao caráter particular e libertário de cada grupo. Um secretariado nacional, no entender do autor, seria nada mais do que um

“politburo”. O clima era libertário. O maior proveito do encontro, celebrado por Bittencourt, foi justamente o trabalho de enunciação das múltiplas condições homossexuais. As pretensões literárias de Bittencourt são significativas, contudo, por sua própria inserção enquanto membro do conselho editorial do *Lampião*.

Essa política da intimidade se expressa na enunciação literal e às vezes literária das queixas e respondia à formação de uma cultura organizacional comunitarista e antiverticalizante, tal como tratada em capítulos anteriores e característica já enunciada por MacRae (1990) e Green (2000). O que talvez mereça menção é que esse traço comunitarista e antiverticalizante se plasmou em estratégias políticas de criação de fóruns de discussão dessas pautas políticas. A política anti-hierarquizante transparece na manchete do *Lampião*: “Seis horas de tensão, alegria e diálogo: esta é a nossa Política”. No entanto, esse suposto caráter organizacional “antiorganizacional” não deve ser exagerado, porque, talvez, o que defina propriamente o encontro seja essa procura pela forma adequada de organização do movimento então nascente. Existe, por parte dos ativistas, a procura por um mecanismo comum de gestão. Segue-se um resumo das principais demandas e pautas dos grupos mais atuantes no Encontro Nacional do Povo Guei:

Quadro 5.2. Grupos e Propostas de Trabalho: Encontro Nacional do Povo Guei, 1979

Grupos	Demandas e Atuação
Auê/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de Criação de Comitês Locais em que grupos de uma mesma cidade pudessem atuar conjuntamente • Alteração da Constituição Federal para a inclusão do termo <i>preferência sexual</i> no lugar de sexo no capítulo que estabelece crime a discriminação por sexo³²

³² Cabe lembrar que a proposta de alteração de dispositivos legais será um mote do movimento homossexual após este primeiro surto ativista inicial. Tanto que na Constituinte de 1987-1988, ativistas do Grupo Homossexual Triângulo Rosa, que seria fundado em 1985, demanda, encabeçada pela liderança do grupo, João Antônio Mascarenhas, justamente, respeito à inclusão do termo *orientação sexual*, após o termo sexo no dispositivo legal contra discriminação por raça, cor, sexo e origem. É interessante notar a mudança no enquadramento interpretativo, que de preferência sexual passa a ser orientação sexual. Durante os anos em que a epidemia da AIDS deu a tônica da chamada “peste gay” e com a democratização se tornando uma realidade mais próxima, portanto a Luta Maior perdendo sentido para os ativistas homossexuais, o movimento se aproximou ativamente de intelectuais e acadêmicos. As conexões de Mascarenhas com o contexto internacional também foi responsável pela ideia de que a homossexualidade não é efeito de uma mera escolha ou inclinação, que facilitava os discursos preconceituosos de “falha moral”. Muito menos de que ela seria produto de um determinismo biológico. A ideia de orientação sexual supre então o papel de operador conceitual que evita as armadilhas do voluntarismo e do determinismo. A homossexualidade é, portanto, uma construção cultural.

Beijo Livre/DF	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de conscientização junto a Homossexuais Presidiários • Criação de redes de assessoria com advogados e médicos • Aumento da participação política homossexual nas instituições
Eros/SP	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de uma pauta comum de legislação dos grupos • Aproximação com o grupo SOMOS/SP
Libertos/SP	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Congresso Estadual reunindo grupos de São Paulo • Cobrança de maior atuação junto a jovens operários homossexuais • Estabelecimento de estruturas nacionais do ativismo gay
SOMOS/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação e manutenção do contato com outros grupos • Incentivo a expansão da rede ativista através da criação de novos grupos • Proposta de um levantamento completo sobre a produção homossexual no campo das artes e da criatividade • Fuga dos chavões do “lado mais humano da política” propagandeada por outras minorias
SOMOS/SP	<ul style="list-style-type: none"> • Não encabeçou propostas no Encontro, devido a divulgação e ampla difusão de suas propostas pelo Lampião. Manteve-se principalmente na organização do evento
Ação Lésbico-Feminista	<ul style="list-style-type: none"> • Propostas contra reprodução dos papéis de “macho” e “fêmea” • Organização do II Congresso da Mulher Paulista • Combate à violência contra as mulheres
Grupo de Atuação e de Afirmação Gay (GAAG/RJ)	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da proposta de “libertação sexual”, ao invés da restritiva “libertação homossexual” • Combate a estigmatização da violência na Baixada Fluminense • Intensificação de estratégias de recrutamento de novos ativistas
SOMOS/Sorocaba	<ul style="list-style-type: none"> • A localização numa cidade pequena de interior paulista foi usada como argumento para o estreitamento dos laços com os grupos da capital paulista

Fonte: *Lampião de Esquina*, nº 20, Janeiro de 1979.

No quadro acima é possível notar a diversidade das pautas. A criação de estruturas de melhorias na gestão coletiva das pautas tomou tempo considerável dos grupos, sendo que as propostas pareciam convergir para a ideia de estruturas organizacionais mais burocratizadas ou, pelo menos, de adensamento progressivo das redes. O objetivo do movimento era se viabilizar enquanto movimento de grande porte, de impacto no cenário nacional e se apresentar como alternativa política para homossexuais não assumidos ou assumidos que se refugiavam no gueto.

Após a apresentação dos grupos e de suas propostas, um trabalho de síntese foi encaminhado e as propostas vencedoras foram tomadas como diretivas práticas de organização imediata. O grupo Libertos tomou a frente das negociações e formalizou por escrito o que seriam as principais demandas do movimento homossexual como um todo até aquela data. Essa deliberação em torno do caráter geral do movimento homossexual resultou num documento que estabelecia os parâmetros básicos para os próximos passos do movimento homossexual. É interessante notar que, em nenhum momento, o documento cita protestos ou manifestações públicas como meio legítimo de vocalização das pautas. Assim, temos como pontos comuns tirados das deliberações:

1. Criação de um Congresso Estadual para Julho de 1970, cujo objetivo seria deliberar sobre estratégias de conversão de novos ativistas, fundação de novos grupos em cidades ausentes de ativistas, expansão das redes com advogados, médicos e outros grupos que pudessem assessorar o movimento quanto a questões técnicas, criação e prestação de apoio a atividades culturais em cidades e locais que faltem ocasiões para a discussão da “libertação sexual”, fomentando a criação e expansão do ativismo
2. Criação de um Grupo de Mobilização permanente e composto por dois membros de cada grupo, e responsável pela continuidade das ações e propostas a serem tiradas nesse futuro congresso. Seria como que um grupo de apoio a grupos recém-formados, além de servir como forma de facilitar a comunicação e troca de recursos materiais e simbólicos. Esse grupo também seria responsável pela coordenação de futuros e prováveis protestos, passeatas e marchas, etc.
3. Trabalhos práticos imediatos, com a criação de estruturas organizacionais de deliberação, a fim de reforçar atividades sociais do grupo junto a advogados, médicos, e incentivar a pesquisa.

4. Disseminação da cultura artística dentro dos grupos, fortalecendo as identidades coletivas dos mesmos, por intermédio da exibição de peças de teatro, filmes, instauração de saraus e a criação de cadernos de informação escritos em linguagem acessível, tratando das experiências individuais e das dificuldades inerentes às identidades homossexuais. Tudo isso com o intuito de reforçar a “conscientização em torno da problemática homossexual” (*Lampião de Esquina*, nº 20 Janeiro de 1980, p.8-9, reprodução parafraseada).

As propostas se concentraram então em torno da questão do fortalecimento da mobilização e da manifestação de atividades culturais voltadas para a criação de uma identidade coletiva homossexual. Isso não é uma surpresa, já que as oportunidades culturais da liberalização facilitaram a inserção desses atores em redes sociais artísticas e o mundo da arte aparecia como o espaço privilegiado de manifestação política. O combate ao estigma e a violência só ganharam sentido quando a saída do gueto se transformou em um *projeto coletivo* de superação das condições de “sujeitamento”.

Conforme os meses foram passando, as expectativas em relação à consolidação de uma estratégia nacional de coalizão entre os ativistas homossexuais cresceram. A ideia de um “boom gay” tomava as páginas do jornal alternativo e a cabeça dos ativistas. Fortalecidos pela progressiva flexibilização das estruturas políticas, estava claro que havia possibilidades reais de enfrentamento público do machismo, da discriminação e da violência. Para estes ativistas, a luta contra violência diária e os episódios de criminalização do homossexual só seria transponível pelo apelo à saída do gueto e ao fim da vergonha. O desejo de nacionalização e de fortalecimento das bases organizacionais do movimento homossexual, portanto, não pode ser explicado somente em função de sua novidade no período ou de uma hipotética fragilidade inicial. Claro que mobilizações, especialmente em um contexto altamente repressivo, traziam suas consequências para as práticas de arregimentação de novos integrantes. Os atentados à bomba em bancas de jornal que vendiam jornais alternativos e identificados com grupos de extrema-direita, eram motivo de preocupação e dúvida quanto à possibilidade de manutenção e expansão do ativismo (MacRae, 1990).

Contudo, a explicação para a obsessão com os trâmites da organização também deve ser conjugada com a necessidade de sinalizar uma *performance* de desafio às autoridades políticas. A concentração de esforços na organização coletiva dos grupos, concomitantemente à necessidade de conscientização através de performances artísticas, era resultado não só da

abertura das oportunidades culturais e políticas, mas também de um esforço de *construção coletiva da saída do gueto*. O puro ato de saída de contextos e espaços privados de sociabilidade era garantia de que demandas e agendas políticas estavam sendo enunciadas. O homossexual deveria se afastar do medo e do pavor (MacRae, 1990). A exagerada caracterização de comunitarismo só ganha sentido nessas circunstâncias de criação de estruturas horizontalizadas, mas *nacionalizadas e organizadas* de gestão política da saída do gueto e de expansão do movimento.

3. OS CONFLITOS E A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

A expansão ou intensificação das atividades eram motivos de interesse e debate entre os ativistas. O apelo da redemocratização estava aí para imprimir aos movimentos sociais questões referentes ao papel de cada identidade política no interior da “luta maior”. Nesta seção interessa caracterizar estes conflitos e os impactos que tiveram na organização do movimento homossexual. A difícil relação com os grupos de esquerda e o aumento sistemático da repressão policial em nome da lei da moral e dos bons costumes representou um ponto de virada para o movimento homossexual. Virada que muitas vezes foi identificada com um refluxo do movimento homossexual devido à queda de grupos organizados e ao papel deslegitimador do ativismo homossexual que a AIDS desempenhou nos anos 1980³³. O objetivo nesta seção é analisar o papel que a redemocratização em curso teve na suposta desestruturação do ativismo, ou, melhor dizendo, em sua reorganização, dados os conflitos internos e o enfrentamento com o aparato policial.

Conforme já falado, o envolvimento de homossexuais em assassinatos, roubos, furtos e latrocínios, no mais das vezes como vítimas, era visto com desconfiança pela burocracia repressiva do Estado, que via nesta *vitimização* do homossexual o sinal inequívoco de sua *culpa*. A identidade profissional policial durante os anos 1970 e 1980 passava pela ideia de

³³ Nesta dissertação, torna-se impossível indicar os efeitos que a epidemia de AIDS obteve na construção social da figura do ativista. Isto porque este tema mereceria mais páginas e esforço teórico-empírico de pesquisa do que esta dissertação pode dar conta. O volume de documentos históricos da imprensa alternativa e da imprensa padrão constitui-se um material empírico extenso e que demandaria tempo considerável para essa caracterização da AIDS e suas relações com a reorganização do ativismo homossexual, mas não só. A AIDS afetou de maneira intensa a organização pública das identidades sociais. A medicalização da política transmutou o modo como a política da sexualidade foi enquadrada para as minorias políticas. Para alguma discussão deste debate, ver: MacRae, Edward. *A Construção da Igualdade. Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

que o policial colaborava com o “bom andamento da ordem” das coisas. Ordem pública muitas vezes definida em termos morais e culturais. A “vadiagem” e a “vagabundagem” eram proibidas e usadas como forma de discriminação social. Como exemplo, cito as operações de “limpeza” dos espaços públicos em nome da manutenção da ordem pública.

Tendo como ponto de partida um crime cometido por travestis numa zona residencial de São Paulo, jornal Estado de São Paulo publicou no dia, 28 e 29 de março duas reportagens em que, com a escusa de prestar serviços públicos, comentava a “invasão” de travestis nas ruas da Capital e alertava a população para “o perigo dos travestis”. Aparentemente úteis e até didática para pessoas alheias ao assunto, as reportagens revoltaram os esclarecidos porque o sisudo jornal, que sempre evitou referências ao homossexualismo em suas páginas, fazia-o então de forma incitadora à violência, sensacionalista como qualquer de seus colegas da imprensa marrom.

A verdadeira razão das reportagens porém apareceu no mesmo jornal alguns dias depois numa notícia fria, calculada. Tudo se esclarecia de comum acordo o delegado da Seccional Sul da Polícia coronel comandante da Polida Militar planejaram unir a, forças de ambas as polícias civil e militar, num complexo de mútua e construtiva compreensão (que nunca existia entre elas) a fim de combater a criminalidade utilizando todo o dispositivo possível de homens e viaturas para deter os travestis na rua, enquadrando-os no crime de vadiagem. (Isto enquanto a lei não puder ser modificada, sujeitando o homossexualismo a outras penalidades). Para que tal plano dê resultados, sugerem ainda que se reforce Delegacia de Vadiagem de Deic e que se faça uma reforma no Presídio do Hipódromo (recentemente destinado por ser considerado inabitável) para abrigar homossexuais (Trevisan, *Lampião de Esquina*, nº 24, Maio de 1980).

A falta de uma lei explícita contra homossexuais facultava à polícia de exercer todo tipo de ação arbitrária contra gays, lésbicas e travestis que frequentavam as “bocas de lixo” das metrópoles. A polícia atuava de maneira impositiva e operações de “limpeza” urbana eram, não raro, aplicadas como desculpas para a intimidação de homossexuais durante a década de 1980. O caso clássico foi a Operação Limpeza encabeçado pelo delegado Dr. José Wilson Richeti, que tinha como desculpa limpar as “bocas de lixo e do luxo”, mas que na verdade serviu como tática de intimidação e desmobilização de práticas consideradas imorais. Foram presas cerca de 1500 pessoas acusadas de atentado contra a ordem ou de crime de vadiagem. (Trevisan, *Lampião de Esquina*, nº 24, Maio de 1980). As palavras de ordem da polícia incluíam o cruel “Se for ‘viado’, pode ir entrando no camburão” (Trevisan, 1986).

Em resposta, houve mobilização. A operação Richeti talvez tenha sido a primeira mobilização expressiva do movimento, pois no dia 13 de junho de 1979, quase mil pessoas se reuniram na frente do Teatro Municipal de São Paulo. Os recém-formados grupos do MHB

SOMOS/SP, Eros/SP e Libertos/SP apareceram para protestar contra a atitude tomada pelas autoridades. Gritando palavras de ordem como “Richeti é despeitada” e “Richeti, enrustida, deixa em paz a nossa vida”, os grupos inauguraram as movimentações em torno da temática homossexual. Mesmo que fracas em termos de organização, as intervenções nas “tradições machistas” foram a semente do que posteriormente iria se chamar movimento LGBTQTT.

Há que ser lembrado aqui que as oportunidades de ação coletiva são seletivas, ou seja, a atuação e apresentação de determinadas demandas soam como legítimas e justas para a opinião pública em muitos casos, ao mesmo tempo em que outras agendas políticas simplesmente são condenadas culturalmente e moralmente. Ou seja, os movimentos sociais se distribuem de maneira *diferencial* e desenvolvem estratégias distintas de atuação. E, portanto, isto deve ser levado em consideração quando se analisa o movimento homossexual brasileiro, porque a maneira como o Estado interagiu com esse movimento foi diferente da maneira como interagiu com os grupos sindicais por exemplo. As corridas às “bocas do lixo” tinham um caráter moralista acima de tudo. Não havia na legislação brasileira qualquer institucionalização das estruturas de negociação desse tipo de conflito como havia no caso do movimento sindical. Não se trata de dizer que os homossexuais eram mais fragilizados ou contassem com menos recursos. A questão é, sobretudo, que os grupos, ao encarar diferentes estruturas de negociação e de conflito, procuram diferentes recursos a serem capitalizados em suas estratégias político-culturais.

Negociações e conflitos estiveram fortemente plasmados nas discussões no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados. A alternativa para a repressão policial foi comentada a partir do paradigma da inserção do movimento homossexual na “luta maior”. O 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (1º EGHO), na primeira semana de abril de 1980, contava com cerca de 20 grupos homossexuais no Brasil. O Lâmpião destaca grande cobertura do evento e colabora com a organização diretamente. A Convergência Socialista convida os então recentes partidos de esquerda a fim de participarem, como o PT e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros. A Convergência Socialista apesar das divergências era de intensa proximidade com o grupo SOMOS/SP. Daí sua interpenetração no interior do movimento homossexual. Ainda que essa inserção deva ser qualificada. A relação fraca, mas frequente, entre as esquerdas trabalhistas e os ativistas desembocou numa ampla discussão sobre a participação das minorias sobre no 1º de Maio, a fim de comemorar o Dia do Trabalhador e protestar contra o regime militar.

Aí se dá uma cisão importante no movimento: racha-se o SOMOS/SP que, mais do que grupo organizador das principais manifestações do movimento, era o símbolo de uma esquerda homossexual viável. O racha se dá em torno do envolvimento do SOMOS/SP com a política partidária e a restrição do SOMOS/SP no que tangia a uma política genuinamente feminista, ao menos é o que afirma o documento de separação do grupo de Ação Lésbico-Feminista (*Lampião de Esquina*, nº 25, Junho de 1980). A associação pública com a Convergência Socialista teve forte impacto no “marketing” do grupo. O grupo SOMOS/RJ tinha desavenças com o homônimo paulistano. As reclamações e queixas contra o SOMOS/SP dizia respeito, sobretudo à sua relação de proximidade com grupos partidarizados. O documento de separação de integrantes do SOMOS/SP em meados de Maio dizia o seguinte:

CONSIDERANDO que a imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao grupo Convergência Socialista; CONSIDERANDO que a autonomia do Grupo Somos está comprometida pelo caráter da atuação de elementos filiados a organizações político-partidárias; CONSIDERANDO que o Grupo Somos foi desviado de sua definição como grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual. NÓS, abaixo nomeados, nos declaramos separados do Grupo Somos a partir desta data, e passamos a construir um novo grupo que se propõe a afirmar a definição de grupo homossexual autônomo e interessado prioritariamente a questão homossexual (Anônimo, *Lampião de Esquina*, nº25, Maio de 1980).

O resultado foi uma crise generalizada. Grupos militantes discordavam da participação dos homossexuais no evento dos trabalhadores; grupos temiam não serem aceitos pelos trabalhadores, ao passo que outros recusavam qualquer divisão entre os operários e o movimento. Ao final do processo, a Fração Socialista desacatou a posição estabelecida pela maioria do grupo SOMOS/SP e participou do 1º de Maio, levando o grupo a uma crise. O *Lampião* também se envolveu nos conflitos, e a indignação frente às opções políticas transparece no relato transcrito abaixo.

Muito frequentemente, as bichas são acusadas de alienação política. Que não militam, não atuam, não se engajam, não lutam, não se filiam a partidos. Para a chamada Esquerda, de matriz presteana, todos nós somos nojentos, fascistas; para a Direita (pedessista e etc.), um bando de comunistas canibais a serviço de Moscou como o diria “el japonecito pauliceo”; para os, centristas liberaloides, estamos espalhados pela Direita e pela Esquerda tentando comer e ser comidos (afinal segundo eles não fazemos outra coisa, não?) (Conselho Editorial, *Lampião*, nº 23, Abril de 1980).

Essa ambiguidade em relação à esquerda e a insatisfação em se enquadrar como direitistas chama a atenção para os problemas da identidade coletiva esposadas pelo movimento, que não conseguia conciliar as partes envolvidas. Não seria no 1º EGHO que uma identidade coletiva em âmbito nacional seria construída. Seria ali o estopim para a crise que o SOMOS/SP e o *Lampião* enfrentariam. Acossados pelos assaltos repressivos da direita

repressora, e sem uma base unificada em torno da aliança com os partidos e com os grupos de esquerda, o *Lampião* se fragmenta e abandona frentes de mobilizações políticas mais ou menos radicais, passando a oferecer tão somente um almanaque da vida gay e lésbica nas grandes metrópoles, o que não caiu bem aos olhos dos grupos de militância mais radicais.

Dá-se, assim, um conjunto de desentendimentos intramilitância, especialmente com o SOMOS/SP. Os membros do Conselho Editorial residentes em São Paulo, mais afeitos à Convergência, entraram em conflito com o SOMOS/SP, o que desagradou boa parte do grupo carioca. O *Lampião* passa a realizar críticas severas aos grupos homossexuais, excetuando o grupo Outra Coisa (já dissidente do SOMOS/SP e afastado da Convergência), o que lançou uma onda de críticas acerbas contra o jornal, complicando a situação do periódico³⁴. Dali em diante, o movimento gay e lésbico, embora não declinasse em definitivo e encontrasse novas retóricas de ação coletiva como a luta por direitos humanos e contra a AIDS, fragmentou-se. Os grupos se dispersaram e sem o *Lampião* a comunicação foi afetada. Houve dispersão de discursos cortando a comunicação entre os grupos e a formação de pautas em comum. Sem os grupos o *Lampião* perdeu apoio na sua resistência contras as investidas da censura.

A Convergência acusada até o fim de conspirar para transformar o movimento gay e lésbico em “bucha de canhão” contra a ditadura se refugiou no interior dos partidos de esquerda recém-formados e perdeu o contato com a questão das minorias.

Em suma, se o diálogo fertilizou um amplo expediente de ideias novas sobre a vida cultural no Brasil da abertura, a ausência de consenso entre esquerda e movimentos homossexuais sobre o caráter da luta pela redemocratização levou à fragmentação e à faccionalização, que tomaram conta do campo discursivo político em que esses atores estavam inseridos. Seriam necessários mais alguns anos para que os partidos de esquerda ganhassem força e abandonassem a rigidez revolucionária, assim como o movimento homossexual pudesse se rearticular em torno de demandas menos voltadas para a construção de uma ética política individualista. Isso só se daria durante as mobilizações concernentes à Constituinte de 1987, mas essa é outra história.

³⁴ O eixo formado por Aguinaldo Silva, principal editor do jornal, começa a ter uma série de escaramuças com Trevisan, em virtude das diferenças políticas que se acirraram no período. Aguinaldo era acusado de despolitizado e alienado, na mesma medida em que os grupos eram caracterizados como sendo doentamente obsessivos por política (Silva, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como foco principal analisar as condições específicas que permitiram a formação do movimento homossexual brasileiro. Apesar da bibliografia analisar com maior precisão a segunda metade dos anos 1990, pouca atenção é dada aos processos de constituição do movimento homossexual no bojo do ciclo de protestos do final dos anos 1970 e início dos 1980 no Brasil. Por um lado, a literatura sobre movimentos sociais no Brasil pouco analisou os processos de formação e construção dos movimentos das “minorias” no interior desse processo mais amplo de redemocratização. Por outro, a literatura sobre sexualidade e, especificamente, sobre movimento homossexual, concentrou-se na dinâmica intramovimento, sem referência ao contexto político nem às relações do movimento homossexual com outros movimentos sociais.

Tendo como norteamento teórico a perspectiva da teoria do processo político, esta dissertação procurou oferecer uma alternativa explicativa que tratasse da dinâmica social interna do movimento homossexual, mas que também vinculasse ao contexto político mais amplo. O argumento principal consistiu em resgatar os laços do fenômeno com sua conjuntura, isto é, ao ciclo de protesto da liberalização de 1978 a 1982, de modo a explicar o porquê de o movimento haver surgido, precisamente, no momento em que surgiu.

Para tanto, o segundo capítulo reconstruiu as oportunidades políticas que permitiram a emergência de vários movimentos, a saber, a dilatação paulatina das oportunidades políticas, dadas pelos projetos institucionais de liberalização política e pelo cisma ideológico-político entre os militares. No segundo capítulo, dá-se um retrato da conjuntura política e cultural do período. Em primeiro lugar, a existência de uma flexibilização das estruturas institucionais do regime militar resultaram num aumento progressivo de mobilizações políticas no Brasil. O movimento homossexual apoiou-se nos sinais de abertura das oportunidades políticas, mas também se valeu dos recursos simbólicos e materiais próprios. Os movimentos sociais, muito embora tenham se aproveitado de maneira semelhante do influxo da repressão, do desalinhamento das elites políticas e da presença de suportes políticos, precisaram ainda reconstruir sua própria base de inserção nesse ciclo mais amplo de protestos. Essas organizações se estabeleceram em torno de diversas pautas e bandeiras políticas comuns e, ao longo do tempo, foram procurando encabeçar uma agenda política comum. Dá-se, então, um ciclo de protestos no Brasil. Diversas demandas políticas passam a ser enunciadas em público e o tema da redemocratização ganha espaço.

O surgimento do movimento homossexual dá-se nessa conjuntura de crescimento e expansão das atividades de contestação ao regime militar. Contudo, as oportunidades políticas não são condições suficientes para a construção de organizações, ativistas, enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva. Outro elemento explicativo necessário para explicar o surgimento de um movimento em particular, o homossexual, são as oportunidades culturais. Essas oportunidades foram compostas basicamente pela imprensa alternativa e a cultural artística “marginal” do período. Esses dois espaços de produção e distribuição de bens simbólicos funcionaram como estruturas de mobilização. Por meio deles, reforçaram-se e se politizaram laços de sociabilidade e deu-se a circulação de enquadramentos interpretativos e de ideias da contracultura, tanto as nacionais como as oriundas do contexto transnacional. Tal combinação tornou possível a produção de uma estética da homossexualidade, a construção coletiva de uma identidade política fora do “gueto homossexual” e a vocalização política dos homossexuais.

A criação dessa política da estética foi possível graças à formação de redes de lideranças e de ativistas do movimento homossexual que circulavam entre diversas instâncias, como redações e conselhos editoriais da imprensa alternativa, universidades e espaços culturais de sociabilidade. No capítulo terceiro, foi possível ver como as redes de sociabilidade atuaram como plataforma de superação dos estigmas em torno da homossexualidade. O movimento homossexual surge, assim, como forma de apropriar-se positivamente de identidades marginalizadas e estigmatizadas. As ideias oriundas de contextos transnacionais contribuíram para a sedimentação do enquadramento interpretativo da “libertação sexual” que possibilitou enquadrar a questão homossexual como algo que ia além da democratização, a chamada “luta maior”.

A esquerda, do mesmo modo que a direita, desconsideraria a “política das subjetividades”: o prazer, o corpo, a intimidade e a vivências dessas dimensões privadas passaram a ser foco de tematização por parte dos ativistas homossexuais. Esse processo permitiu a inserção da pauta homossexual na agenda política nacional, ao mesmo tempo em que gerou conflitos e controvérsias com outros movimentos – aqui exemplificados pela Convergência Socialista. A difícil relação entre esquerda da “luta maior” e as “lutas menores” na articulação em torno das mobilizações da redemocratização teve impacto direto na trajetória inicial do movimento homossexual brasileiro.

A posição de “saída do gueto” levou a inúmeras discussões sobre o papel do ativismo homossexual nas esquerdas, mas, sobretudo, ao modo como seria possível produzir um

conjunto de estratégias de mobilização. A percepção dos ativistas, ao menos dos principais grupos, era de que o constrangimento moral, expresso nos episódios de violência simbólica e física contra minorias, só poderia ser combatido por intermédio do cultivo sistemático do direito a liberdade de expressão e de enunciação dessas identidades minoritárias. A desestigmatização deveria ser obtida, com efeito, por meio da positivação das identidades marginalizadas e com o auxílio de uma construção coletiva da “saída do gueto”. A expansão das organizações, o fortalecimento de estruturas objetivas de coordenação dos esforços, a reivindicação do direito à liberdade de expressão e o incentivo a atividades artístico-culturais foram as estratégias principais. O movimento buscou tratar a violência simbólica no interior de uma comunidade dialógica na qual a “conscientização” acabava sendo a principal diretriz de ação. Os Ativistas, portanto, usaram instrumentos culturais tanto para interpretar as oportunidades políticas quanto para agir nelas.

Em suma, esta dissertação procurou contribuir para o entendimento do movimento homossexual nos primórdios da redemocratização brasileira, na medida em que tratou, simultaneamente, da dinâmica cultural e política presente na organização dos grupos e de suas estratégias e enquadramentos interpretativos.

Naturalmente, este foco deixou de lado outras questões e possíveis linhas de investigação. A dissertação não tratou exaustivamente das interações conflituosas do movimento homossexual com outros movimentos sociais do período, sobretudo com outros movimentos de “minorias”. A relação entre o feminismo e o movimento homossexual era tema de bastante discussão nas páginas do *Lampião da Esquina*, mas não só ele. Temas como raça, prostituição e outras também apareciam e poderiam entrar numa agenda de pesquisa mais detalhada. Outro tema relevante seria o da suposta desagregação do movimento homossexual durante os anos seguintes à redemocratização e a epidemia da AIDS, que teria forte impacto sobre as mobilizações das minorias de um modo geral. Por fim, as interações entre ativistas e contra-ativistas ou outros tipos de atores poderia ganhar mais atenção, sobretudo o tema da interação confrontacional com os chamados “esquadrões da morte”, que até agora só foi brevemente comentado na literatura sobre o assunto.

Essas e outras questões podem ser investigadas em futuras pesquisas. Por ora, convém salientar o interesse da dissertação em chamar a atenção para as relações entre oportunidades políticas, culturais, enquadramentos interpretativos e organizações. O caso do movimento homossexual oferece aportes interessantes acerca dessas questões, mas pesquisas mais aprofundadas com relação a outros movimentos sociais e suas especificidades são necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. n.76, São Paulo, 2009.
- Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina & Escobar, Arturo. “O cultural e o político nos novos movimentos sociais latino-americanos”. In: *Cultura e política nos novos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- Alvarez, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- Arato, A; Cohen, J. *Civil society and political theory*. Massachusetts /London: The MIT Press, 1992.
- Anjos, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Dez 2000, n°.4, p.274-305.
- Avritzer, L. Cultura Política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *RBCS*, no. 28, junho de 1995.
- Benford Robert & Snow, David. “Framing processes and social movements: an overview and assessment”. *Annual Review of Sociology*, 26, 2000, p.611-39.
- Boschi, Renato. *A arte da Associação. Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.
- Bringel, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações Coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, vol 2, 2012.
- Bülow, Marisa Von & Abers, Rebecca. As Transformações do Estudo dos Movimentos Sociais: Como Estudar o Ativismo Através da Fronteira entre Estado e Sociedade? Trabalho apresentado no Congresso “*Whatever Happened to North-South*”. *IPSA-EPCR Joint Conference*, São Paulo, 16-19 de fevereiro de 2011.
- Calhoun, C. “‘New social movements’ of the early nineteenth century”. In: Traugott, M. (ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- Câmara, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: A Trajetória do Triângulo Rosa*, Rio de Janeiro, Editora Academia Avançada, 2002.
- Cardoso, Ruth. Os movimentos sociais na América Latina. *RBCS*, São Paulo, v.1, n.3, 1987.
- Cohen, Jean. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research*, vol. 52, no. 4. 1985.
- Codato, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 25, pp. 83-106, 2005. Diani, Mario. *Green Networks. A Structural Analysis of the Italian Environmental Movement*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.

Diani, Mario & Della Porta, Donatella. *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

Diani, Mario. The concept of social movement. *The sociological Review*, 40 (1), 1992.

Dunn, Christopher. *Brutality Garden; Tropicalia and The Emergence of Brazilian Counterculture*. UNC: Press Books, 2008.

Emirbayer, M. G.; Chad, A. Pragmatism, Bourdieu, and collective emotions in contentious in politics. *Theory and Society*, vol. 34, nº 5-6, December, 2005.

Emirbayer, M.G e Mische, A. What is Agency. *Am. Journal of Sociology*, vol. 103, nº4. 962-1023, 1996.

Facchini, Regina. *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Editora Garamond, 2005.

Foucault, Michel. *The History of Sexuality: An Introduction*. London: Allen Lane, 1976.

França, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2006, vol.21, nº.60, p.104-115.

_____. Identidades Coletivas, Consumo e Política: A Aproximação entre Mercado GLS e Movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13,n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007.

Fry, Peter. "Da Hierarquia a Igualdade: A Construção Histórica da Homossexualidade no Brasil". In: Fry, Peter. *Para Ingles Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.87-115.

Gamson, W. *The Strategy of the Social Process*. Cambridge: Univ. Press, 2002.

_____. *Talking Politics*. Cambridge: Univ. Press, 1992.

Goffman, E. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Gohn, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, Granovetter, M. "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited". *Sociological Theory* vol 1, n.1 : 201–233, 1983

Green, James Naylor. "Mais Amor e Mais Tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 271-296, 2000.

Habermas, J. New Social Movements. *Telos*, n. 49, New York. 1981.

_____. A Nova Intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, no. 19., set, 1987.

Hollanda, Heloisa B. *Impressões de Viagem. CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

Jacobi, Pedro Roberto. *Movimentos Sociais Urbanos: Os Desafios da Construção da*

Cidadania. *Cadernos do Ceas*, v. 129, p. 34-44, 1990.

Jasper, J & Polletta, F. Collective Identity in Social Movements. *Annual Review of Sociology*, n. 27, p.283-305, 2001.

Jasper, J. *The Art of Moral Protest. Culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

McAdam, D. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____; McCarthy, J.; Zald, M. N. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____; Tarrow, S & Tilly, C. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

McCarthy, J. d.; Zald, M. N. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". *American Journal of Sociology*, vol. 82, nº 6, 1977.

MacRae, E. *A Construção da Igualdade: identidades sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Melucci, Alberto. *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Mische, Ann. De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, no.5 (mai/jun/jul/ago) e 1997 nº6 (set/out/nov/dez), p.134-150, 1997.

Napolitano, M. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

Kucinski, B. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: EDUSP, 1992.

Pichardo, N. New social movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, nº23, 1997.

Polletta, F. Snarls, quacks and quarrels: culture and structure in political process theory. *Sociological Forum*, vol. 14, no 1, março de 1998.

Polletta, F & M. Kai Ho, "Frames and Their Consequences." In. *Oxford Handbook of Contextual Political Studies*, Robert E. Goodin and Charles Tilly. New York: Oxford Univ. Press, 2006.

Ramos, Silvia & Carrara, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, 2006, vol.16, no.2, p.185-205.

Sallum Jr., Brasílio. *Labirintos: dos gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Snow, D. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, vol. 51, 1986.

Santos, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2007, vol.22, n°.63, p.121-135.

Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Soares, G. Censura durante o Regime Autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1999.

Uziel, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horiz. antropol.*, Dez 2006, vol.12, n°.26, p.203-227.

Tarrow, S. *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Tilly, C. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

_____. "Contentious repertoires in Great Britain". In: Mark, T. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

_____. *Stories, Identities, and Political Change*. Rowman & Littlefield, 2008.

Touraine, Alain. An introduction to the study of social movements. *Social Research*, v.52, n.4, 1985.

Trevisan João S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6a. Edição, Rio de Janeiro: Record, 1986. Whittier, N. *Feminist Generations: The Persistence of the Radical Women's Movement*. Philadelphia: Temple University Press. 1995

FONTES

Acervo Somos - Arquivo Edgar Leunroth - UNICAMP

Acervo Outra Coisa - Arquivo Edgar Leunroth - UNICAMP

Acervo Libertos - Arquivo Edgar Leunroth- UNICAMP

Acervo Lampião da Esquina - Arquivo Edgar Leunroth- UNICAMP